UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA-PPGSCA

LORENA MUNIZ SOARES

CONDIÇÃO FEMININA E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES DOCENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM

MANAUS-AM

2024

LORENA MUNIZ SOARES

CONDIÇÃO FEMININA E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES DOCENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas como critério parcial para obtenção de título de mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra.Yoshiko Sassaki

MANAUS-AM

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Soares, Lorena Muniz
S676c Condição Feminina de Mulheres Docentes na Universidade Federal do Amazonas - UFAM / Lorena Muniz Soares . 2024
152 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Yoshiko Sassaki
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Gênero. 2. Docência universitária. 3. Campo científico. 4. Ufam. 5. Trabalho.. I. Sassaki, Yoshiko. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

LORENA MUNIZ SOARES

CONDIÇÃO FEMININA E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES DOCENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM

Aprovada em 11 de novembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Yoshiko Sassaki (PPGSCA/ UFAM)

(Presidente)

Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro (PPGSCA/UFAM)

(membro interno)

Profa. Dra. Vanessa Miranda (PPGE/UFAM)

(membro externo)

Profa. Dra. Ana de Oliveira Castro (FACED/UFAM)

(Suplente)

Prof. Dr. Alice Alves Menezes Ponce de Leão (PPGS/UFAM)

(Suplente)

MANAUS, AM

2024

Dedico esta dissertação primeiramente a Deus, por ter me dado força e capacidade de concluir essa pesquisa. Dedico à minha irmã Larissa (in memoriam), que, nos anos em que vivemos juntas, sempre me incentivou a seguir meu sonho de cursar um mestrado. Também dedico a todas as mulheres que fazem ciência no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me permitir vivenciar este sonho de cursar um mestrado, conhecer pessoas incríveis nessa caminhada, obter conhecimentos riquíssimos e concluir essa jornada com o coração cheio de gratidão. Por estar sempre à frente em meus caminhos, guiando-me pelo caminho certo, e por me permitir amanhecer a cada dia ao lado da minha família, dando-me forças em momentos de dificuldade até superá-los.

Aos meus pais, por sempre me darem todo o suporte necessário para me dedicar aos estudos e, acima de tudo, acreditarem em mim e me apoiarem na trajetória no mundo da pesquisa. À minha irmã (in memoriam), que sempre dizia que eu passaria e conseguiria, mesmo nos momentos em que eu mesma duvidava da minha capacidade, obrigada por tudo. Sua irmã, que sente sua falta todos os dias, é eternamente grata.

Aos meus queridos amigos que conheci nesta jornada do mestrado, Marcelle, Irvana, Matheus e Thais Miriam, eterna linha 3 PPGSCA 2023, vocês moram no meu coração. Sou grata pelo apoio nos momentos de surto e ansiedade (rsrs). Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, pelos conhecimentos adquiridos e pela oportunidade de desenvolver minha pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), pela concessão da bolsa de estudos, que possibilitou minha dedicação integral à pesquisa. À professora Yoshiko Sassaki, a quem muito considero e admiro, muito obrigada por tudo, por sua paciência, ensinamentos e por estar sempre disposta a ajudar no desenvolvimento da pesquisa e acreditar em mim ao longo dessa caminhada.

Aos professores da banca examinadora, pela disponibilidade, contribuições e humildade em suas observações: professor Odenei Ribeiro, professora Vanessa Miranda e professora Ana de Oliveira Castro. Suas observações foram de grande contribuição e me levaram a novas leituras e aprendizados.

Às professoras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), de diferentes áreas do conhecimento, que aceitaram o convite e confiaram em mim para fornecer seus relatos, muito obrigada. Sem vocês, essa pesquisa não teria sido concluída.

Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre.

Simone de Beauvoir

RESUMO

As mulheres têm conquistado espaço em diferentes setores sociais que historicamente lhes foram negados pelo patriarcado. No entanto, essas vitórias são fruto de grandes lutas e da resistência do movimento feminista, que possibilitaram a presença feminina em áreas como o trabalho, a educação, a política e muitos outros campos. Apesar desses avanços, as mulheres ainda enfrentam significativas dificuldades em seus ambientes de trabalho. Esse tratamento desigual está frequentemente relacionado ao gênero, uma vez que a sociedade patriarcal historicamente atribuiu os papéis domésticos — como o cuidado com a casa, a família e a maternidade — exclusivamente às mulheres. Esses fatores, ao serem considerados no contexto da profissão docente universitária, dificultam a conciliação entre carreira e responsabilidades pessoais, além da ascensão a cargos de maior nível hierárquico. Neste cenário, a presente pesquisa se configura como uma dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, na linha de pesquisa Processos Sociais, Ambientais e Relação de Poder. Em virtude disso, a problemática que norteia a investigação visa responder: Em que medida a condição feminina e as experiências docentes de mulheres pesquisadoras são reveladoras dos processos de construção e consolidação de carreiras femininas no âmbito da Universidade Federal do Amazonas, campus Manaus? A pesquisa busca explorar questões relacionadas à experiência feminina na graduação e na pós-graduação, desafios e dificuldades ao longo da carreira, competitividade na pesquisa, experiências de maternidade e conciliação da vida privada com as exigências da vida profissional. O objetivo geral do estudo é analisar a condição feminina e as experiências de mulheres pesquisadoras na UFAM, campus Manaus. A fundamentação teórica da pesquisa destaca a interdisciplinaridade do estudo, incorporando aspectos da educação, além de diálogos com a antropologia, a história e a sociologia, que se entrelaçam na temática feminina. Em relação ao percurso metodológico, a pesquisa utiliza o método do materialismo histórico dialético e as abordagens quantitativa e qualitativa, baseando-se em um questionário online semiaberto, com questões abertas e fechadas. Vinte e cinco (25) mulheres docentes, atuantes em diferentes áreas do conhecimento na UFAM, participaram do estudo. A análise dos dados, por meio de análise de conteúdo, gráficos e tabelas, revela relatos sobre trajetórias, dificuldades, desigualdades e responsabilidades familiares. Os resultados indicam que as relações sociais ainda perpetuam heranças coloniais que geram diferenças entre homens e mulheres no ambiente universitário e científico. Isso evidencia que a condição feminina continua marcada por grandes desigualdades, uma vez que os preceitos ainda seguem padrões masculinos, o que dificulta a ascensão feminina na mesma medida que os homens, que têm mais tempo livre para se dedicar exclusivamente às suas carreiras, uma vez que não estão vinculados as obrigações domesticas e cuidado dos filhos.

Palavras-Chave: Gênero; Docência universitária; Campo científico; UFAM; Trabalho.

.

ABSTRACT

Women have gained ground in various social sectors that were historically denied to them by patriarchy. However, these victories are the result of significant struggles and the resilience of the feminist movement, which has made it possible for women to be present in fields such as work, education, politics, and many others. Despite these advances, women still face significant difficulties in their work environments. This unequal treatment is often related to gender, as the patriarchal society has historically assigned domestic roles—such as caring for the home, family, and motherhood—exclusively to women. These factors, when considered in the context of an academic career, make it challenging to balance career and personal responsibilities, as well as to advance to higher hierarchical positions. In this context, the present research is framed as a dissertation submitted to the Postgraduate Program in Society and Culture in the Amazon, within the research line "Social, Environmental Processes, and Power Relations." The central issue guiding the investigation aims to answer: To what extent do the female condition and the academic experiences of female researchers reveal the processes of building and consolidating female careers at the Federal University of Amazonas (UFAM)? The research seeks to explore issues related to the female experience in undergraduate and postgraduate education, challenges and difficulties throughout the career, competitiveness in research, experiences of motherhood, and the balance between private life and professional demands. The general objective of the study is to analyze the condition of women and the experiences of female researchers at UFAM, Manaus campus. The theoretical foundation of the research highlights the interdisciplinary nature of the study, incorporating aspects of education, as well as dialogues with anthropology, history, and sociology, which intersect with the theme of gender. Regarding the methodological approach, the research uses both quantitative and qualitative methods, based on a semi-structured online questionnaire with open and closed questions. Twenty-five (25) female faculty members, active in different areas of knowledge at UFAM, participated in the study. The data analysis, through content, graphs, and tables, reveals narratives about career paths, difficulties, inequalities, and family responsibilities. The results indicate that social relations still perpetuate colonial legacies that create differences between men and women in the university and scientific environments. This highlights that the female condition continues to be marked by significant inequalities, as norms still follow male patterns, hindering women's advancement to the same extent as men, who have more free time to dedicate exclusively to their careers.

Keywords: Gender; University teaching; Scientific field; UFAM; Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM – Amazonas
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFE – Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico.
DSS – Departamento de Serviço Social
DSQV– Departamento de Saúde e Qualidade de Vida
FCA–Faculdade de Ciências Agrárias.
FEFF – Faculdade de Educação Física e Fisioterapia
FAPSI– Faculdade de Psicologia.
FLET– Faculdade de Letras
FT – Faculdade de Tecnologia
ICOMP– Instituto de computação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE– Instituto de Ciências Exatas
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
PNAD– Plano Nacional de Amostras por Domicílio
PNAES–Política Nacional de Assistência Estudantil
PNE– Plano Nacional de Educação
PQ– Bolsistas de Produtividade em Pesquisa
PROPESP–Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
REUNI –Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAM – Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico: 1 Distribuição de Matrículas por Gênero no Brasil----------70
Gráfico 2: Servidores da Universidade Federal do Amazonas-UFAM por gênero---------- 77
Gráfico 3: Percentual por Gênero: Docentes Efetivos (Manaus) ----------78
Gráfico 4: Condições de trabalho - Gênero Feminino----------79
Gráfico 5: Condições de Trabalho- Gênero masculino----------80
Gráfico 6: Distribuição por sexo de bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq----------84
Gráfico 7: Bolsas PQ distribuição por raça ---------- 86
Gráfico 8: Distribuição das bolsas (PQ) 2023, por raça, cor e sexo do bolsista ----------86
Gráfico 9: Distribuição das bolsas (PQ)-1A, 2023 por raça/cor e sexo do bolsista ----------87
Gráfico 10: Bolsa em Produtividade (PQ) por gênero na UFAM----------88
Gráfico 11: Nível das bolsas produtividade (PQ) por gênero na UFAM ----------90
Gráfico 12: Bolsistas produtividade (PQ) gênero/ área de conhecimento na UFAM ---------91
Gráfico 13: Idade das docentes participantes----------94
Gráfico 14: Áreas do conhecimento das docentes participantes ---------- 95
Gráfico 15: Estado Civil das docentes ----------99
Gráfico 16: Nível acadêmico das docentes ----------99
Gráfico 17: Docentes que possuem filhos ---------- 100
Gráfico 18: Se você possui filhos, em algum momento ao longo de sua carreira a maternidade te comprometeu na produção de artigo? ----------101
Gráfico 19: No desenrolar de sua carreira você sentiu dificuldade em conciliar a vida familiar com a produção de artigos? ----------102
Gráfico 20: Em algum momento ao longo de sua carreira você precisou escolher entre a sua carreira e o seu relacionamento? ----------115
Gráfico 21: Cor e raça autodeclarada das docentes----------120
Gráfico 22: Em seu ambiente de trabalho a presença de mulheres em posição de liderança é comum ou é minoria? ---------- 129
Gráfico 23: Dos prestigiados cargos de liderança em sua área, você já assumiu algum ao longo de sua carreira? ----------130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- UFAM em números----------72

LISTA DE TABELAS:

Tabela: 01 - Categoria de bolsa de produtividade do pesquisador no CNPq.----------89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO----------**14**

CAPITULO 1 – CONDIÇÃO FEMININA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO SOCIAIS ----------21

1.1. O Gênero como determinante nas relações: Capitalismo e Patriarcado, Visibilidade no mundo público, educação e trabalho----------21

1.2. Mirada Histórica em torno da inserção da mulher na Ciência e pesquisadoras viajantes no Brasil----------27

1.3. Divisão Sexual do Trabalho: Mulheres Brasileiras em busca de emancipação----------35

1.4. A escolarização feminina no Brasil e no Amazonas: A feminização da docência ---------- 45

CAPITULO 2 – AS MULHERES E A BUSCA POR EMANCIPAÇÃO EM MANAUS ----------56

2.1. Mulheres no Ensino Superior Amazonense: A busca por maior capacitação acadêmica----
----------69

2.2. A Universidade como um campo de forças hegemônicas----------76

2.3 A fala das mulheres nas suas trajetórias pelo acesso ao Ensino Superior----------91

CAPITULO 3 – EXPERIÊNCIAS DOCENTES DE MULHERES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS----------96

3.1. Inserção das Mulheres Nas Carreiras Docentes na Universidade Federal do Amazonas----------100

3.2. Condição de Gênero Vivenciada: Entre a Vida doméstica, Maternidade e Carreira----------107
3.3. Experiências Docentes das Mulheres Em Posições de Liderença Na Universidade----------121
CONSIDERAÇÕES FINAIS----------128
REFERÊNCIAS ----------131
ANEXOS----------142
TCLE----------142
QUESTIONÁRIOS----------146

INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro de expansão do ensino superior se deu acentualmente a partir da última década do século XX, a presente pesquisa, situa-se a partir do processo de crescimento e diversidade de configurações deste grau de ensino para novos e mais variados públicos, com a criação de novos cursos e de novas vagas. A presença feminina no campo científico nesse contexto, vem se destacando pelo crescimento de mulheres como docentes e pesquisadoras e pela participação em projetos de pesquisa e extensão em todo o território nacional (Martins, 2000).

Surdine *et al*. (2020) aponta que no ano de 2007, em decorrência de intensas lutas da classe trabalhadora, surgiram novas políticas educacionais que ampliaram o ensino superior brasileiro, criadas pelo Governo Federal. Estas normas determinaram ações afirmativas, democratização e inclusão, no período de 2007 a 2015, essas estratégias foram implementadas, resultando na expansão de universidades públicas federais, na criação de institutos federais e na instituição da lei de cotas raciais. Isso possibilitou o acesso e a permanência de grupos sociais minoritários marginalizados, como negros, deficientes, quilombolas, mulheres e estudantes de escolas públicas. Dessarte, observou-se uma ampla diversificação do perfil dos estudantes universitários brasileiros.

As autoras destacam que o programa que desempenhou um papel crucial nessa expansão foi implementado por meio do Decreto n° 6.096, datado de 24 de abril de 2007, conhecido como Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Essa iniciativa não só propiciou o aumento de vagas em cursos de graduação, mas também contribuiu para o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.

O PNE estabelece a oferta de vagas no Ensino Superior para pelo menos 30% (trinta por cento) dos jovens entre 18 e 24 anos até o ano de 2024. No que se refere a permanência desses alunos, outro projeto que surge é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como objetivo viabilizar a permanência e conclusão da graduação para estudantes em vulnerabilidade social com a oferta de diferentes auxílios financeiros (Surdine *et al.*, 2020).

Nesse sentido, por meio do alargamento deste nível de ensino, marcado pelo crescimento da presença de mulheres no campo científico, na condição de alunas, docentes e pesquisadoras, surge o objeto de pesquisa desta dissertação: a mulher docente e pesquisadora e a sua condição feminina de inserção em diferentes áreas do conhecimento.

O estudo proposto tem como objetivo analisar o processo de experiências docente de mulheres pesquisadoras na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, no campus da capital Manaus. Para entender o contexto histórico, social e profissional dessas mulheres no século XXI, na realidade regional, faz-se indispensável a construção de uma linha do tempo das lutas femininas em busca de emancipação, igualdade e direitos conquistados. Tendo como pressuposto que a democratização do ensino superior ganha perspectivas próprias em cada região, estado e cidade, torna-se fundamental para pensar um contexto específico.

Diante da análise das relações entre os diferentes setores da sociedade contemporânea, Estado, sociedade, educação, ciência e desenvolvimento de gênero são fundamentais na reflexão sobre os processos de transformações sociais que estão interligados ao acesso feminino ao Ensino Superior Brasileiro.

Essas questões são essenciais para compreender a presença feminina e a caminhada para o prosseguimento da carreira acadêmica, assim elegeu-se a seguinte problemática: Em que medida a condição feminina e as experiências docentes de mulheres pesquisadoras são reveladoras dos processos de construção e consolidação de carreiras femininas no âmbito da Universidade Federal do Amazonas, no campus da capital Manaus?

Perante essa abordagem, surge duas questões norteadoras que se interliga aos elementos centrais na experiencia docente das pesquisadoras estudadas: primeiro, o processo de escolha do curso de graduação como alunas; segundo suas experiências e desafios como mulheres docentes e pesquisadoras da universidade.

A pesquisa em suas etapas iniciais, partiu de uma busca e aprofundamento no estado da arte. Com a preocupação em acompanhar os fios condutores de debates relacionado ao tema. Logo, dedicamos inicialmente a estudos anteriores que envolve gênero e a docência na universidade, bem como as dificuldades que as mulheres vivenciam em conciliar suas carreiras profissionais com a vida doméstica e a maternidade, buscamos explorar debates nos âmbitos, internacional, nacional e mais especificamente regional.

A fundamentação teórica emergiu da preocupação em desenvolver um trabalho ligado à interdisciplinaridade, uma vez que não abordaremos apenas aspectos voltados à área da Educação, mas também da Sociologia, Antropologia e História. Dessa forma, trabalhar de forma interdisciplinar é perceber que as áreas do conhecimento dialogam entre si e se complementam, ou seja, é indispensável uma abordagem necessária para o fornecimento de reflexões aprofundadas, críticas e indispensáveis para promover atividades de pesquisa coletiva e inovação em novos temas de estudos que exigem um novo olhar sobre a análise de problemas complexos postos por uma sociedade globalizada (Sattolo *et al.*, 2019).

No processo de relevância acadêmica e social proposta, destaca-se a busca feita na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) com o marcador "experiências docentes e condições femininas de mulheres na ciência". Somente dez (10) pesquisas foram encontradas, e apenas seis (6) se aproximam da busca proposta neste estudo, o que tende a demonstrar a importância de mais pesquisas nesse nível de abordagem.

No percurso metodológico, por se tratar de uma pesquisa que envolve o processo histórico, a apreciação dos instrumentos que legitimam a subordinação feminina perante os homens legitima a percepção dos atores sociais envolvidos nesse processo. O materialismo histórico-dialético é o método que se interliga com nosso objeto. Com base na concepção do método marxista, buscamos compreender a definição de Kosik (2011) acerca do materialismo histórico-dialético, em que frisa que o método materialismo histórico dialético é rodeado de contradições que se apresentam e necessitam ser eliminadas para esclarecer a concepção sobre o objeto de estudo. Para isso, é necessário um constante movimento de idas e voltas sobre o objeto para a construção de novas análises sobre ele, removendo todas as abstrações.

Partindo do contexto da educação e da questão de gênero se busca compreender a formação do Estado Brasileiro, seu primórdio, trajetória e suas perspectivas construídas ao longo desse processo. Nosso aporte, se faz a partir de obras que abordam a essência marxista, por meio da abordagem construída sob o víeis histórico/crítico, que nos leva a visualizar nosso objeto a partir do contexto social e suas dimensões. Categorias como, gênero, classe, raça, trabalho, maternidade e carreira docente universitária, especialmente na UFAM e no mundo da pesquisa científica, serão seguidas a fim de analisar a condição feminina no percurso de experiências vivenciados pelas professoras/ pesquisadoras da Universidade.

Ademais, a pesquisa parte de uma abordagem mista, quanti-qualitativa, que busca a combinação de duas abordagens e possibilita dois olhares diferentes, levando a uma visualização mais ampla do problema investigado. Isso, segundo Creswell (2007, p. 211), surge da “[...] necessidade de esclarecer o objetivo de reunir dados quantitativos e qualitativos em um único estudo.” Nesse sentido, as análises buscam responder à problemática e aos objetivos que guiaram a investigação.

Outrossim, por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, torna-se imprescindível estabelecer os aspectos éticos por respeito a dignidade, liberdade e a autonomia humana e a proteção dos participantes de pesquisa que serão seguidos conforme a Resolução CNS 466/2013. O envio foi feito para o Comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal do Amazonas por meio da plataforma Brasil, aprovado através do CAEE, n° 80662224.5.0000.5020 . O TCLE foi apresentado ainda na 1° etapa de coleta de dados, como

a primeira página do questionário virtual, onde foi apresentada a pesquisa, os riscos, os benefícios e os direitos dos participantes de pesquisa.

O método de recrutamento selecionado foi ser docente do quadro permanente da Universidade do Campus de Manaus/AM. Os cursos selecionados são da área de Ciências Humanas: Pedagogia, Serviço Social e Letras Português, sendo esse primeiro curso pertencente ao Departamento da Faculdade de Educação (FACED), o segundo ao Departamento de Serviço Social (DSS) e o terceiro à Faculdade de Letras (FLET). Na área de Ciências Exatas, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica, pertencente ao Departamento da Faculdade de Tecnologia (FT). Geologia e Estatística, pertencente ao Instituto de Ciências Exatas (ICE), e na área de Tecnologia, Engenharia de Software e Ciências da Computação, pertencente ao Instituto de Computação (ICOMP). Nas Ciências Agrárias, Agronomia e Engenharia de Pesca, pertencente à Faculdade de Ciências Agrárias (FCA). Nas Ciências Biológicas, o curso de Biologia. Na área de Ciências da Saúde, os cursos de Fisioterapia, Educação Física e Psicologia, sendo os dois primeiros pertencentes à Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF) e a FAPSI ao Departamento de Psicologia. O critério de inclusão das participantes se constituiu de, mulheres docentes e pesquisadoras da Universidade Federal do Amazonas pertencentes ao quadro permanente de professoras. O critério de exclusão foi professoras aposentadas e que não são mais pertencentes ao quadro permanente da universidade Federal do Amazonas e professoras substitutas temporárias.

Na etapa qualitativa, realizou-se a revisão de literatura, com a leitura de artigos científicos, dissertações e teses, a coleta de fontes e dados históricos e a pesquisa documental. Além disso, foram usados questionários semiabertos por meio dos formulários do *Google Forms.* Nas questões abertas, o foco foi a coleta de dados das participantes, buscando conhecer, a partir de suas experiências como mulheres na esfera acadêmica/científica e profissional. Com efeito, no que tange às narrativas respondidas, compreendemos que suas experiências de vida como docentes e pesquisadoras são construções sobre seus momentos passados, histórias e memórias, sendo relatos individuais, coletivos e pertencentes a um grupo de diferentes gerações de pesquisadoras. Nesse tratamento de dados, adveio a concepção análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011), que, segundo a autora, é um conjunto de técnicas, sendo um método empírico e dependente do tipo de fala a que se dedica a interpretação, tendo como objetivo analisar tudo aquilo que foi relatado. Dessa forma, se seguiu três etapas: pré-análise, exploração do material, e tratamento e interpretação dos dados, na qual será utilizada a análise de conteúdo temática por frequência.

No contexto quantitativo, os dados analisados são oriundos das respostas fechadas do questionário, a partir das quais foram desenvolvidos gráficos e tabelas, com o objetivo de representar estaticamente os resultados encontrados a partir das respostas das professoras participantes da pesquisa. O objetivo se constituiu “gerar medidas precisas e confiáveis que permitam uma análise estatística; tentar garantir precisão de resultados; buscar evitar erros de análise e interpretação” (Machado, 2023, p. 6).

Por conseguinte, nas duas abordagens desenvolveram-se tratamentos diferenciados, mas com o objetivo de apresentar um resultado com legitimidade as informações analisadas. Os dados teóricos e históricos e as questões abertas do questionário sucederam para os dados qualitativos, enquanto a análise estatística foi aplicada às questões fechadas aos dados quantitativos.

Os processos sociais e históricos como as lutas feministas em busca de maior autonomia e acesso à educação e ao trabalho foram fundamentais para que as mulheres no cenário hodierno acessassem diversas áreas do conhecimento, que anteriormente lhe era negada por preconceitos de gênero. No cenário regional do estado do Amazonas, Campos (2010) frisa que as primeiras reivindicações femininas utilizam a imprensa de jornais como forma de expandir ideais feministas emancipatórias no final do século XIX e início do século XX.

Em síntese, no primeiro capítulo, buscamos compreender os aspectos sociais e históricos, primeiramente em um cenário de formação de gênero e como ele se forma e desencadeia comportamentos na sociedade ocidental. Além disso, a inserção feminina na ciência é outro aspecto que abordamos, principalmente voltado como se iniciou a presença feminina na ciência? Bem como no campo do trabalho, que diante da consolidação do capitalismo buscou marginalizar o trabalho feminino, com menores salários e funções inferiores as destinadas aos homens. No último tópico dessa primeira parte é feita a discussão acerca da escolarização feminina no Amazonas, revelando as desigualdades entre classes: enquanto as mais ricas tinham acesso a estudos no exterior, a classe popular recebia uma educação voltada para o mercado de trabalho. A educação feminina no estado foi inicialmente influenciada pela religião e pelas funções domésticas, refletindo nessa divisão de classes, na qualidade da educação disponível para os diferentes níveis socais de mulheres amazonenses.

No segundo capítulo, é proposto acerca das mulheres e a busca por emancipação no cenário regional. Os movimentos sociais, iniciados por influências internacionais e nacionais na segunda metade do século XIX, acarretaram, nas mulheres pertencentes às camadas da elite manauara, a busca por maior autonomia em torno de igualdade, educação e ampliação do

setor trabalhista, restrito historicamente aos homens. Do mesmo modo, é importante destacar que mulheres das camadas sociais mais pobres, em decorrência de seus sustentos e sobrevivência, trabalhavam nas ruas e fábricas em diversas atividades, apesar da reprovação social. A busca pelo ensino superior se deu primeiramente com as mulheres da elite manauara, que podiam pagar por uma maior escolarização; as das classes populares, em grande maioria, permaneciam analfabetas. O segundo tópico desse capítulo aborda a luta das mulheres amazonenses para acessarem o ensino superior e o histórico de criação, expansão e a participação feminina nos cursos de ensino superior da Escola Universitária Livre de Manaós, que viria a ser posteriormente a Universidade Federal do Amazonas. O terceiro assunto pesquisado envolve os altos cargos hierárquicos de cientistas da universidade por meio dos dados do CNPq dos bolsistas em produtividade PQ da UFAM, além da participação feminina nessa análise. O quarto e último tópico do capítulo explora a trajetória educacional das docentes mulheres no ingresso ao ensino superior. Através de questionários semiabertos, são examinadas as decisões relacionadas aos cursos de graduação, as influências familiares e as exigências do mercado de trabalho. As experiências individuais compartilhadas por essas mulheres revelam suas vivências pessoais na escolha das áreas de estudo e nos desafios enfrentados ao longo do percurso.

O terceiro capítulo emerge a partir dos relatos de professoras pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento e busca analisar as experiências docentes de pesquisadoras da Universidade Federal do Amazonas. Após concluir a aplicação do questionário semiaberto, os resultados foram ligados aos nossos objetivos iniciais. Nesse processo, compreendemos que a escolha de seguir a carreira acadêmica e sua consolidação é um processo de longas lutas de mulheres que lutaram e persistiram para que, nos dias atuais, as gerações presentes pudessem dar seguimento e vencer paradigmas patriarcais, aumentando a presença de mulheres em áreas culturalmente ocupadas apenas por homens. O capítulo também dialoga sobre uma abordagem interseccional, a partir da presença de professoras negras e pertencentes a minorias étnicas na universidade. Sendo esse processo uma luta contínua, em virtude de estruturas históricas que dificultaram a ascensão social desses grupos e denotam consequências até os dias atuais. Nesse aspecto, por meio das vivências diferenciadas, essas mulheres buscam conciliar a vida privada e a profissão, algumas ainda com a maternidade, e seguem na busca de melhorias e valorização, sobretudo de mais mulheres em posições de liderança em campos ainda com presença feminina minoritária, a exemplo das áreas de Exatas e Tecnologias.

Por fim, a presente investigação, realizada por uma mulher e orientada também por uma mulher, na Universidade Federal do Amazonas – local onde nossas professoras participartes atuam –, evidencia os avanços que identificamos no cenário amazonense, que atualmente passa por um processo de consolidação das mulheres no campo docente e científico. Na realização desta pesquisa, pretendemos contribuir com uma perspectiva de gênero voltada ao trabalho docente no contexto científico, identificando como as condições das mulheres pesquisadoras vêm se desenvolvendo, considerando um cenário no qual enfrentam dupla ou tripla jornada e, em muitos casos, convivem em ambientes de trabalho com conceitos fortemente patriarcais.

CAPITULO 1: CONDIÇÃO FEMININA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO SOCIAIS

1.1 O Gênero Como Determinante Nas Relações Sociais: Capitalismo e Patriarcado, Visibilidade No Mundo Público, Educação e Trabalho

Estudos feministas têm se empenhado em desvelar o dever patriarcal que a sociedade estabeleceu para as mulheres. Diante dessa perspectiva, Joan Scott (1995) aponta que é necessário que o gênero seja compreendido como uma categoria de análise para se escrever a história das mulheres.

> o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (Idem, p. 75).

Primordialmente, para a autora, o gênero se constituiu como um sistema de relações sociais constituídas entre os sexos e torna-se indispensável para analisar e decodificar as relações de poder naturalizadas ao corpo feminino, incluindo classe e raça na qual pode possibilitar apresentar o gênero como uma categoria de reestruturação para a compreensão das intensas desigualdades vivenciadas pelas mulheres “gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexualizado” (Scott, 1995, p.75). Nesse cenário, heranças patriarcais subjugadoras foram constituídas majoritariamente sobre as mulheres consolidadas por séculos de segregação.

Simone de Beauvoir (1967) apresenta dados do período da pré-história estudados pela etnografia que abordam como a hierarquia dos sexos foi estabelecida. Nas sociedades primitivas, as mulheres exerciam papéis fundamentais nos clãs. Existem registros deste período histórico que indicam que as mulheres eram bastante robustas e resistentes, comparáveis aos guerreiros, demonstrando a mesma coragem e crueldade dos homens. Em algumas situações, como nas histórias das Amazonas de Daomé, as mulheres participavam ativamente de guerras e vinganças, sendo notáveis por sua crueldade, inclusive mordendo brutalmente o fígado dos seus inimigos. Houve, durante um período, uma relativa igualdade entre ambos os sexos. No entanto, à medida que as duas categorias humanas compartilhavam o mesmo ambiente, cada uma delas estava disposta a impor à outra sua soberania.

> Enquanto o homem caça e pesca, a mulher permanece no lar. Mas as tarefas domésticas comportam um trabalho produtivo: Fabricação dos vasilhames, tecelagem, jardinagem e com isso a mulher desempenha um papel importante na vida econômica. Com a descoberta do cobre, do estanho, do bronze, do ferro, com o

> aparecimento da charrua, a agricultura estende seus domínios. Um trabalho intensivo é exigido para destravar florestas, tornar os campos produtivos. O homem recorre, então, ao serviço de outros homens que reduz a escravidão. A propriedade privada aparece: senhor de escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher (Beauvoir, 1967, p. 74).

Sob essa ótica, a dominação masculina foi estabelecida na medida em que se mostrou que, apesar das mulheres demonstrarem grande coragem e resistência, a honra de ter a força física ainda predominava com os homens. Uma circunstância que limitou as mulheres foram fatores naturais e biológicos, como a menstruação e a maternidade, que diminuíam os seus trabalhos e relevância, determinando períodos de impotência em que precisavam da força física da alimentação, caça e pesca que era provida pelos guerreiros para defendê-las.

Nesse víeis, a figura masculina se estabeleceu como provedor do equilíbrio da reprodução e da sobrevivência da espécie em períodos de alta taxa de mortalidade de crianças e adultos, pois ser útil ao clã nesse cenário, não era medido pela gestação de uma criança, mas de servir com sua vida em prol da proteção e sobrevivência do grupo (Beauvoir, 1967).

No estudo feito pela antropóloga Margaret Mead (2000) em “Sexo e Temperamento”, uma perspectiva diferente de construção de gênero foi estudada em três sociedades primitivas da Nova Guiné. As relações entre os sexos foram observadas por meio das personalidades denominadas temperamentais, entre homens e mulheres.

No primeiro povo analisado, os Arapesh, os homens e as mulheres participam de forma igualitária na criação de seus filhos e demonstra-se como não agressivos, cooperativos, gentis e atentos às necessidades uns dos outros. Seus ritmos de vida são lentos e pacíficos.

> O dever de cada criança é crescer e o dever de cada homem e cada mulher é obedecer às regras, a fim de que cresçam as crianças e o alimento de que elas dependem. Os homens como as mulheres, estão inteiramente empenhados nesta nutritiva aventura. Pode-se dizer que o papel do homem, como da mulher, é maternal (Mead, 2000, p. 40).

Nessa sociedade, é destacado que os homens são gentis e não gananciosos. Por se tratar de uma sociedade coletiva, é comum que um homem venha caçar e dívida o alimento com os outros. Eles se unem de uma forma matriarcal para atender às necessidades das gerações futuras. Até mesmo no nascimento de uma criança Arapesh é diferente da concepção ocidental “Aqui a tarefa do pai é idêntica a da mãe, a criança é o produto do sêmen paterno e do sangue materno, combinados em quantidades iguais no início para formar o novo ser humano” (Mead, 2000, p. 56). Desde a concepção da criança, o cuidado e a moldagem social é feita pelo pai e pela mãe.

A gravidez não é um fardo apenas da mulher, mas do homem também, sendo medida como uma responsabilidade difícil para ambos. Uma série de rituais deve ser seguida ao longo da gestação do bebê; relações sexuais são proibidas para preservar o repouso do bebê, que na concepção dos Arapesh está dormindo no ventre materno. A mãe deve evitar uma série de alimentos que são considerados perigosos como rato gigante, que pode ocasionar um parto difícil, sagu que venha de um marsalai [1] cocos de uma palmeira tabu [2]. Caso deseje ter um filho homem é aconselhada a nunca cortar nenhum objeto no meio, tal atitude lhe dará uma filha.

Após o nascimento, o pai passa a compartilhar dos cuidados do recém-nascido. É feito um feixe de folhas macias e forradas, visto que é nesse lugar que o bebê passará a maior parte do tempo em que se mantiver acordado. É banhado com água por cuias de coco e trazido folhas especiais de cheiro picante, que têm como objetivo proteger dos maus olhados. Em seguida, o ritual de vida é feito, sendo trazido um travesseiro de madeira, que os homens utilizam para se proteger, deitando-se ao lado da esposa. Após isso, é passado o espírito de vida para a criança; o cuidado é sempre compartilhado e os ritos mágicos são obrigatórios de serem feitos por ambos. Todas as noites, o pai deverá dormir com a mãe e o bebê para lhes garantir segurança (Mead, 2000).

> O leitor do Ocidente compreenderá facilmente quão especial é a interpretação que os Arapesh deram á natureza humana, quão fantatiscos foram eles em selecionar um tipo de personalidade rara, tanto nos homens como nas mulheres e impingi-lo a toda a comunidade como comportamento ideal e natural. É difícil julgar o que nos parece o comportamento mais utópico e fictício, dizer que não há diferenças entre homens e mulheres, ou dizer que tanto os homens como as mulheres são naturalmente maternais, dóceis, receptivos e não agressivos (Mead, 2000, p. 162).

Nessa perspectiva, os Arapesh se constituem de um povo que é coletivo, e não existe conflitos entre velhos e jovens. Todos vivem em cooperação na comunidade e ajudam, cooperando com o grupo, e não apenas um grupo dominante sai como beneficiado. Os homens não são como os ocidentais, pois de forma diferente caracterizam as mulheres e demonstram atitudes como, gentileza e cuidados maternais em seus institutos. Logo, não existe o sentimento que o homem é mais sábio que a mulher.

O segundo povo analisado, os Mundugumor, apresentava características diferentes e mostraram-se violentos, agressivos, implacáveis e canibais. Sua sociedade é formada de uma forma totalmente diferente dos Arapesh.

---

1 Um feiticeiro

[2] O padroeiro sobrenatural do culto dos homens na cultura Arapesh

> Os Mundugumor têm uma forma de organização que chamam corda. Uma corda é composta de um homem, suas filhas, os filhos de suas filhas, as filhas dos filhos de suas filhas, ou se a contagem começa pela mulher, a corda é composta de uma mulher, seus filhos, as filhas de seus filhos, os filhos das filhas de seus filhos, e assim por diante. Toda propriedade, com excesão da terra, que é abudante e não muito valorizada, passa através da corda; mesmo as armas passam de pai para filha. (Mead, 2000, p. 178).

O cenário familiar é cheio de conflitos, pois é seguido um sistema de cordas[3], que inicia uma série de rivalidades entre irmãos e os próprios pais. Dessa forma, o nascimento de uma criança não é comemorado, o pai tende a largar a esposa por outra mais nova, a mãe fica a gestação toda sozinha, gerando insatisfação com a criança. O nascimento de uma menina é mais comemorado, o um filho homem só poderá se casar se houver uma irmã para trocá-la por uma esposa com outro homem. Os homens chegam a possuir mais de dez esposas, um grande número significa riqueza e poder, e mais trabalhadoras para lhe trazer riquezas nas plantações de fumo – principal atividade econômica desenvolvida pelos Mundugumor.

As meninas, desde a infância, são criadas como desejadas e ornamentadas com enfeites variados, e crescem na companhia de outras parentes e meias-irmãs que são da mesma corda, ao contrário dos meninos que são incentivados à competição e desconfiança entre si. Porém, na medida que crescem, ambos os gêneros não lhes é dado afeto, carinho ou gentileza para os tornar dóceis. São ensinados a serem violentos, agressivos, ciumentos, vingativos e desrespeitosos. Portanto, a sociedade Mundugumor é construída de forma que os homens lutem pelas mulheres, o temperamento analisado é semelhante entre os homens e as mulheres.

No terceiro povo analisado, os Tchambuli, as diferenças entre ambos os gêneros se mostravam mais evidentes, as mulheres se destacavam em uma posição de poder mais alta, diferente dos dois últimos povos.

> São as mulheres entre os Tchambuli, que detém a verdadeira posição de poder na sociedade. O sistema patrilinear inclui casas e terras, terra de morada e terra de plantio, mas apenas um ou outro homem particularmente vigoroso, planta. Quanto a alimentação, o povo depende da pesca das mulheres (Mead, 2000, p. 246).

Os comportamentos entre os gêneros se diferem, na infância até a idade de seis e sete anos, são tratados da mesma maneira. No entanto, a conjuntura cultural indica que os meninos devem agir de uma forma e as meninas de outra diferente. “ A menina é rapidamente treinada

[3] Não se organizam em clãs, mas em um sistema de cordas ligado por laços de sangue. O modelo familiar permite a poligamia associando-à riqueza (Mead, 2000)

em ofícios manuais e absorvida na vida sóbria e responsável da mulher, ao menino não é dado um treinamento adequado ao seu futuro papel ”(Mead, 2000, p. 257).

As mulheres, para os Tchambuli, são apresentadas como protagonistas nas relações de poder. O negócio da pesca é controlado por elas, como também a manufatura, os mosquiteiros, também controlam os lucros das vendas desses itens e não realizam atividades secundárias desvalorizadas. As propriedades que um homem pode herdar provém de uma mulher, apesar de assumirem posições de poder. O tratamento das mulheres aos homens é baseado no carinho, tolerância e estima. Os homens dedicam-se às artes e são mais emocionalmente frágeis que as mulheres. Um homem só poderia se casar com uma mulher se a mesma tivesse habilidades de provedora, caso contrário o casamento não é recomendado.

Nas três sociedades analisadas, é perceptível que as definições culturais são essenciais na concepção dos papeis sociais destinados a cada gênero.

> Nem os Arapesh, nem os Mundugumor tiram proveito de um contraste entre os sexos; o ideal Arapesh é o homem dócil e suscetível casado com uma mulher dócil e suscetível; o ideal Mundugumor é o homem violento e agressivo, casado com uma mulher também violenta e agressiva. Na terceira, os Tchambuli deparamos verdadeira inversão das atitudes sexuais de nossa própria cultura, sendo a mulher o parceiro dirigente, dominador e impessoal e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente (Mead, 2000, p. 268).

Neste sentido, é exposto que as características psicológicas femininas e masculinas não são naturais do nascimento, mas é nas relações sociais que as diferenças entre ambos os sexos são construídas. Por meio de diferentes gerações, os padrões culturais dessas sociedades são repassados, ou seja, os comportamentos esperados dos homens e das mulheres, ambos devem segui-los e conforma-se com seus padrões. Dessarte, a cultura vivenciada, as relações sociais mediante essa análise, é indispensável para compreender o comportamento e a diferenciação de personalidades entre os gêneros construídas em cada sociedade estudada.

Sob uma perspectiva diferenciada das sociedades tribais, a sociedade ocidental enfrenta paradigmas culturais e sociais estabelecidos ao longo da história para os gêneros feminino e masculino. Com efeito, o homem começou a exercer a dominação e faria de tudo para mantê-la nos séculos posteriores.

> A teoria feminista consolida o conceito de gênero (masculino/ feminino) como construção social/ cultural, distinto da condição biológica de sexo (macho/ fêmea) explica que as relações de desigualdade de gênero são ideologicamente construídas e justificadas com base na diferença sexual, ou seja, comportamentos humanos aprendidos são atribuídos a natureza, as distinções estruturam todos os aspectos da vida social e fazem parte de um complexo sistema de dominação masculina, fortemente institucionalizado e internalizado (Carvalho, 2009, p. 16).

A conjuntura estabelecida pela sociedade patriarcal [4]dominante determina a relevância de um gênero sobre o outro de forma passiva e inexorável. Nessa análise, não é a biologia que é predominante quando se destaca o futuro das mulheres, mas sim a cultura de poder masculina que foi consolidada ao longo dos séculos de patriarcalismo.

A construção de poder ao longo da história determinou os homens a exercerem papeis designados que não se constituem como naturais ou biológicos, mas construídos conforme a necessidade de cada sociedade. O processo de luta da mulher contra esses moldes estabelecidos é perpetuado desde seu nascimento ao crescer em um sistema e determinismos que a coloca como inferior ao homem. Ao longo da história afirma-se como um processo natural, não obstante, se evidenciam como uma luta diária de resistência (Pedro e Guedes, 2010).

Saffioti (1987) frisa que os papeis sociais foram determinados com grandes diferenças nos espaços em que os homens e mulheres podem atuar. O campo doméstico, a maternidade e o cuidado dos filhos é responsabilidade das mulheres, o que é notável em todas as classes sociais, das mais altas às mais baixas. Nessa divisão, as mulheres da classe trabalhadora tendem a enfrentar maiores dificuldades por terem a responsabilidade com o emprego e a vida pessoal, enquanto as mulheres mais ricas têm a opção de contratar serviçais para desempenhar esses serviços.

Nesse sentido, a autora também acentua que devido a naturalização dos processos socioculturais que a sociedade ocidental perpetuou, se desenvolveu a discriminação contra as mulheres, o que veio a legitimar a "superioridade" masculina dos homens brancos e heterossexuais aos postos de liderança. Dessa maneira, a consolidação de estruturas de dominação são milenares e ultrapassam classes sociais. Na sociedade brasileira, marcada pela grande desigualdade social, a discriminação racial coloca às mulheres negras pobres como as principais afetadas por essa estrutura de poder patriarcal. Em vista disso, esse processo trata-se:

> [..] No terreno do preconceito quando se diz que a mulher é a mais fraca ou menos inteligente que o homem. Objetivamente, nada há que se prove essas afirmações. Mas como elas são úteis aos poderosos! Em primeiro lugar, elas são úteis porque impedem, ou pelo menos dificultam, a entrada de negros e mulheres em certos mercados e ambientes que os machos brancos desejam conservar como espaços de

[4] Patriarcado- Este termo visa contextualizar o entendimento das relações entre homens e mulheres, onde é estabelecida a dominação masculina sobre as mulheres em diferentes âmbitos sociais, tais como nas relações familiares, no trabalho, em espaços privados e públicos, nos meios de comunicação, entre outros espaços de poder. Essa articulação social consolida a superioridade dos homens sobre as mulheres, de uma forma que pode naturalizar esse padrão como uma categoria social a ser seguida pela sociedade posteriormente (Scott, 1995).

> sua propriedade, uma vez que foram por eles culturalmente apropriados. Em segundo, estes preconceitos são úteis porque acabam atuando como "profecia autorrealizadora". Ou seja, negros e mulheres, assim como todas as categorias sociais discriminadas, de tanto ouvirem que são inferiores aos brancos e aos homens, passam a acreditar em sua própria "inferioridade" (Saffioti, 1987, p. 29).

Para Carvalho (2009, p. 190) , "[..] Na socialização dos papeis de gênero e modos de organização de vida e do trabalho é onde os homens dominam as mulheres, a partir do lar, da esfera econômica, sexual e cultural". Sob essa conjuntura, é perceptível que muitas mulheres protagonizaram causas femininas ao longo dos séculos e foram essenciais para colocar em pauta a discussão acerca de gênero e as grandes lacunas que separam os comportamentos considerados adequados para ambos os sexos, construídas em diferentes âmbitos. Nesse sentido

> Certos/as pesquisadores/as, principalmente os/as antropólogos/as, têm restringido o uso do gênero ao sistema de parentesco (centrando-.se no lar e na família como a base da organização social). Temos necessidade de uma visão mais ampla que inclua não somente o parentesco, mas também (especialmente para as complexas sociedades modernas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de coeducação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção do gênero (Scott, 1995, p.87).

A formação do gênero, é apontada como desenvolvida primeiramente no cenário familiar em que costumes e tradições são ensinados; no caso da mulher, são as características que a colocam como sexo frágil, conforme apontado anteriormente. Além disso, o gerenciamento do poder público apontado para os homens também é construído sob os valores de gênero que a sociedade dispõe para definir o papel desempenhado pelo homem como provedor e líder. O conceito de gênero também é essencial para analisar como foi construído o acesso à educação e a divisão sexual do trabalho, categorias ligadas à relação de poder construída na sociedade.

1.2 Mirada Histórica Em Torno Da Inserção Da Mulher Na Ciência E Pesquisadoras Viajantes No Brasil

Segundo Londa Schiebinger (2001) a participação feminina no que tange ao cenário científico é marcada por inúmeras barreiras que foram impostas para restringir e inferiorizar a presença das mulheres neste setor. Desde a Idade Média, destacam-se debates com o objetivo de incluir as contribuições e originalidade femininas.

Aponta que primeiramente, em "Mulieribus Claris" (1355-1350), a obra apresentou 104 biografias de mulheres, a maioria pertencente a rainhas reais e místicas do mundo antigo. E que no ano de 1405, Christine de Pizan também ressaltou a devida credibilidade das atividades femininas, como a fabricação do pão, o tingimento de lã, a elaboração de tapeçarias e a arte de construir jardins e cultivar grãos. Refere-se que em 1690, Gilles Ménage, um homem de letras francês, publicou uma enciclopédia com nomes de mulheres que se distinguem na filosofia antiga e moderna, com o objetivo de incentivar que as mulheres fossem aceitas na Académie Française, a primeira grande academia da França.

Explicita que no século XVII ao século XVIII, o modelo europeu dividiu duas importantes áreas distintas: a política e a economia. Desta forma, na esfera pública, se consolidou o governo e as profissões, enquanto a família e o lar foram determinados para o campo privado. Nessa divisão, segundo a autora perpetuou-se a configuração social herdada desde a separação dos papéis atribuídos por gênero, de modo que as mulheres assumiram o lugar de cuidadoras do lar e mães, enquanto os homens desempenharam o papel no mundo privado e as grandes demandas do mundo público. No século XIX, a ciência foi estabelecida como profissão em diferentes instituições, colocando o gênero masculino como o ideal de cientista, sendo que suas esposas eram esperadas para permanecer em casa cuidando deles e de seus filhos.

Esses fatores contribuíram para que a inserção das mulheres na ciência estivesse longe de ser reconhecida como contribuintes também para grandes descobertas. Isso não significa, no entanto, que uma pequena parcela não tenha quebrado os paradigmas misóginos estabelecidos. No cenário contemporâneo, o interesse em resgatar estudos científicos feitos por mulheres em diferentes períodos históricos que datam do ano de 1913, pela obra "*Womam in Sciene*" feita por um padre católico H.J. Mozans – pseudomino de Johnn Augustine Zahm, que buscou explorar acerca das barreiras que acarretam nas grandes desigualdades referente as mulheres a ciência (Schiebinger, 2001).

Segundo ainda a autora, as mulheres que conseguiram realizar qualquer ato científico o fizeram por "desafiar os códigos convencionais ao invés de se dedicarem aos afazeres domésticos como era o costume". Também em sua obra é abordado os conceitos preconceituosos perpetuados século XIX de craniologistas que afirmavam que o cérebro feminino era limitado para exercer ciência (Schiebinger, 2001).

Lopes (1997) também evidencia que, em uma configuração que se disseminou dentro dos laboratórios fechados, mais uma vez se dificultou a participação das mulheres como pesquisadoras ao longo do século XIX. Essas barreiras apresentadas, contudo, não impediram

que as mulheres, na passagem do século XIX e início do século XX, exercessem ciência como pesquisadoras de campo, pois, por séculos, diversas mulheres viajaram para lugares distantes e registraram suas descobertas em cartas, diários e pinturas. (Idem)

Para Mariana Sombrio (2014) a pesquisa em campo permaneceu sendo o único lugar viável de coletar dados científicos, diante de uma ciência masculina estabelecida em quatro paredes que não permitiu a entrada de mulheres neste campo fechado. Aponta que ao longo do século XX, mais mulheres apareceram exercendo ciência em campos abertos, em grupos formados por etnólogas, todas atuando em pesquisas de campo no Brasil, na primeira metade do século XX.

Relata a autora que no cenário brasileiro, no início do século XX, grandes viagens exploratórias eram feitas por viajantes estrangeiros, na qual um grande número se constituía de mulheres. Cita que nos dados do (CFE) – Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil apesar da menor porcentagem no índice geral ao se comparar aos homens, 38 nomes de mulheres, tendo 11 ligado a pedidos de exportação de material artístico ou a dossiês inconclusivos na realização da expedição, alguns nomes pertenciam a cientistas conhecidas e outras desconhecidas.

E grande parte dessas mulheres também vinha acompanhar seus maridos em viagens como suas assistentes, uma pequena parcela coordenavam suas expedições e, trabalhavam para museus como, coletoras autônomas, artistas, viajantes e exploradoras (Sombrio, 2014, p. 9).

> Relatos dessas viajantes registrados em cartas, diários, relatórios ou outros documentos permitem conhecer seus trabalhos e evidenciam experiências que iam muito além da pesquisa científica. Conheciam pessoas, cidades e lugares, estabeleciam redes de relações, anotavam suas impressões sobre os costumes e a cultura do Brasil em meio aos dados da pesquisa, e esses relatos são capazes de revelar um amplo conjunto de informações sobre a época, as viagens, as ciências e as mulheres.

Enfatiza que nesse período de intensas viagens exploratórias a presença de estrangeiros no Brasil entre os anos de 1933-1968 era alta, as pesquisadoras em sua maioria eram estrangeiras em grande parte dos Estados Unidos com um total de quinze (15), em seguida de brasileiras, sete (7), que quando não tinham licença do CFE necessitavam solicitar para poder realizar suas viagens. Os demais países com pesquisadoras atuantes vinham da Áustria (3), Súecia (3), Inglaterra (2), Alemanha (1), Argentina (1), França (1), Polônia (1), Suiça (1) e 3 não apresentaram suas nacionalidades nos registros (Sombrio, 2014).

Conforme a autora, dentre as mulheres pesquisadoras que participaram desses processos de pesquisa no cenário brasileiro, destacamos o nome de três cientistas estrangeiras:

Doris Cochran, herpetologista americana. Ela frequentou a Universidade George Washington no período da noite, onde recebeu seus títulos de bacharel e mestre em Zoologia em 1920 e 1921. No Brasil estudou sobre os répteis e anfíbios da América do Sul. Outra foi Betty Meggers que era uma pesquisadora americana e referência no campo da Arqueologia. Desenvolveu pesquisas sobre as culturas pré-históricas na América do Sul. A primeira vez que veio ao Brasil foi na companhia de seu marido, Clifford Evans, que também era antropólogo. Produziu diversos estudos, incluindo artigos, e seu livro chamado "Amazônia: A Ilusão do Paraíso" tornou-se referência para pesquisadores das áreas de Arqueologia e Antropologia, consolidando-se também como uma grande escritora.

A terceira foi Wanda Hanke que era austríaca, viajante e pesquisadora. Passou os últimos 20 anos de sua vida estudando grupos indígenas da América do Sul, viajando por diversos países, como Brasil, Bolívia, Argentina e Paraguai. Realizava pesquisas na área da etnologia, conduzindo seus estudos sem assistentes, e contribuiu significativamente para os estudos etnológicos no Brasil (Sombrio, 2014).

Relata ainda a autora que apesar das condições adversas de falta de financiamento em suas pesquisas, contando apenas com o apoio de alguns museus e da Embaixada Austríaca, viu-se obrigada a vender alguns objetos que encontrou para diferentes instituições a fim de prosseguir com seus estudos. Wanda Hanke é pouco conhecida no cenário nacional. Faleceu na cidade de Benjamin Constant, no Amazonas, no ano de 1958, durante uma de suas viagens científicas.

E dentre as brasileiras realizando pesquisas nesta época, ressai dois nomes. O primeiro é Bertha Lutz, ativista feminina e uma das principais figuras da educação no cenário nacional. Formada em biologia, completou seus estudos em botânica na França e provém de uma família de cientistas, ampliando dessa maneira suas possibilidades de fazer ciência.

O segundo nome é Heloisa Alberto Torres, uma antropóloga e diretora do Museu Nacional no período de 1938 a 1955. Ela atuava nas pesquisas de campo e orientava jovens pesquisadores, especialmente estrangeiros. Em troca de sua ajuda, pedia o apoio deles na formação dos etnólogos brasileiros. (Idem)

O trabalho dessa pesquisadora, foi essencialmente voltado para a ciência de campo, pois ela não tinha o costume de publicar seus trabalhos. No campo científico, diante desses fatores, é necessário destacar que a relevância estabelecida se constituiu favorável aos homens:

> As ciências, de fato, se institucionalizaram sendo um local de maior presença masculina, porém, ao olharmos os acervos documentais de diversas instituições científicas do início do século XX é possível encontrar a presença feminina. Isso nos leva a argumentar que a própria historiografia contribuiu com essa invisibilidade das mulheres na história das ciências ao não relatar a forma como essas personagens se inseriram em diversos campos e práticas científicas, como a pesquisa documental tem nos revelado (Sombrio, 2014, p. 5).

Connell (2016) aponta que a constituição das diferenças sociais que separam os gêneros é determinista na separação do papel desempenhado por homens e mulheres e não são as características sexuais biológicas que definem a relevância dos atos exercidos, mas sim a sociabilidade construída em um específico tempo e espaço cultural. Diz que a predominância de um conceito binário de gênero, especialmente no século XIX, exerceu dois polos opostos: masculino e feminino, sendo que as características de um polo são ausentes no outro. A estabilidade constituída foi sob um viés patriarcal, que concede privilégios aos homens em melhores oportunidades, enquanto as mulheres, contudo, permaneceram em condições inferiores. (Idem)

Sombrio (2014) salienta que o ideário social na ciência foi consolidado por homens ocidentais, brancos e de classes dominantes que expandiram, segundo a visão e práticas consideradas por eles como corretas. Mas, segundo a autora, a presença de cientistas do gênero feminino e viajantes influenciou práticas científicas em instituições nacionais, com um intercâmbio de informações sobre diversas plantas e espécies até então desconhecidas.

Portanto, essas mulheres viajantes foram contribuintes para o avanço da ciência em uma sociedade majoritariamente machista, na qual os papéis atribuídos às mulheres eram obter um casamento, ser uma boa dona de casa e cuidar de seus filhos. As áreas da Botânica e da Antropologia, com a etnografia, mostravam-se mais acessíveis para que as mulheres adentrassem em pesquisas de campo, incluindo a coleta de plantas, rochas, animais e a observação de grupos sociais nativos (Sombrio, 2014).

No entanto, segundo Schiebinger (2004) as condições impostas sob o pensamento errôneo patriarcal dificultavam que alcançassem igualdade com os homens que também exerciam estudos nessa área. Além desses fatores, segundo a autora eram desencorajadas a iniciar uma vida científica pelos perigos reais, também não eram contratadas pelos governos, academias científicas ou companhias de comércio.

Schiebinger (2001) aponta uma grande parcela dessas mulheres financiou a própria pesquisa, apesar da desaprovação social e de discursos médicos que, consequentemente, utilizavam como forma de causar medo: uma possível infertilidade causada por essas viagens, problemas no parto e o grande risco da criança nascer escura, um grande problema em uma

sociedade fortemente racista desse período com a profissionalização da ciência, as mulheres que tinham interesse por essa carreira, mesmo diante das dificuldades citadas, lhes restavam duas possibilidades:

> Elas podiam tentar seguir o curso de instrução e certificação pública através das universidades, como seus equivalentes masculinos. Essas tentativas, como sabemos, não tiveram êxito, até a virada do século XX. Ou elas podiam continuar a participar no interior da (agora privada) esfera familiar como assistentes cada vez mais invisíveis para maridos ou irmãos cientistas. Essas mulheres talentosas, entre elas Margaret Huggins (esposa do astrônomo britânico Wiiliam Huggins), Edith Clements (esposa do ecologista Frederic Clements), e talvez, também, Mileva Maric (esposa de Albert Einstein), contribuíram silenciosamente para as carreiras de seus maridos, um fenômeno que persiste ainda hoje. Este tornou-se o padrão normal para mulheres trabalhando em ciência no século XIX até o século XX. Apenas ocasionalmente uma mulher, como a cristalógrafa de raios-X Kathleen Lonsdale, desfrutou de uma assistência marital (70).

Segundo a autora, em uma perspectiva que impossibilitava que seus projetos científicos fossem reconhecidos, o casamento nesse período de inserção da mulher na ciência foi considerado o principal caminho de recrutamento de mulheres nas ciências no final dos séculos XIX e início do século XX, e, uma alternativa para dar continuidade a trabalhos iniciados quando solteiras.

No entanto, essa parceria trazia riscos, pois o trabalho geralmente era reconhecido individualmente, e uma das partes não era reconhecida – não é difícil imaginar qual delas. Na prática, as mulheres geralmente ficavam de fora do reconhecimento que seus maridos recebiam. Diversas mulheres talentosas atribuíram suas pesquisas aos seus maridos e assumiram posições como suas assistentes. Por conseguinte, é perceptível que sempre estiveram presentes no percurso científico, mesmo em contextos que buscaram inviabilizar suas presenças.(Idem)

No panorama brasileiro, Moreira (2000), aborda situações sobre as pesquisadoras viajantes no século final do XIX, e ao longo do século XX, umas das principais características entre essas exploradoras é nos livros escritos a partir de suas experiências viajando pelo país, e nas correspondências que enviaram às suas famílias e amigos. Suas narrativas não são muito grandes sobre suas viagens, grande parcela nem chegava a publicar as obras escritas, como os pesquisadores homens e a maioria não tinha a intenção de ter seus resultados divulgados, contudo, após suas mortes muitas tiveram suas obras publicadas pelos seus familiares.

Sob essa análise, as crenças apontavam que as mulheres eram incapazes de fazer ciência, essencialmente se tivessem suas origens negras, de modo que tal construção é apontada por Schiebinger (2001), que até mesmo a concepção da mulher casada, dona do lar,

exemplo de mulher do período histórico, se referia apenas às mulheres provenientes de origem branca.

Explicita a autora, que no ano de 1815, Georges Cuvier, o mais renomado anatomista da França, realizou uma experiência de dissecação de uma mulher chamada Sarah Baartman que foi uma sul-africana. No cerne desse nexo, concluiu que as mulheres negras não estavam incluídas entre os indivíduos capacitados para realizar ciência, por se constituírem provenientes de uma origem considerada inferior. Esses conceitos racistas foram também essenciais para excluir as mulheres negras durante muito tempo de contribuir com a ciência. Isso pode justificar a ausência delas na construção desse resgate histórico, bem como a ausência de mulheres indígenas, pois o racismo estrutural foi o fio condutor dessa exclusão (Schiebinger, 2001).

Azevedo e Ferreira (2006) apontam que o início do século XX, a sociedade ocidental passou por intensas mudanças no cenário social e econômico que possibilitaram que as mulheres passassem a participar cada vez mais dos movimentos feministas, que estavam se expandindo em busca de maiores oportunidades em diferentes setores, sobretudo pelo reconhecimento feminino na ciência e o direito de exercê-la.

Foi nesse momento em que as primeiras mulheres entraram nas instituições de pesquisa, visto que antes suas entradas não eram permitidas, e também obtiveram acesso ao nível superior e acesso em maiores números à educação, anteriormente somente permitida aos homens (Idem).

Outra abordagem de mulheres cientistas no Brasil é citado pelo CNPq – Conselho Nacional de desenvolvimento Cientifico e Tecnológico e a secretária de Política para as mulheres no Programa Mulher e Ciência, com o projeto Pioneiras da Ciência. Atualmente possui sete (7) edições em que são destacadas mulheres que contribuíram com o objetivo de visibilizar a história das mulheres pesquisadoras que participaram e contribuíram de forma relevante para o desenvolvimento cientifico e para a formação de recursos humanos para a Ciência e Tecnologia no Brasil. Priorizamos ao analisar essa coletânea, mulheres que estudaram a Amazônia, ou que nasceram na região.

A primeira cientista compõe a 1° edição e se chama Maria José Von Paumagartten Deanne (1916- 1995) que foi médica, parasitologista formada pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. Estado em que também nasceu em 24 de julho de 1916, filha de pai austríaco e mãe francesa. Ao longo de sua vida viajou com seu marido, também cientista, Leonidas de Melo Deane pelo país. Os dois se tornaram especialistas em doenças endêmicas de origem parasitaria, suas pesquisas envolvia o campo e o laboratório fechado. Além disso,

participou da fundação de vários institutos: Instituto de Patologia Experimental do Norte, Instituto Evandro Chagas, Serviço de Malária do Nordeste, Serviço Especial e Saúde Pública. Suas pesquisas ajudaram a melhorar a saúde pública brasileira, sobretudo pela erradicação das epidemias. Faleceu em 1995, em sua homenagem e ao seu marido a FIOCRUZ/ denominou seu centro de pesquisas na Amazônia como Centro de pesquisas Leonidas e Maria Deanne FIOCRUZ/AMAZÔNIA.

Na segunda edição do pioneiras na Ciência, abordamos a cientista ornitóloga Emilia Snethlage nascida em 13 de abril de 1866 na província de Brandenburgo, ao norte de Berlim. Seu pai foi um pastor luterano e sua mãe se chamava Elizabeth, perdeu a mãe com 4 anos de idade e foi educada pelo seu pai. Com 21 anos de idade passou no exame prussiano que lhe permitiu lecionar em escola para moças. Logo após, passou 10 anos trabalhando como preceptora, na Inglaterra e Alemanha. No ano de 1900 passou na universidade de Berlim para o curso de Filosofia Natural. Emília obteve seu doutorado - summa cum laude - em Freiburg im Breisgau, em 1904, uma das primeiras mulheres a se graduar na Alemanha foi também aluna de dois expoentes do pensamento darwinista que era forte nas ciências naturais na Alemanha nessa época: Ernest Haeckel (1834-1919) e Friedrich Weismann (1834-1914), este tendo sido seu orientador de doutorado.

Ela trabalhou durante um ano como assistente de zoologia no Museu de História Natural de Berlim, com o ornitólogo Anton Reichenow (1847-1917) quando aceitou o convite do zoólogo suíço Emilio Goeldi (1859-1917) para vim ao Brasil. Chegou em 1905, na cidade de Belém no estado do Pará e foi a responsável pelo catálogo das aves amazônicas publicado em 1914. Também nesta obra, utilizando as coleções de aves da região amazônica do Museu Goeldi e dados taxonômicos, biogeográficos e biológicos, Emilia sistematizou todas as informações disponíveis sobre o tema até 1913, catalogando 1.117 espécies de aves amazônicas. Esta obra foi essencial para a ornitologia brasileira nos setenta anos seguintes.

Outras contribuições no cenário amazônico que ganharam destaque são travessia que ela realizou a pé, acompanhada apenas por guias indígenas, entre os rios Xingu e Tapajós em 1909, explorou um território até então desconhecido pela ciência, causando grande repercussão no meio científico internacional e resultando na publicação de artigos de caráter etnográfico. Entre 1914 e 1921, Snethlage foi diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi, sendo uma das primeiras mulheres a ocupar um cargo de direção em uma instituição científica na América Latina. Este período foi difícil, pois ela enfrentou a grave crise comercial e monetária causada pelo fim do ciclo da borracha na Amazônia e pelas complicações políticas

decorrentes da Primeira Guerra Mundial, na qual Brasil e Alemanha estavam em lados opostos.

Na terceira edição em nossa análise não encontramos cientistas que nasceram ou pesquisaram a região amazônica. Com isso, destacamos na quarta edição, a cientista Odete Fátima Machado da Silveira (1953-2013), geóloga nascida em Caxias do Sul, no estado do Rio grande do Sul. Odete Silveira estudou e ingressou na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Sempre envolvida politicamente, lutou por melhorias no curso. Em 1982, foi transferida para o curso de Geologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde continuou sua luta por melhores condições para os estudantes. Seu destino ficou profundamente ligado à região amazônica, que ela adotou como sua nova casa. Na UFPA, conheceu José Francisco Berredo Reis e Silva, seu colega de curso, com quem prometeu se casar desde o primeiro encontro, o que aconteceu em 1985. Nesse mesmo ano, Odete concluiu seu Bacharelado em Geologia e foi para Niterói, onde se especializou em Geologia e Geofísica Marinha na Universidade Federal Fluminense, no Laboratório de Geologia e Geofísica Marinha (LAGEMAR). No ano seguinte, iniciou seu mestrado em Geologia na UFPA, concluído em 1989. Durante esse período, juntamente com os professores Jurgen Bischoff, Paulo Sucasas e Luis Ercílio Faria Jr., idealizou e implantou a linha de pesquisa em Geologia e Geofísica Marinha na UFPA, por meio do Programa de Pesquisa e Ensino em Ciências do Mar (PROMAR).

Entre os projetos idealizados e coordenados pela pesquisadora, destaca-se o Projeto Jovens Pesquisadores. Este projeto envolveu mais de 100 alunos de escolas primárias situadas na foz do rio Amazonas, contando com a participação de inúmeros pesquisadores dedicados ao ensino e capacitação dos estudantes, incentivando-os a se interessarem por diferentes áreas das ciências no extremo norte do país. A pesquisadora reuniu estudantes, professores e pesquisadores de diversas instituições do Norte, Nordeste, Sudeste e de outros países, promovendo projetos de pesquisa científica e a formação de recursos humanos.

A saúde da pesquisadora começou a declinar em 2007, quando precisou trocar três válvulas do coração. Esse declínio continuou até seu falecimento em 1º de julho de 2013. Sua vida profissional foi dedicada às ciências, com um profundo apreço pela costa amapaense, mantendo seu vínculo como pesquisadora no IEPA em vários projetos até sua morte. Ela enfrentou muitos desafios para implementar pesquisas na área costeira e marinha na região amazônica, influenciando profundamente os primeiros pesquisadores que atuaram e ainda atuam nos campos da geologia, geomorfologia costeira e geofísica marinha na região.

Seu amor pela área costeira, especialmente pela foz do Amazonas, rendeu-lhe os títulos honoríficos de "Amiga da Marinha" e "Cidadã de Macapá". Como pioneira, ela foi uma das primeiras mulheres a embarcar em um navio da marinha para um cruzeiro oceanográfico e uma das primeiras especialistas em Geologia e Geofísica Marinha no Brasil. Ela também foi uma das primeiras mulheres a participar de um cruzeiro científico para o Alasca. Na quinta, sexta e sétima edição não encontramos cientistas que estudaram a Amazônia, não obstante a coletânea pioneiras na ciência traz grandes nomes de mulheres cientistas que dedicaram suas vidas a descobertas e contribuições a ciência brasileira ao longo da expansão cientifica no país, que como vimos ao longo deste tópico teve grande contribuição feminina, mesmo em épocas que essa presença não era desejada. Nesse processo, é indubitável que a construção e consolidação da ciência moderna se deram em condições que dificultaram o reconhecimento de mulheres pesquisadoras que viveram nesses séculos marcados por conceitos preconceituosos patriarcais.

1.3 Divisão Sexual Do Trabalho: Mulheres Brasileiras em Busca De Emancipação

O campo brasileiro, ao longo dos três séculos de escravidão, testemunhou o aprofundamento de marcas profundas nas relações de trabalho e nos preconceitos enfrentados. No que diz respeito às mulheres, a opressão vivenciada naquele contexto persiste, sendo ainda uma realidade marcante na conjuntura atual.

Segundo Heleieth Saffioti (1976), a colonização consolidada no Brasil conferiu ao homem branco o papel de proprietário das novas terras, estabelecendo relações de dominação e poder. Para as mulheres, esses elementos deram continuidade ao patriarcado, um legado do modelo português de família, que justifica a submissão e as coloca como propriedade de seus maridos.

Expressa a autora que outra condição é imposta às mulheres provenientes de diferentes etnias, como é o caso das indígenas e negras. As indígenas eram desumanizadas, sendo consideradas animais e alvo de objetivos que as rotulavam como lascivas, promíscuas, e estavam equiparadas a animais no cio, sendo desprovidas da consideração de terem alma devido à sua não conformidade com os conceitos cristãos.

Desta maneira, eram frequentemente relegadas ao papel de concubinas de homens casados ou padres itinerantes. Já as mulheres negras enfrentavam uma condição ainda mais inferior, sendo subjugadas à escravidão sexual por seus senhores, sem qualquer poder de

escolha. Qualquer ato de insubordinação poderia resultar na perda de suas vidas, e muitas delas eram alugadas para prestar esses serviços.

Segundo Maria Amélia de Almeida Teles (1999), as mulheres brancas chegaram ao Brasil atendendo a pedidos dos jesuítas, que buscavam pôr fim aos relacionamentos e à fornicação entre homens brancos e índias. Desde que chegavam, eram prontamente designadas como propriedade de seus futuros maridos, sendo sua principal missão procriar. (Idem)

Saffioti (1976) aponta que o fim da escravidão foi imposto pelo sistema econômico que buscava se consolidar ao redor do mundo e, aborda a expansão do capitalismo industrial na Inglaterra, que ocasionou o término dos trezentos e oitenta e oitos anos de escravidão vivenciados no Brasil.

Essa necessidade de ampliação do mercado considerou que os escravos não geravam mais rendimentos do que um trabalhador motivado por um salário. As indústrias estabelecidas passaram a necessitar de mais mão de obra com menor custo, e dentro desses parâmetros, surgem mulheres e crianças sendo contratadas por essas indústrias por serem mais baratas e renderem mais lucros. (Idem)

De acordo com Rita de Cassia Rocha (2017) essa saída das mulheres do ambiente privado por meio da ascensão do capitalismo industrial não pode ser entendida como uma resistência à opressão, principalmente pelo fato desse processo visar inicialmente atender às necessidades do sistema capitalista do século XIX.

> Essa visão é baseada na exploração para a extração de mais-valia, através da propriedade não socializada, seja individual ou estatal, dos meios de produção e do uso da força de trabalho apropriada pelos donos dos meios de produção, mediante contrato entre cidadãos juridicamente livres e iguais. Assim, o Estado Capitalista à medida que, ao se condensar como articulador dominante, permite que as relações sociais de produção capitalista, tornem-se dependente da lógica do capital (Idem, p. 41).

Nesse processo, a riqueza produzida é utilizada pelos donos dos meios de produção para explorar a classe trabalhadora, consolidada pela modalidade de trabalho exploratório e alienado. Esse poder,em suma, origina-se da mão de obra desses trabalhadores, que gerou a propriedade privada por meio da violência exercida pelos proprietários dos meios de produção, que separaram quem exerceria o trabalho intelectual do trabalho manual. "Os indivíduos da classe dominante já não trabalham (não transformam a natureza); realizam o 'trabalho intelectual', isto é, a atividade de controle e organização da aplicação da violência" (Lessa, 2012, p. 25).

No Brasil, o encadeamento de acumulação de poder econômico e político foi o fio condutor de dominação, que emergiu a partir da colonização e dominação dos nativos e africanos. Essa configuração é perceptível na esfera vigente em que a sociedade brasileira se apresenta ainda como excludente e racista, apesar de ser multirracial e classifica sua população seguindo o paradigma europeu da classe dominante. Essas mudanças vivenciadas ao longo da história brasileira, do período colonial, Império e chegando à República foram ocasionadas por influências dessas classes governantes, que visou perpetuar seu poder político e econômico até os dias atuais (Rocha, 2017).

Antunes (2006) pontua sob os sentidos do trabalho, na perspectiva marxista e o advento do capitalismo e suas implicações no campo do trabalho. Para este autor “o sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital” (Antunes, 2006, p. 21). Desse modo, pela lógica instalada, as mulheres passaram a servir como mão de obra secundária e subordinadas aos que gerem o sistema – os homens brancos da classe dominante.

Na América Latina, durante a década de 1960 e em parte dos anos 1970, o discurso imperativo denominava a região com o termo "participação limitada", atribuído às baixas taxas de crescimento econômico e às grandes lacunas de distorção na distribuição de renda. Esse fenômeno, consequentemente, atribuía às mulheres um papel de subordinação. Nessa articulação econômica, a subordinação feminina perante o tradicionalismo e o subdesenvolvimento faria seu trabalho ser reconhecido se os meios de produção fossem desenvolvidos e modernizados. No entanto, a situação que se desencadeou foi que “a modernização e o desenvolvimento capitalista acentuariam a subordinação das mulheres na sociedade de classes” (Souza, 1991, p. 158).

> Num continente, em que a miséria, o analfabetismo, o desemprego, a extrema concentração de rena, ausência de liberdades civis, a exploração são questões principais porque atingem uma imensa maioria da população, a discriminação sexual em todos os seus aspectos, da forma como era apontada pelas feministas norte-americanas e europeias da classe média, poderia ser facilmente relegada a questão secundária (Navarro, 1979, p. 114).

Simultaneamente, a realidade desigual socioeconômica vivenciada colocou as mulheres em uma situação de emergência em busca de reconhecimento de seus direitos .Em vista disso, surgem os discursos feministas, vinculados a grupos intelectuais dirigidos por acadêmicas e militantes políticas. Em diferentes países latino-americanos, essa participação ativa de mulheres é observada na busca por liberdade e democracia, tais como Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. Nos movimentos por moradia e melhores condições de vida nos

países Peru e Brasil, e nos movimentos operários e camponeses na Bolívia, as mulheres participaram ativamente desse movimento (Souza, 1991).

No século XIX, em um contexto internacional, os movimentos feministas começaram a se expandir. Na perspectiva brasileira, os movimentos de mulheres iniciaram "perante três causas, sendo estas: a luta contra a opressão racial, oposição política e luta de classe" (Mendes, 2021, p. 41). A autora também mostra os fatores que se mostraram essenciais no desenvolvimento desses movimentos, como a arte, a escrita, a imprensa e a educação. Esses elementos desempenharam um papel fundamental na luta das mulheres brasileiras contra as opressões vivenciadas pelos padrões preconceituosos patriarcais.

As primeiras participações femininas em movimentos sociais são oriundas do período do movimento abolicionista:

> Nomes como Maria Amélia de Queiroz, que palestrou sobre a abolição em 1887, Maria Firmina dos Reis, romancista abolicionista que escreveu a ópera Úrsula e ainda Nísia Floresta Brasileira Augusta, considerada a primeira feminista do Brasil, que fundou em 1838, um colégio só para meninas. Enquanto essas mulheres utilizavam do movimento abolicionista para abordar a educação de mulheres e a igualdade e liberdade, outras mulheres enfrentavam o problema de forma mais hostil, como foi o caso de Dandara dos Palmares, esposa do Zumbi dos Palmares, a escrava Anastácia, que ficou conhecida por sua mordaça, Luíza Mahín, mãe do escritor Luis Gama e uma das principais figuras da Revolta dos Malês (Telles, 1999, p. 67).

Segundo Teles (1999), os movimentos feministas contemporâneos no Brasil surgem a partir do século XX, mas é inegável que as mulheres sempre estiveram lutando por seus direitos, apesar das intensas repreensões e ocultações que buscaram invisibilizar esses fatores. A autora avulta que, após o período da escravidão, dá-se início às mulheres participando de movimentos sociais no processo de industrialização no país no século XX, em que, durante as greves, as mulheres reivindicaram melhores condições de trabalho.

A partir de 1850, com o surgimento da imprensa e dos periódicos voltados às mulheres, a busca por autonomia e mais participação na sociedade passa a ganhar mais notoriedade. No ano de 1906, o movimento de trabalhadoras no Brasil já existia e participou do evento do I Congresso Operário Brasileiro. Desse modo, em 1907, grandes greves de trabalhadores dominaram São Paulo, e grande parte dos participantes desses movimentos eram mulheres que exerciam as funções de costureiras. O objetivo por trás dessas greves era obter melhores condições de trabalho e o direito a 8 horas de trabalho, semelhantemente aos homens tecelões, pois as mulheres trabalhavam dez horas por dia (Teles, 1999).

Contudo, apesar da participação feminina nessas greves (Saffioti, 1976, p. 351) sobreleva que:

> Embora a emancipação da mulher tenha sido congitada pelo “sindicalismo socialista” – tendo Ernestins Lésina fundado em São Paulo em 1910, a revista Anima e Vita dedicada especialmente ao tratamento da questão – as organizações sindicais da época nunca chegaram a se movimentar pela obtenção de igualdade salarial entre os homens e mulheres, limitando-se a pleitear aumentos salariais gerais e a proteção para o trabalho feminino.

Essas mulheres trabalhadoras brasileiras vivenciaram uma configuração que lhes renegava direitos sociais e o próprio reconhecimento de seus serviços prestados. O sistema capitalista, nesta análise, coloca as mulheres em uma situação que pode ser presenciada no cenário do mercado de trabalho hodierno, sobretudo por "dificultar que reivindiquem posições estratégicas que poderiam melhorar sua posição de barganha no mercado de trabalho" (Saffioti, 1976, p. 333). Portanto, é perceptível que as intensas desigualdades no campo do trabalho são repassadas pelo sistema capitalista, que coloca as mulheres em posições subalternas.

No ano de 1920, persuadidas pelos movimentos internacionais, as mulheres brasileiras iniciam as lutas pelo sufrágio feminino no país. Em contrapartida, a luta pelo direito ao voto feminino é em 1910, quando o Partido Feminino Republicano é fundado, tendo a professora Deolina Dalho como fundadora, com o objetivo de viabilizar a luta do sufrágio e alcançar o direito das mulheres a concorrerem em cargos públicos (Telles, 1999).

Somente no ano de 1932, o voto feminino é por fim conquistado e incorporado à Constituição de 1934, sob a influência da primeira mulher eleita deputada federal, Carlota Pereira de Queiroz. Por outro lado, o voto só podia ser efetuado por mulheres casadas e com a devida autorização de seus maridos; as viúvas e solteiras que possuíssem renda também poderiam votar. Em 1934, essas restrições são excluídas, e todas as brasileiras podiam registrar seus votos. Em 1946, a obrigatoriedade foi estabelecida também para as mulheres (Telles, 1999).

Com efeito, é também em 1932 que é aprovado o Decreto do Trabalho das mulheres, que vinha estabelecer a igualdade salarial, licença maternidade e outros direitos. Contudo, esse reconhecimento não se tornou benéfico para as trabalhadoras das fábricas, na qual sob esse preceito estabelecido passaram a custar o mesmo valor que os homens e tendiam a gerar mais transtornos, principalmente pela maternidade. Tal condição é analisada por Saffioti (1976), que situa o quadro capitalista em que a mulher vivencia a maternidade no campo do trabalho, representa um impedimento de gerar lucro ao sistema e a coloca em um cenário de

perda no processo de competição com o homem pela mesma posição social e na hierarquização de postos de poder.

> Ao tornar o papel reprodutivo da mulher um substituto de seu papel produtivo, a sociedade potência a determinação do sexo, distanciado, na esfera social, a mulher do homem. Eis porque a liberdade feminina está estreitamente ligada à possibilidade de a mulher aceitar ou rejeitar a maternidade (Safiotti, 1976, p. 135).

Ao adentrar no campo do trabalho, a mulher deve priorizar a sua carreira em detrimento de não perder sua posição, pois, como é descrito, a maternidade não é bem vista pelo modo de produção capitalista, que coloca grandes lacunas na ascensão feminina. Dessa forma, primeiramente, o gênero é determinante de condições secundárias exercidas pela mulher, e a vivência da maternidade desencadeia a perda de posições, anteriormente destacada, tal como a perda de prestígio e reconhecimento. Nesta linha histórica, com o reconhecimento dos direitos trabalhistas, a situação vivenciada se ocasionou em:

> Em 1872 elas eram 72% do trabalho assalariado nas fábricas, em 1950, eram apenas 23%". A mesma ainda afirma que a subida de Vargas ao poder e a revolução de 1930 irromperam de modo a destruir o autonomismo das classes trabalhadoras" por conta da sindicalização patrocinada pelo Estado, que minou as organizações revolucionárias (Mendes, 2021, p. 43).

Por isso, o processo de movimentos emergidos e conhecidos como ondas feministas, sendo as principais marcadas por três importantes movimentos. Apesar da luta desse princípio de emancipação, não é classificado como suficiente para assegurar a luta das mulheres contra o patriarcado e a opressão. São inúmeros motivos que o colocam nessa insuficiência, sendo os principais os direitos civis não foram conquistados de forma independente, sobretudo pela exclusão dos analfabetos. O principal motivo é a manutenção da sociedade de classes que perpetua a exploração da classe trabalhadora pelos donos dos meios de produção.

> A história do feminismo é registrada em sucessivas ondas. A primeira onda foi o Movimento Sufragista, a luta pelo voto feminino, a partir da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, procedida pela conquista do direito a mulher a educação. A segunda onda foi o Movimento de Liberação das mulheres na década de 1960, que se desdobrou em várias vertentes, a liberal, a radical e a socialista. Nessa época, as bandeiras de luta, expressas no lema o pessoal e político, eram direitos iguais para as mulheres, bem como questões especificas: direitos trabalhistas (salário de igual por trabalho igual), corresponsabilidade pelo trabalho doméstico e cuidado/ educação das crianças, direitos reprodutivos, controle do próprio corpo, acesso à contracepção e legalização do aborto (nosso corpo nos pertence), bem como direito ao prazer. [..] Na terceira onda o feminismo,(pós moderno)fragmenta-se em várias vertentes, discursos, práticas e identidades: negra, lésbica, espiritualista, ecológica, além das tradicionais [..] (Carvalho, 2009, p. 16).

Sob uma análise do materialismo histórico, o processo que iniciou as opressões sociais e históricas das mulheres nas sociedades capitalistas emerge da divisão sexual do trabalho, em diferentes esferas, a partir do âmbito doméstico ao profissional, bem como da instituição da propriedade privada e da divisão de classes. Segundo Helena Hirata (2014), pela lógica instalada da propriedade privada, se dividiu em hierarquias as relações de trabalho, o que determinou as mulheres passarem a servir como mão de obra secundária e subordinadas aos que gerem o sistema – os homens brancos da classe dominante.

A divisão sexual do trabalho ganhou notoriedade a partir da década de 1970, na França, com os movimentos feministas. Hirata e Kergoat (2007) ressaltam que em diversos países ao redor do mundo se desenvolveram estudos acerca dessa "opressão" vivenciada pelas mulheres, destacando os inúmeros trabalhos invisibilizados e realizados sem remuneração. A normatização do trabalho feminino na esfera privada foi atribuída à "vocação natural", feito por meio do amor e cuidado com os filhos, marido e afazeres domésticos, sem reconhecimento e realizado por todas suas vidas.

No que concerne essas relações sociais de divisão de trabalho:

> - A relação entre os grupos assim definidos é antagônica;
> - As diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais e não provenientes de uma causalidade biológica;
> - Esta construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica - em outros termos, a "mudança de mentalidades" jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta - podemos fazer uma abordagem histórica e periodiza-la;
> - Estas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação (Kergoat, 2009, p. 4).

Hirata (2009) aponta que divisão sexual do trabalho impactou a vida das mulheres, isso em virtude de classificar a separação em que perpetua a existência do trabalho de homens e o das mulheres. No nível hierárquico, o trabalho masculino passa a ter mais valor do que o feminino, ou seja, enquanto a "vocação natural" da mulher se destina ao nível privado, ao cuidado doméstico em casa, o homem, por outro lado, é destinado à esfera pública, ocupando cargos de maior prestígio e liderança. Além disso, a autora pontua que as relações sociais são inseparáveis desse processo de divisão sexual que reforça as diferenças entre os sexos, o que caracteriza a dominação de um sexo sobre o outro. Portanto, o gênero é essencial nos significados da relação de poder que se iniciam na divisão sexual do trabalho.

Embora seja reconhecível os avanços femininos em diferentes áreas de trabalho nas últimas três décadas, a taxa de desigualdade ao nos referirmos à divisão entre os gêneros apresenta grandes lacunas.

Hirata (2014) a partir da definição de Kimberlé Crenshaw (1989-1994), afirma que a interseccionalidade surge como teoria com a finalidade de defender os direitos das mulheres negras acerca das discriminações de raça, sexo e classe. Outros nomes do movimento feminista negro se destacaram nessa luta, como Patrícia Hill Collins, Audre Lorde, Ângela Davis e Bell Hooks. A origem desse termo é oriunda da década de 1970, momento em que o Black Feminism se voltou contra o movimento feminista branco, por intensas divergências de interesses de luta heteronormativo, sobretudo pelas mulheres negras vivenciarem mais discriminações pela sua cor e raça.

> A problemática da "interseccionalidade" foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir dessa herança do Black Feminism, desde o início dos anos de 1990, dentro de um quadro interdisciplinar, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs (Hirata, 2014, p. 62).

Dessa forma, baseado nas categorias de gênero, classe e raça, na divisão sexual do trabalho, as mulheres negras ocupam as posições mais subalternas quando comparadas às mulheres brancas. Também são a maioria a exercerem trabalhos informais e ainda nos dias atuais vivenciam situações de trabalho análogas à escravidão e vulnerabilidades, recebem menores salários e efetuam trabalhos que acarretam desgastes físicos e emocionais, os quais apresentam riscos à sua saúde (Hirata, 2014).

Bell Hooks (2000) feminista negra norte americana, pontua que o feminismo deve ser para todas as mulheres e ressalta o poder da irmandade e uma educação feminina critica para lutar contra esses conceitos patriarcais. Logo, se pondera acabar com a exploração e opressão sexistas, que é baseado na discriminação com base no sexo para justificar a inferioridade feminina. Essa perspectiva, constata que as mulheres brancas e negras não devem ter suas trajetórias universalizadas, tendo e vista que possuem vivencias sociais diferenciadas.

Segundo Collins (2016), a cultura das mulheres negras pode fornecer o quadro de referência ideológica, ou seja, os símbolos e valores da autodefinição e autoavaliação que ajudam às mulheres negras a verem as circunstâncias que modelam as opressões de classe, raça e gênero. Apesar de sempre presentes nos serviços domésticos nas casas de famílias brancas ricas, a condição da mulher negra e seu trabalho é inferiorizado, principalmente pelos

preconceitos herdados do período escravocrata, que denotam preconceitos enraizados até os dias atuais ao classificar suas condições no mercado de trabalho.

Ao nos referirmos às mulheres indígenas e ribeirinhas, voltamos a perspectiva regional no cenário amazônico, é inegável que também vivenciam situações diversas no campo do trabalho. Primordialmente, citando o povo Tuyuka residente em São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. As indígenas dessa etnia são responsáveis pelas roças e dominam diferentes técnicas agrícolas:

> As mulheres, por serem encarregadas das roças, desenvolveram uma observação mais apurada e um uso mais eficiente das áreas a serem cultivadas, uma vez que entendem a terra como um corpo que necessita repousar depois de um longo período de trabalho. Há toda uma ciência e técnica de abordagem no tratamento do solo, que é dividido em roças próximas com culturas diferentes, permitindo uma colheita em todo o período do ano e, assim, facilitando um planejamento eficaz dentro dos festejos e trocas entre as comunidades e famílias (Aráujo, Junior, 2022).

Os autores ponderam que esse trabalho nas roças, a produção de verduras, farinha de mandioca, tapioca, beijus, chás e bebidas ritualistas são executadas pelas mulheres. Em síntese, anterior à colonização, distante das disputas impostas pelo eurocentrismo, os indígenas praticavam a agricultura e o comércio, longe dos interesses de ambição e exploração dos homens brancos. Entretanto, com a ascensão do capitalismo, "Os Tuyuka, assim como as outras etnias, tiveram de se adaptar à modernidade da economia capitalista e trocar o excedente de produção por dinheiro que será gasto para as melhorias nas comunidades ou a sobrevivência na rede" (Araújo, Lima, 2022, p. 56).

Apesar da mudança ocasionada e do patriarcalismo trazido pelos colonizadores, as mulheres do povo Tuyuka desempenham, além da agricultura em suas roças, a venda de seus produtos em feiras e grandes comércios, bem como de remédios medicinais que foram essenciais na prevenção e tratamento da Covid-19 na Região de São Gabriel da Cachoeira.

> Os produtos frescos ganharam uma ressignificação em tempos tão sombrios, a procura por uma melhor qualidade de vida ingerindo esses alimentos demonstrou ser uma preferência no trato da Covid, ao lado dos chás. Apesar de conhecedoras de chás contra os sintomas da Covid, as produtoras Tuyuka preferiam não os vender, como afirma Angelina Marques de Lima: **“**Há o receio que alguém possa ter alergia ao chá ” (Araújo, Lima, 2022, p. 60).

Nesse viés, é importante salientar como na sociedade indígena dos Tuyuka o papel feminino é desempenhado na agricultura familiar, em que elas são as responsáveis, enquanto os homens, por outro lado, trabalham com serviços que necessitam de maior força bruta. As mulheres, nessa análise, mantêm as relações de produção com a venda de seus produtos e são

conhecedoras de práticas milenares de ervas para fazer chás, que, como destacamos, foram eficazes dentro desse povo para a resguarda da Covid. Por fim, esses conhecimentos "não podem ser confundidos com imprudência, mas como demonstração de como os povos indígenas ressignificam períodos de crises a partir de crenças seculares" (Araújo, Lima, 2022, p. 61).

Os ribeirinhos são descendentes dos povos originários e caboclos, oriundos do processo de miscigenação entre brancos e indígenas. Residem às margens dos grandes rios amazônicos, onde também geram também seus sustentos. Acerca do trabalho das mulheres ribeirinhas realizado nessas comunidades[5]:

> [...] desenvolvem multi práticas sociais, como a organização do trabalho na agricultura familiar e da prática da pesca artesanal, a qual também possui protagonismo feminino, onde mulheres organizam-se em grupo para pesca do camarão de rio, com a colaboração com seus maridos/companheiros nas referidas atividades laborativas cotidianas (Oliveira, Cavalcante, 2022, p. 43).

Nas condições em que vivem, as mulheres protagonizam a pesca artesanal, pois as águas doces e barrentas apresentam grande variedades de peixes, em especial o camarão regional, que é comercializado por elas. Essas mulheres desenvolvem também trabalhos mais minuciosos e detalhistas, como apetrechos necessários para a captura e descasque das pescas realizadas. “O peixe, o camarão, que além de pescado por elas, é tratado, limpado e levado para a panela, até que esteja em condições de consumo para sua família, bem como para aqueles que irão comprar o produto” (Oliveira, Cavalcante, 2022, p. 43).

No entanto, apesar do grande trabalho realizado e do esforço físico demandado, são grandes os riscos de patologias dermatológicas devido à grande exposição ao sol a que essas mulheres estão sujeitas. A remuneração não é compatível, conforme apontam as autoras, a renda é composta por 46% dessas populações ribeirinhas vivendo com até meio salário mínimo, conforme dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). É notória a grande desigualdade social a que essas mulheres estão expostas, diante de um cenário em que a remuneração recebida não é compatível para suprir a compra de produtos alimentícios necessários para suas famílias, levando-as a depender dos recursos naturais para a sobrevivência de suas famílias.

A bipolarização do trabalho feminino na divisão sexual do trabalho se acentua entre países do sul e norte global, em especial no Brasil. Hirata (2016) admoesta essa bipolarização

---

[5] As comunidades tradicionais “são grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal. Estes grupos devem se organizar de forma distinta, ocupar e usar territórios e recursos naturais para manter sua cultura” (BRASIL, 2007, p. 1).

em que, de um lado, é perceptível mulheres que possuem nível superior, exercendo atividades vistas como femininas em diferentes setores, como educação, saúde e cargos executivos, sendo intelectuais bem remuneradas e com prestígio social. Do outro lado, mulheres que não possuem um nível de estudo elevado atuam como empregadas domésticas, professoras de pré-escola ensino fundamental, diaristas, técnicas de enfermagem, vendedoras, cuidadoras, babás, com menos prestígio social e remuneração.

As mulheres, no modo de produção capitalista são persuadidas ainda nos dias atuais pelas suas responsabilidades no campo privado, do cuidado da família, da casa, filhos e marido, vinculado a dois termos, estrutura e superestrutura. Assim, a estrutura desempenha a dominação feminina atribuindo o direito de trabalhar, desde que cumpram seus deveres como mãe e esposa. No modo de superestrutura estão as mulheres dominadas por seus maridos e presas a ideia de submissão/ dependência, que as impede de acessar ao mercado de trabalho (Mendes, 2021).

Mesmo avançando em escolarização e posteriormente em qualificação profissional, as mulheres ainda recebem menos e têm mais dificuldades em encontrar trabalho. As pesquisas realizadas pelo IBGE (2021), com base nos anos de 2019 e 2020, ainda mostram a grande desigualdade entre gêneros vivenciada no cenário vigente. Dessa forma, as mulheres recebiam 73,7% do que os homens ganhavam como força de trabalho, enquanto apenas 54,5% das mulheres são ativas no mercado de trabalho. Nos cargos gerenciais, 62,6% são ocupados por homens, enquanto as mulheres representam apenas 37,4%.

O sistema capitalista, perante esses preceitos de divisão social do trabalho é o responsável pela divisão de gênero seguida nesse setor em que coloca a mulher subordinada de triplas jornadas, com a vida doméstica, filhos e a vida profissional. Diante disso, é observável, que apesar dos inúmeros avanços na esfera da escolarização, profissionalização ainda se perdura grandes lacunas e pressões na esfera pública e privada, essencialmente na questão da sexualidade, que é controlada pelo homem e segue a lógica do patriarcado. Portanto, no que concerne a questão feminina abordada no campo do trabalho, as condições de equidade ainda se constitui como um desafio a ser alcançado.

1.4 A escolarização feminina no Brasil e no Amazonas: A feminização da docência

A educação brasileira foi construída perante a dualidade de classes existente, o que desencadeou na qualidade de ensino ofertada determinada pela origem e condição social. Em relação às mulheres, esse fator foi definitivo na tardia inserção feminina e obtenção de

maiores níveis educacionais, perante uma sociedade brasileira construída sob a propriedade privada, que culminou a mulher como patrimônio de dominação do seu marido (Mendes, 2021).

Nessa análise, ao se sobressair a dominação do homem nos diferentes espaços sociais sob a mulher, segundo Bourdieu (2002, p. 2) “a divisão dos sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural ao ponto de ser inevitável”. Consequentemente, é por meio das relações sociais que um grupo passa a exercer dominação perante o outro destituído de poder. Ao longo da história, é inegável que o homem passou a dominar toda a estrutura social, o que levou a mulher à luta em uma disputa de poder e espaço na sociedade.

Na perspectiva do autor, a naturalidade da dominação masculina é perpetuada pelo processo que ele aponta como "violência simbólica", termo recorrente utilizado por ele para definir e apontar a dominação masculina como um produto em constante reprodução. Dessa forma, esse preceito do "simbólico" está ligado ao processo supremacia que é visto na sociedade como natural, mas o autor distingue que foi construído no processo histórico das relações humanas nos diferentes setores sociais.

Mediante esse contexto, na história da educação brasileira, os diferentes momentos educacionais vivenciados são fundamentais para descrever como o acesso educacional foi adquirido pelas mulheres de diferentes classes sociais e não somente às pertencentes a famílias abastadas.

De tal modo, o conceito de “dominação” utilizado por Bourdieu é também perpetuado na qualidade da educação ofertada, tendo a origem social como linha condutora nesse processo, o que determina em que lugares é permitida a atuação de mulheres provenientes da classe trabalhadora.

Os autores Tomé, Quadros e Machado (2012) apontam que no período do Brasil Colônia o único lugar de ensino oferecido às mulheres neste período eram os conventos, porém existentes exclusivamente na Europa, somente famílias ricas possuíam condições de enviar suas filhas para receber alguma instrução como: aprender a ler e escrever, sendo a única opção de educação naquele tempo para as mulheres.

O âmbito de exploração vivenciada no país, impossibilitava a instalação de conventos nesses primeiros anos de fundação. Desse modo, outra possibilidade de ser mandada definitivamente ao converto era na ausência de um casamento, que era considerado a carreira da mulher deste período – aquela que “falhasse” em obter o casamento com um homem, então deveria pôr fim se casar com Cristo (Idem)

Algranti (1992) revela que somente no século XVII, que são inauguradas as primeiras escolas de recolhimento que seguiam o modelo francês, mas diferente dos conventos. Essa opção de ensino, segundo o autor se tornou uma ótima alternativa para as famílias mais abastadas que queriam que suas filhas recebessem educação, com o objeto de conseguir um bom casamento.

Segundo Teles (1999) mudanças nesse cenário educacional só começaram a surgir após a chegada da família real no Brasil, marcando o início das reivindicações femininas pelo direito à educação. Foi somente em 1827 que as meninas foram autorizadas a frequentar o 1° grau de ensino, representando um marco importante.

No entanto, segundo a autora, esse acesso à escolaridade era limitado, beneficiando apenas as filhas de famílias com poder aquisitivo que podiam arcar com os custos dos estudos.

Mariana Lucas Mendes (2021) demonstra que perante essa mudança que se inicia uma maior procura por educação para as mulheres brasileiras:

> No cenário brasileiro, se estabelece a figura das preceptoras, mulheres inglesas, irlandesas, ou escocesas, de formação católica, que ensinavam simultaneamente os meninos e as meninas da casa. Segundo os mesmos autores, em 1813 foi criado em Salvador, o primeiro colégio fora dos conventos, dirigido exclusivamente à educação feminina, sendo sua diretora uma inglesa (p. 59).

Silvia Maria Manfredi (2017) admoesta que neste período, de início do Brasil Império, a restruturação do sistema educacional brasileiro é feita e os níveis de ensino são denominados de primário e secundário – eram propostos para uma formação intitulada propedêutico,[6]com o objetivo de preparação para a universidade, que era frequentada somente pelos homens filhos de famílias ricas. Desse modo, o ensino primário é regulamentando na Constituição do ano de 1824 (o ensino das primeiras letras). Essa primeira etapa educacional era gratuita e para todos os cidadãos, porém esse acesso não aconteceu a todos os brasileiros – o sistema escravocrata desse contexto não permitiu que os escravos fossem escolarizados. No ensino secundário, o currículo desenvolvido se pautava em uma formação humanista, contudo foi desenvolvido em uma pequena parcela de instituições (Manfrendi, 2002).

Em decorrência do pensamento colonial português por meio do “patriarcalismo” se acreditava que uma educação mais desenvolvida podia colocar em risco “o lar tradicional” e as funções privadas atribuídas às mulheres. Os homens por outro lado eram encaminhados

[6] Propedêutico significa ensino preparatório: “[...] ainda hoje se dá esse nome à parte introdutória de uma ciência ou de um curso que sirva de preparação a outro curso.” (Abbagnano, 2014, p. 943).

para escolas e universidades na Europa, enquanto a casa foi reservada como o lugar ideal para as mulheres. O ensino feminino, se limitava aos modos sociais, música e um pouco da língua francesa, costurar, aprender música e desenvolver atividades artísticas (Campos, 2010).

Para as mulheres que sabiam ler e escrever, a restrição ao que liam era supervisionado, afim de evitar constrangimentos a moral e aos bons costumes.

> Havia uma preferência pelos romances de amor, cuja leitura era tênue e delicada, mas principalmente porque eles traziam consigo exemplos de "finais felizes" no qual homens e mulheres estavam satisfeitos com os seus papéis na sociedade. Romances que levassem à devaneios e fantasias deveriam ser evitados por causa do mal exemplo que, provavelmente ocasionariam desvios de moral nas mulheres uma vez que elas eram facilmente influenciáveis. As obras *Lucíola* (1862) e *Diva* (1864) de José de Alencar foram consideradas inadequadas quando da sua publicação em por retratar personagens "indisciplinadas e exigentes" (Matos, 2005, p. 67).

As obras que retratava o amor, o casamento e o lugar esperado da mulher socialmente, até aquele momento, além do que lhes era permitido e proibido. Essas leituras também colaboravam com os morais religiosos do comportamento feminino que deveria ser seguido, de devoção, pureza, delicadeza e subordinação aos padrões sociais.

A mudança nesses padrões privativos passou a ser notória a partir da segunda metade do século XIX, momento em que preceitos de uma nação moderna passou a ser a preocupação dos governantes brasileiros. Nesses preceitos, a modernidade vivenciada ao redor do globo terrestre pelas transformações nos campos, econômicos, políticos, urbanísticos e tecnológicos levaram repensar a escolarização da população brasileira, sobretudo das mulheres.

No cerne desta situação "a antiga analfabeta do período colonial, cedeu então lugar a "novo tipo" de mulher: a mãe, esposa e anfitriã modeladas segundo as exigências do mundo moderno" (Campos, 2010, p. 69). Contudo, a autora aponta que essa escolarização agora permitida e expandida não buscava profissionaliza a mulher, se deveria continuar com sua rotina de cuidar da casa e família, mas agora instruída. Dessa maneira, o objetivo se voltava a um polimento cultural.

A autora também frisa que em todo o território nacional existia poucas escolas, pois o governo por muito tempo considerou o ensino público um desperdício de dinheiro. Mas, com a necessidade de modernizar o país, a fim de não ser visto internacionalmente como um país atrasado se investiu na educação.

No estado do Amazonas, o ensino secundário teve seu início no ano de 1852 em conjunto com a criação da Provincia. Contudo, a educação ofertada se limitava aos homens filhos de família ricas e tinha como local, o Seminário Episcopal São José, que foi fundado a partir de preceitos religiosos pelo Bispo Dom Afonso de Moraes Torres no ano de 1848. Por

muitos anos, a capital manteve apenas sete escolas primárias, com apenas uma direcionada a educação das meninas manauaras. Somado a precarização da educação, as famílias mais ricas geralmente não frequentavam as escolas públicas, mas sim particulares que no contexto regional vieram a ser fundadas no ano de 1854 (Campos, 2010).

Dentre os motivos de não frequentarem as escolas públicas se sobressaia:

> Não frequentavam essas escolas por diversos motivos como: instalações precárias, currículo pobre, professores mal qualificados e principalmente pela mistura de classes sociais. Os mais endinheirados contratavam preceptoras brasileiras ou estrangeiras para ministrarem aulas à suas filhas na própria residência e os outros mandavam suas filhas para escolas particulares que podiam ser no regime de externato, semi-internato e internato (Campos, 2010, p. 70).

Diante deste cenário, é notório a escassez de recursos na educação pública pelos governos nesta época, apesar da necessidade do país de ser moldar a modernidade por meio da educação. Costa (2005) destaca a presença feminina de mulheres esposas de estrangeiros na Amazônia no ano de 1859, anos antes da fundação das escolas normais na região. Essas mulheres educadas no exterior ofereciam seus serviços como docentes nos colégios de meninas, sob os preceitos católicos e para a classe rica que podia pagar.

As mulheres pertencentes as famílias de classes populares nessa linha histórica continuam por muitas décadas crescendo analfabetas e seguindo o paradigma social de arranjar um casamento e exercer suas tarefas domésticas. Loureiro (2007) aborda que o processo de escolarização das famílias mais humildes foi uma realidade distante, pois a instrução era limitada aos que podiam pagar.

Outra questão que se evidencia neste processo é a influência conservadora e religiosa, se acreditava que as leis divinas deveriam ser respeitadas, haja vista, as posições sociais que colocavam o homem em cargos de poder a mulher como submissa:

> A doutrina conservadora católica pregava que a desigualdade sexual era algo determinado pelas leis naturais e divinas. Essas leis teriam estabelecido exatamente o lugar do homem e da mulher na sociedade: as tarefas domésticas como domínio próprio das mulheres e as atividades sociais e cívicas como domínio masculino, com a preponderância das últimas sobre as primeiras184. Contrariar tais premissas era um atentado às leis divinas (Campos, 2010, p. 72).

O ensinamento incentivado por essa visão patriarcal e religiosa se concentrava em ensinar os preceitos divinos as mulheres, inferior em qualidade da educação oferecida aos homens. Dentro dessa perspectiva, a escola mista com homens e mulheres estudando juntos não era aceita. Campos (2010) frisa que escolas católicas, com freiras e padres era

socialmente aceita mesmo após a separação do Estado e da Igreja na Constituição Republicana de 1890.

O currículo escolar era definido a partir da moral e a instrução da mulher para o lar e ao seu esposo e a propagar os ensinos da igreja. A diferença de classes é apontada pela autora, as mulheres da elite precisavam arranjar bons casamentos, as escolas particulares e religiosas eram majoritariamente frequentadas por elas, bem como a ideia de controle e limites morais. As mulheres das classes mais pobres direcionadas a uma educação profissionalizante baseada no corte e costura, em que lhes era ensinado escreve seus nomes para assinar o nome e ler o missal.

Neste cenário que estava surgindo o acesso à escolarização pelas mulheres no início do século XX emerge também o processo de feminização do magistério. No século XIX, a maioria dos docentes ainda era composta por homens. A partir da oferta em outros setores de trabalho, especialmente as indústrias, é que ocorre a migração masculina atraída por melhores salários. Esse foi o fator determinante para a docência se tornar majoritariamente feminina. O Estado, diante desses fatores, passa a determinar os conteúdos para os níveis de ensino, os horários e salários (Mendes, 2021).

O nível de ensino da Escola Normal [7]também era o único campo público tolerado para as mulheres atuarem:

> A visão da dicotomia feminina: mulher do lar / mulher prostituta, a valorização dos trabalhos do lar, do cuidado com os filhos e maridos, em detrimento do trabalho fora do lar, são uma consequência previsível do autoritarismo e do cerceamento de liberdades que se anunciava cada vez mais iminente nos anos 30. O direito ao voto e à profissão de professora de primeiras letras – "as normalistas" – eram as únicas conquistas sociais permitidas, uma vez que preservavam a visão da mulher educadora "de crianças"; na época, as carreiras de professor de segundo e terceiro graus eram, predominantemente, exercidas por homens (Nahes, 2007, p. 27).

Pavan (2017) salienta que o título de "mestre" anteriormente atribuído aos docentes homens foi substituído com a predominância feminina na área pelo termo "tia", frequentemente utilizado para se referir às professoras nos primeiros anos da educação básica. Desta forma, a autora pondera algumas restrições de trabalho determinadas pelo Estado a fim de conservar a condição física de jovens mulheres, em um período em que direitos trabalhistas foram incorporados, como as férias remuneradas e o salário mínimo, entre outros.

[7] O Curso Normal criado em 1835 tinha o objetivo de formar professores para atuarem no magistério de ensino primário e era oferecido em cursos públicos de nível secundário, atualmente é o nível do Ensino Médio.

No estado do Amazonas, Campos (2010) discorre que, com a necessidade de se ampliar o ensino no estado foi criado no ano de 1880, o Curso Normal com duração de três anos no Liceu Providencial. Diferentemente dos cursos ofertados nas demais parte do Brasil, o amazonense permitia a matricula de mulheres. Porém,

> Estipulava que as senhoras após matriculadas poderão ser dispensadas da frequência ao Liceu, e autorizadas a estudar as respectivas matérias particularmente, ficando obrigadas a apresentar-se no fim do ano para os exames. A sua presença era obrigatória somente nas aulas de pedagogia. Além disso, o Regulamento exigia das mulheres que apresentassem no ato da matricula, autorização do marido ou dos pais, caso fosse solteira. A frequência não obrigatória adivinha das proibições feitas em relação as classes mistas, sobretudo pela Igreja. Acreditamos que a frequência facultativa se apresentava como um meio dos homens da burguesia, concordarem com a frequência de suas mulheres á Escola, numa época em que já se discutia a necessidade de dar maior instrução as mulheres (Costa, 2005, p. 257).

Campos (2010) pondera que no ano de 1890, o governador Augusto Ximeno de Villeroy mudou a Escola Normal para Instituto Normal Superior e o curso passou a ser ofertado com 4 anos de duração. Com essa mudança, foi criado o Gymnásio Amazonense em 1893, o que levou a formação de professores ser subordinada ao curso normal do Gymnásio até o ano de 1900, momento em que se tornou independente. Referente as classes populares, em Manaus, o Instituto Benjamim Constant, a partir do ano de 1892 passa a ofertar um nível de ensino que atendia meninas órfãs e pobres. A educação que lhes era passada tinha o intuito de torna-las boas donas de casa, após deixarem o instituto era comum que trabalhasse em casas de família. Outras escolas também existiram e tinha a mesma função de ofertar uma instrução profissionalizante.

Sob o governo de Teodoreto Souto, se destacou o sistema de professor ambulante, que ministrava o ensino a domicilio. Esse método é citado por Vanessa Antunes (2014), que com a ausência de escolas públicas, mulheres pertencentes a famílias ricas ofereciam seus serviços para lecionar em suas próprias casas. Os jornais regionais frequentemente publicavam notícias relacionadas a "[...] a figura da professora, quase sempre oferecendo seus serviços para o ensino infantil ou "das primeiras letras", como se dizia na época. Delas falam tanto as pequenas folhas como as grandes folhas" (Antunes, 2014, p. 101).

Na capital e no interior, a autora delibera que existiu nas próprias residencias das famílias, as populares "escolhinhas". O próprio estado cedia a autorização, com fiscalizações periódicas. Houve casos de o governo chegar a pagar essas professoras para o atendimento de um número de alunos em áreas carentes, porém essa prática não era frequente. A profissão do magistério nessa análise é atribuída a vocação natural da mulher e que as mesmas deveriam

ser as primeiras educadoras. Contudo, nas regiões dos interiores mais isoladas que se visava utilizar esse ensino a domicilio não se consolidou, devido as grandes distâncias os bancos a vapor não conseguiam chegar (Costa, 2005).

> A profissão foi, de fato, fundamental para a emancipação feminina, já que abriu um espaço de trabalho numa área mais valorizada (bem vista), inclusive pelo público masculino. Como outros ofícios, ser professora significava ter adquirido educação, refinamento, sofisticação, tornando a mulher mais apta para atuar no espaço público e até ofertar serviços antes somente oferecidos por homens. Das professoras que ofereciam seus trabalhos educacionais de forma particular, além do ensino das primeiras letras, pudemos identificar certa variedade de disciplinas, que iam de línguas estrangeiras a aulas de piano (Antunes, 2014, p. 103).

Com a feminilização da profissão, porém a condição de pagamentos dessas mulheres não era completamente paga corretamente. Antunes (2014) salienta uma publicação feita no jornal Correio do Norte do ano de 1906, que trazia como destaque a situação de uma professora que estava meses sem receber seu pagamento por seus trabalhos prestados. A citação segue as normas originais da língua portuguesa utilizada na época.

> NOTICIARIO
> Veio hontem ao nosso escriptorio uma senhora, professora no interior, queixar-se de nem ella, nem outras duas irmãs, que igualmente são professoras, recebem vencimentos há cinco mezes; ella esta ha quasi dois anos, e pedir-nos que lhe emprestassemos cincoenta mil reis para a compra de remedios e alimentos para dous filinhos doentes. Compungia o coração de ouvir as suas queixas contra a falta de pagamentos de alguns meses de ordenados, aos pobres professores (Correio do Norte, n° 52, Manaus, 22 de março de 1906 *apud* Antunes, 2014, p. 104)

A partir do relato descrito, constata-se que as condições de educação feminina se mantiveram precárias no cenário regional durante as primeiras décadas do século XX. Além disso, as poucas mulheres que eram escolarizadas seguiam na profissão docente, por ser mais aceita socialmente pelo público masculino. Costa (2005) frisa que, após diversas legislações com o objetivo de satisfazer interesses políticos e pessoais, houve um avanço na criação de escolas femininas em Manaus, por meio da fundação de mais dois colégios e alguns outros no interior.

Campos (2010) destaca que no ano de 1905 na Escola Normal manauara, com a feminilização da carreira de professora, dos 126 alunos matriculados, apenas 26 eram do sexo masculino. Entre os anos de 1925 e 1929, a maioria dos discentes permaneceu composta de mulheres. A autora também realça que essas alunas provinham de origem da classe média, mas havia aquelas que eram atraídas pela necessidade financeira, que com a conclusão do Curso Normal poderia ser resolvida com a certificação para trabalhar como professora. A impressa também destacava essa presença feminina:

> Alguns periódicos dedicavam seus comentários a ressaltar a participação de moças e mulheres que se destacavam em seu desempenho estudantil nos liceus e na sua diplomação na Escola Normal. A normalista ganhava as ruas da cidade e para elas a imprensa guardará boas referências, já que ser normalista era estar no caminho certo, da ordem e da tradição (Antunes, 2014, p. 106).

Outra opção de estudos foi ofertada pelo Ginásio Amazonense, porém frequentado majoritariamente pela elite manauara,

> A criação do Ginásio Amazonense em 1893, através do decreto n° 34 de 13 de outubro do mesmo ano é considerada um marco na história cultural e social do Amazonas, não só pela imagem de imponência e de progresso que refletia satisfação para a elite do Estado, sempre desejosa em ostentar uma capital moderna e próspera e de tornar o Amazonas compatível com os seus interesses, mas principalmente pela proeminência educacional que representou para a comunidade acadêmica, embora estivesse ligado diretamente a elite do Estado, uma vez que o Ginásio passou a ser concentração de abastados (Campos, 2010, p. 84).

O Ginásio amazonense foi um local de referência durante muitos anos e seu plano de estudos era semelhante ao Ginásio Nacional do Rio de Janeiro. Dessa forma, o ensino ofertado podia levar seus alunos a ingressarem em qualquer curso superior nos demais estados brasileiros. A primeira mulher formada, com base nos bacharéis de ciências e letras do Ginásio é datada do ano de 1909 (Campos, 2010).

Por outro lado, referente a educação da população mais pobre da cidade de Manaus:

> Em 1908 no governo de Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt algumas mudanças na instrução amazonense já começam a ser percebidas. Nessa época a capital contava com cerca de 40 escolas primárias públicas no total de 213 existentes no Estado, além de escolas particulares, do Gymnasio Amazonense, de educandários, da Escola Normal e de duas escolas complementares: uma para o sexo feminino e outra para o masculino 228. Mesmo assim, parte da sociedade, principalmente da periferia da cidade, continuava alijada do contato com o mundo das letras e o número de analfabetos continuava grande (Campos, 2010, p. 85).

A autora frisa que o governo de Ephigênio Salles entre os anos de (1926-1929) possibilitou o desenvolvido da educação no estado do Amazonas. No ano de 1928, havia 92 escolas públicas, em 14 grupos escolares e uma escola modelo. Havia 27 escolas particulares, 13 não eram inscritas. No total de gênero, as mulheres representavam 3.025 alunas e os homens 4.898 alunos, na quantidade de matriculas realizadas nessas escolas públicas a predominância era feminina. No entanto nas escolas particulares, os homens ainda eram a maioria com um total de 18. 015 alunos e as mulheres com 9.965.

> Na década de 1930 mais duas escolas religiosas destinadas à educação das jovens foram instaladas em Manaus. A Primeira delas denominou-se Escola Nossa Senhora

> Auxiliadora, fundado pelas irmãs madre Anna Masera, irmã Elisa Ferreira, Irmã Luizinha Spezia, irmã Elda Bernarde e Irmã Macció que vieram para a cidade com o objetivo de iniciar um trabalho apostólico entre a juventude manauara. No dia 2 de maio de 1932 iniciou-se a escola primária com 130 alunas nos turnos diurno e noturno e o ensino secundário, magistério, só viria a funcionar algum tempo depois. A outra escola fundada foi o Patronato Santa Terezinha, de 1937, também fundado pelas irmãs Filhas de Nossa Senhora Auxiliadora, na figura das Irmãs Margarida Oliveira e Glória Monte Claro245 pertencentes à comunidade da Escola Nossa Senhora Auxiliadora. Essa escola, de acordo com o que já mencionei anteriormente, surgiu a partir dos trabalhos realizados pelas irmãs com as jovens carentes do bairro da cachoeirinha [..] (Campos, 2010, p. 90)

Na década de 1940, se inicia a expansão do ensino público, não somente focado na qualificação profissional como anteriormente. Esse fator possibilitou que houvesse aumento no nível de escolaridade de ambos os sexos, destacamos as mulheres, que passaram a compor grande quantidade de novas alfabetizadas, perante essa circunstância (Alves, 2017).

Em 1942, a Reforma Capanema constituiu mudanças no nível secundário e na educação profissional reservada aos trabalhadores. Tornou possível a articulação entre diferentes graus de ensino, apesar da permanência e separação do ensino propedêutico e técnico.

> A intencionalidade de admitir na escola primária os alunos “mais educáveis”, ao contrário da preocupação inicial das escolas de aprendizes artífices, voltadas para os então “desvalidos da fortuna e da sorte” e considerados “menos educáveis” em virtude de sua condição socioeconômica. A visão assistencialista do período da gênese da educação profissional no início do século XX começava a dar lugar a uma nova visão de formação profissional, mais direcionada à formação de trabalhadores mais aptos ao contexto de crescente necessidade de mão de obra (Mattos, 2013, p. 25).

Apesar das lacunas ao longo do percurso, a Reforma apresentou propostas pedagógicas no que se refere aos trabalhadores, com foco nas mudanças que estavam ocorrendo naquele momento no mundo do trabalho, que apresentava a necessidade diante do crescimento da demanda nos setores secundários e terciários. Contudo, esse processo ocorreu de forma segmentada, sendo o ensino médio dividido em cinco segmentos, com apenas um destinado ao nível do ensino propedêutico. Os quatro restantes estavam ligados aos setores econômicos que incluíam a indústria, agricultura e comércio.

Referente às mulheres, essa reforma se dividiu em dois momentos: o primeiro, a proteção à família e o segundo, proporcionar a elas uma educação adequada ao seu papel familiar. O ensino feminino foi dividido em doméstico geral (dois ciclos) e doméstico agrícola (dois ciclos). O primeiro deveria abordar assuntos de conhecimentos básicos para a boa educação dos futuros filhos e para o cuidado do lar. As disciplinas eram: Português, Matemática, Moral e Cívica e Trabalhos domésticos. O segundo ciclo era cursado nas Escolas Normais Domésticas com duração de dois anos.

Outro momento educacional brasileiro no que se refere às mulheres se deu no ano de 1961, momento em que foi estabelecida a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n° 4.024, na qual o nível superior foi regularizado juntamente com o restante do sistema educacional no país. Em 1968, sob a vigência do período militar, ocorre a Reforma Universitária pela Lei n° 5540/68, que criou diversos novos segmentos, sendo estes: departamentos, sistema de créditos, vestibular classificatório, dentre outros. A Constituição de 1988, no artigo 207, também dá continuidade na necessidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão na universidade (Alves, 2017).

Na década de 1970, no estado do Amazonas, a escolaridade das mulheres avançou devido ao processo econômico com a instalação da Zona Franca de Manaus no ano de 1967:

> Verifica-se que, do ponto de vista educacional, os censos de 1970 a 2000 contam uma história de superação feminina. No entanto, examinando-se censo a censo a situação da mulher no Estado, percebe-se que em 1970 os homens são maioria entre as pessoas com até três anos de estudo, a partir dos quais a presença feminina é predominante, só passando a ser inferior novamente no nível universitário. Essa supremacia das mulheres, especialmente no correspondente ao atual nível médio, poder-se-ia explicar como sendo uma forma de conseguir uma posição melhor no emprego (Cavalcanti, 2011, p. 40).

O contexto vivenciado na Zona Franca de Manaus permitiu que as mulheres construíssem um caminho de ascensões e participações na indústria e na elevação de seus níveis educacionais. Além disso, possibilitando a entrada no século XXI, de um perfil de mulheres ativas nas disputas por mais espaços nas áreas sociais, educacional e no campo de trabalho industrial.

Na década de 1980, Adlaine Glória Silva Cavalcanti (2011) mediante pesquisas no censo demográfico pondera que dentre os alunos que estudavam até nove anos, as mulheres aparecem como maioria com (53%), o que indica que estavam passando a ser a maioria nesse nível de ensino. No ensino médio, também eram a maioria com 54%. Porém no acesso ao vestibular ainda se constituíam como minoria, com 40% nessa modalidade.

Nos anos 1990 predominaram como uma maioria no quesito de possuir até 10 anos de estudo e também a maioria em conseguir o segundo grau completo. No ano de 1991, as mulheres amazonenses permaneciam em maior quantidade das pessoas até dez anos de estudo, apontado suas intenções de prosseguir com seus estudos e conquistar o diploma do segundo grau. Nas idades entre 11 e 14 anos de estudo, a população feminina aparece também com maior porcentagem a completar o 2° grau completo.

O censo dos anos 2000, referente aos níveis de estudos das mulheres amazonenses, analisou a composição dos grupos de anos de estudo por sexo das pessoas de 10 anos ou mais

de idade em 2001 e 2009, apontado que o século XX chegou ao fim com uma diferença de 8 pontos de vantagens de diferenças entre os homens com idades de 11 e 14 anos a completarem a primeira etapa de seus 44 estudos (ensino fundamental) (Cavalcanti, 2011).

CAPITULO 2: AS MUHERES E A BUSCA POR EMANCIPAÇÃO EM MANAUS

A região amazônica historicamente sempre despertou interesse, seja de estrangeiros como dos brasileiros das demais regiões, pois por um longo tempo permaneceu isolada e foi considerada inóspita e exótica. Mas, além dos estereótipos que causavam medo, por outro lado, também despertavam curiosidade, o que até os dias atuais atrai viajantes de todo o mundo em busca de novas descobertas e de compreenderem melhor essa grande imensidão de florestas, rios, animais e a população que nela vive.

Sob esse pretexto, Heloisa Lara Costa (2005) define a região a partir de:

> Na realidade pensar a Amazônia de hoje ou de ontem, implicar em buscar suas referências, analisar a igualdade e diferença e, sobretudo, buscar o entendimento do processo social e histórico onde se insere. Nem inferno, nem paraíso, mas tão só uma sociedade que passou por um processo particular de colonização, de enfretamento da população indígena com os povos conquistadores e depositária de uma cultura distinta á do negro africano. Portanto, questões de raça e cultura diferentes e iguais, em determinados aspectos, às demais regiões do país, com ênfase, necessário se dizer, á consideração do tempo histórico em que se considera sua cultura e sociedade (Costa, 2005, p. 23).

Diante desse cenário, as relações sociais que se desenvolveram na Amazônia seguiram o modelo português de vivência, o que desencadeou em divisões desiguais de classe, raça e gênero. Os indígenas, caboclos e negros eram alvos de intensos preconceitos e trabalhos secundários, sendo-lhes renegado o acesso à educação, saúde e até mesmo a moradia adequada. Além disso, tinham que testemunhar a exploração de suas terras e animais sem poderem fazer nada, pois, em caso de revoltas, a repressão poderia custar suas vidas. No que tange à mulher amazônica:

> Os períodos históricos da chamada formação social da Amazônia assumem uma perspectiva sexista bem demarcada. A estrutura de poder se encarregou de forjar uma imagem para as índias associada ao erotismo sexual que lembra a construção antiga do judaísmo, islamismo e do cristianismo antigo, em torno do mito de Eva. Disseminava-se o mito que as índias eram exóticas e dispostas a satisfazer a lascívia do homem branco, quando na verdade o objetivo era povoar a Amazônica (Torres, 2005, p. 27).

As mulheres amazônicas, primeiramente as indígenas nessa realidade descrita, desde a colonização por não se cobrirem e por possuírem um modo de vida contrário ao do

colonizador – que determina os comportamentos e reprime a subordinação masculina às suas mulheres. Ao se encontrarem com as indígenas, que obtinham mais liberdade que as europeias, logo, ao estabelecerem relações românticas e filhos, se estabeleceram mitos e estereótipos, bem como o mito das “mulheres guerreiras” ou das “mulheres lascivas” como formas de representação para sexualizar e objetivar as indígenas (Costa, 2005).

Nessa sociedade elitista, desigual e colonialista, recusavam-se direitos às mulheres indígenas, que diante dessa estratégia sexista do colonizador, consolidou-se na região uma política sexista em troca de favores sexuais e de reprodução de filhos, em busca de reconhecimento e legitimidade. Se elas se recusassem a cumprir essa determinação, a consequência seria sua exclusão total dessa sociedade, o que dificultaria sua sobrevivência física e política diante dos homens brancos. "[...] os relacionamentos amorosos, o concubinato, o casamento e a prática liberada do sexo para o crescimento da taxa de natalidade em curto espaço de tempo, legou à mulher índia da Amazônia o estigma do erotismo e da prostituição" (Torres, 2005, p. 28).

Esse panorama se solidificou durante décadas de exploração física e sexual das indígenas e posteriormente das caboclas e demais mulheres pertencentes a essa minoria étnica da região. No período do Brasil Império, apesar de já se iniciarem leis no âmbito nacional que buscavam punir tais atos, na Amazônia essas práticas continuavam constantes, conforme é relatado:

> Daí porque a justiça muitas vezes foi cega aos direitos das mulheres e crianças índias e mestiças, permitindo que brancos regatões e mesmo alto funcionários públicos fossem agraciados com mulheres e crianças, raptadas, presas ou doadas (no caso das crianças), continuando a prática exercida no Império pelos próprios juízes de órfãos, em virtude de um erro na lei que considerava órfã, toda criança gerada por um casal não casado legalmente, demonstrando assim o legislador um grande desconhecimento da realidade social da região (Costa, 2005, p. 66).

Com isso, vemos que o histórico da região Amazônica no que se refere às mulheres nativas da região foi consolidado com raízes desiguais e misóginas, que além de perpetuar conceitos estereotipados de sexualidade, ainda se baseava em explorar e raptar meninas da região e direcioná-las à exploração física e consequentemente sexual por parte dos homens mais ricos dessa estrutura social. No entanto, apesar dessa intensa desigualdade, a principal estabelecida foi a do patriarcado português: “Na Amazônia, não tivemos um estado patriarcal, mas relações patriarcais, que se apresentavam de forma mais pura no âmbito da família e que se reproduziam em outras relações nas demais instâncias sociais” (Costa, 2005, p. 53).

> Isso devido ao paternalismo legado pelos portugueses á cultura local, ou devido á ausência de racionalidade no sentido weberiano, que dos conflitos políticos que

> envolveram a a população regional contra o domínio alienígena (na fase colonial) ou quer pela herança deixada pelo extrativismo, onde a imediatez do resultado econômico não exigia um esforço maior, tampouco a racionalidade empresarial, típica da empresa capitalista. Nesse sentido, o patrimonialismo encontrou na Amazônia do século passado, condições favoráveis a sua fortificação (Costa, 2005, p. 55).

Esse cenário nefasto para as mulheres estabeleceu um Estado Patrimonial em que o português colonizador, ao chegar e se deparar com uma ampla cultura indígena, que em alguns povos também mantinha estruturas patriarcais, encontrou na região amazônica condições favoráveis para consolidar o patrimonialismo. No entanto, esse seguimento não ocorreu de forma submissa por parte das mulheres indígenas.

> Importa perceber nesta discussão o fato de o corte de gênero ter atravessado o tecido simbólico do mito das Amazonas, para dar vazão a conformação de uma identidade feminina nos termos da ocidentalidade. É assim que as características de passividade e submissão presidiram a imagem da mulher amazônica, desde os tempos da conquista. Não se pode afirmar que as índias fossem totalmente submissas nas sociedades tribais, do contrário, como, se explicaria a existência da organização de cacicados envolvendo mulheres como chefes de tribos? Existia, outrossim, uma nítida divisão sexual do trabalho, mas não uma passividade nos moldes do patriarcalismo (Torres, 2005, p. 49).

Diante desse contexto, é relevante destacar que a subordinação, o patrimonialismo nos moldes patriarcais não foi somente determinado e aceitos nas sociedades indígenas. Vemos que as mulheres não eram submissas, tendo casos em que ocupavam altas posições no nível de cacicado. Por isso, a principal divisão que foi seguida se moldou na divisão sexual do trabalho, que foi seguida com a implantação do patrimonialismo português na região.

Diferentemente da região sul, na Amazônia não se desenvolveu um sistema de agricultura que permitisse acumulação primitiva para investimentos em um setor industrial. A atividade agrícola era descontínua; quando começava a se fortalecer, um fator novo acabava por desviar essa evolução. Assim, as atividades desenvolvidas eram a partir das plantações de cacau, café, cana-de-açúcar e algodão, que também foram interrompidas para a implantação do extrativismo da borracha. Este necessitava de mão de obra, especialmente focada nessa produção, e não permitia o desvio para atividades com menor lucro, como as das plantações citadas.

Na economia da borracha, as mulheres brancas esposas dos seringalistas, mesmo limitadas à esfera privada dos afazeres domésticos, filhos e marido, no século XIX, desenvolveram grandes movimentações na política local, conseguindo apoio político para seus maridos, filhos ou irmãos. Essas mulheres desempenharam papéis essenciais nas eleições

de intendentes, deputados, senadores e até mesmo de governadores. Apesar de restritas e limitadas ao ambiente doméstico, eram as mulheres que:

> Elas se encarregavam de preparar os grandes almoços para os políticos que vinham de fora, fazer sua campanha na comunidade e colaborar no apoio logístico para os eleitores no dia das eleições. Em troca o que recebiam? As vezes a nomeação do marido para um cargo na burocracia, ou a garantia de manutenção no cargo quando ele já era funcionário público, o emprego para parentes ou para ela mesma (Costa, 2005, p. 73).

Todavia, esse papel secundário exercido continuava limitado às mulheres ao âmbito doméstico. O acesso ao voto era somente permitido aos homens, e esse paradigma chegou à República igualmente com alta taxa de analfabetismo feminino. Na perspectiva amazônica, em condições de isolamento, em grande parte das populações dos interiores, as condições de democracia permaneciam distantes, sendo a política determinada pelos patrões - homens brancos da classe dominante.

No que se refere às mulheres, as pertencentes a famílias ricas desempenhavam esses papéis secundários e ainda limitados à esfera doméstica de apoio político, enquanto as mulheres pobres permaneciam sem acesso à educação e sob condições de exploração. A partir do final do século XIX, com os movimentos feministas, é que as mulheres começam a acessar os campos políticos e educacionais, contudo na Amazônia é somente no século XX que elas iniciam esse processo (Costa, 2005).

Pinheiro (2023, p. 124) destaca a realidade de Manaus em meados de 1870:

> Até aproximadamente 1870, Manaus não passava de um lugarejo acanhado e desprovido de atrativos, com uma população pequena e majoritariamente indígena, em meio a parcelas de mestiços, negros e pouquíssimos brancos, alguns dos quais estrangeiros. Na virada para o século XX, o impacto das rendas auferidas com a exportação de borracha abarrotou os cofres públicos, permitindo que Manaus crescesse e se transformasse numa cidade atrativa e estruturada para recepcionar os agentes do capital estrangeiro.

Com a economia da borracha, Manaus vivenciou seu esplendor econômico, além de obter inovações tecnológicas avançadas para a época, tais como: serviços de abastecimento de água, esgoto, transporte coletivo, estrutura portuária, luz elétrica, linhas de bondes e a introdução do telegrafo e sistema de telefonia (Pinheiro, 2023). Essas inovações possibilitaram a ampliação do comércio e, posteriormente, do mercado de trabalho privado e estatal.

Michele Perrot em seu livro “mulheres públicas*”* discute a questão do espaço público para mulheres de diferentes classes sociais. As oriundas de famílias ricas eram, desde o

nascimento, educadas para a esfera privada, que se acreditava ser o lugar ideal para elas. Esse espaço era considerado apropriado para que se tornassem boas donas de casa, obedientes aos esposos e mães dedicadas. O desejo dessas mulheres de frequentar o espaço público era mal visto, pois a rua significava um local de promiscuidade", em que não havia respeito pelos valores familiares. Além disso, a ideia de mulheres no espaço público simbolizava também um dos ideais do feminismo, que era amplamente rejeitado pelos conservadores.

Por outro lado, as mulheres de origem popular frequentavam as ruas não por desejo próprio, mas por necessidade de sobrevivência para elas e suas famílias. Para essas, a rua significava sustento. Perrot sinaliza que essas mulheres não eram apenas prostitutas, como os conservadores faziam a sociedade acreditar. Havia também trabalhadoras, intelectuais e aquelas que buscavam independência e rompimento com o ambiente privado, que impedia qualquer possibilidade de autonomia. O silêncio imposto pelos homens durante séculos perpetuou a condição de submissão das mulheres em todos os setores sociais, como a autora ressalta.

> O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Silêncio das mulheres na igreja ou no templo; maior ainda na sinagoga ou na mesquita, onde elas não podem nem mesmo penetrar na hora das orações. Silêncio nas assembleias políticas povoadas de homens que as tomam de assalto com sua eloquência masculina. Silêncio no espaço público onde sua intervenção coletiva é assimilada à histeria do grito e a uma atitude barulhenta demais como a da “vida fácil”. Silêncio até mesmo na vida privada (Perrot, 2005. p. 9)

Inseridas em uma estrutura patriarcal e religiosa, o comportamento feminino esperado de uma mulher nesse final do século XIX, era contrário às ideias feministas que estavam ganhando repercussão na Europa. Perrot postula que, a ideia de que a mulher é desprovida de capacidade intelectual a acompanha, desde os tempos mais antigos. Essa visão é sustentada por preceitos "naturais" que colocam a mulher em uma posição inferior entre os seres humanos. Segundo a autora, enquanto aos homens são atribuídos o cérebro, a inteligência, a razão lúcida e a capacidade de decisão, às mulheres são atribuídos o coração, a sensibilidade e os sentimentos, que as colocam em uma posição de frágil e inferior aos homens.

Na estrutura regional essa saída da mulher da casa para o trabalho foi vista como uma afronta aos aspectos morais e cristãos da época. Sobretudo que o comportamento esperado consistia em negar os anseios da sexualidade e lhes atribuía em casos de desvios morais “a noção de culpa e de pecado, erodindo e jogando para as profundezas do seu inconsciente seus desejos sensuais” (Costa, 2005, p. 151)

O campo do trabalho, apesar de exercido de maneira informal sempre esteve presente, No Amazonas, na capital em Manaus, foi exercido por mulheres pobres, oriundas da classe popular. Faces populares indígenas, mestiças, negras e brancas pobres apresentaram-se mediante as necessidades de exercer funções no espaço público, que não era bem visto pela sociedade do período, contudo, esse espaço não era por desejo, mas devia-se a seus cotidianos em virtude de se garantir o complemento econômico familiar ou a única renda garantida para sobreviver.

> [..], a mulher trabalhadora – fosse ela das classes mais baixas ou altas – da cidade de Manaus, assim como em todo o Brasil, passa a ser "falada", criticada, condenada, mas, em não raros casos, também era apoiada por segmentos importantes da sociedade que, nesta época, utilizavam principalmente a imprensa, como caminho mais fácil para a difusão das ideias, opiniões e condutas (Campos, 2010, p. 12).

Contudo, com tal ação em todo o contexto tupiniquim são expostas a críticas, falatórios e condenações. Esse panorama se expandia pelo país como rebeldia aos costumes do modelo tradicional de família, pois esse paradigma designou por séculos as mulheres como submissas, cuidadoras da família e mães devotadas aos afazeres domésticos e ao marido. Apesar das críticas, no cenário local através da economia da borracha foi propiciado mudanças nos papeis exercidos por homens e mulheres no mundo do trabalho, o que abriu possibilidades de as mulheres entrarem no setor formal, anteriormente não permitido e majoritariamente masculino. As atividades exercidas no campo informal consistiam em:

> Dentre esses trabalhos mal remunerados que cabiam a mulher, os serviços domésticos parecem ter sido aqueles que mais concentraram as camadas populares no Brasil. Arrumadeiras, cozinheiras, amas de leite, passadeiras e lavadeiras eram ocupações recorrentes. No caso das lavadeiras, a historiografia brasileira de gênero demonstra que a lavagem de roupa nas cidades brasileiras foi, no período, uma importante fonte de renda para as mulheres, embora elas tenham passado também pelos mesmos empecilhos decorrentes do processo de urbanização das grandes cidades que as europeias (Antunes, 2014, p. 23).

No recinto das capitais as mulheres que trabalhavam fora de casa era mal vistas chegando a serem comparadas as prostitutas, o que podia acarretar em grandes consequências as suas imagens sociais. Em Manaus, o desenvolvimento da cidade entre o final do século XIX e início do século XX, com a economia da borracha, constatou-se, uma grande urbanização e desenvolvimento de diferentes setores.

As elites amazonenses permaneciam ligadas aos hábitos inspirados na Europa, porém o restante da população longe da riqueza do látex utilizou do campo do trabalho como

necessidade de sobrevivência ao novo ritmo econômico imposto que estava modificando a ordenação da capital manauara. Desse modo, as mulheres passaram a exercer diferentes atividades, com base em Campos (2010, p. 11), as de "[...] camareiras de hotéis, operárias, secretárias, vendedoras de lojas, etc. Outras nas já tradicionais atividades de doceiras, babás, cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras e passadeiras". Seus trabalhos eram contratados por estabelecimentos também, como: bares, restaurantes, pensões e hotéis da cidade.

A expansão do campo de trabalho no início do século XX permitiu a entrada feminina nas industrias, todavia os impactos patriarcais persistiram e a ideia de emancipação permaneceu distante. A presença feminina nessas fábricas eram presente nos ramos têxteis, confecções, porém continuava majoritariamente nos serviços do comércio e doméstico.

Destarte, os papeis sexuados não são ligados essencialmente ao sexo biológico, mas resultados de construções sociais que nos padrões patriarcais determinaram a mulher para a esfera privada e o homem a esfera pública "[..] simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc) (Hirata, Kergoat, 2007, p. 599).

Por disso, é indubitável destacar que a divisão sexual do trabalho impacta até os dias atuais a vida das mulheres, em que mediante as relações sociais entre os sexos consolidada historicamente indica como predestinação os homens a esfera produtiva da vida pública-liderança e poder, enquanto as mulheres no setor reprodutivo, casa, família e subordinação aos homens, portanto, a divisão sexual possui relação direta com o gênero (Hirata, 2009).

Esse processo de modernização ocorrido pela industrialização é colocado como o principal acontecimento que possibilitou uma maior liberdade feminina apesar dos entraves destacados, além da esfera privada em que a mulher era predestinada desde o seu nascimento. Sob esse víeis, "na medida em que a cidade se expande e se urbaniza surgem novos espaços públicos de sociabilidade (restaurantes, hotéis, cafés, lojas, teatros, praças) e isso favorece a saída da mulher da esfera privada, e elas ganham maior visibilidade no espaço urbano" (Campos, 2010, p. 48).

> Essas ocupações específicas tendiam a reforçar uma divisão de tarefas por gênero, e até mesmo elevar a patamares mais altos a segregação sexual, já que o homem continuaria sendo visto e valorizado como o provedor na configuração familiar, independente do trabalho da mulher e do tempo por ela despendido nesse trabalho. Registre-se que, na maioria das vezes a jornada de trabalho de homens e mulheres era semelhante, senão idêntica (Antunes, 2014, p. 22).

Embora presente no setor do trabalho formal e logo após no informal, a divisão de gênero ainda classifica o trabalho feminino como secundário e inferior ao do homem. Por

conseguinte, é classificado como uma complementação ao salário masculino, apesar da carga horária trabalhada ser a mesma entre homens e mulheres, contudo o salário feminino era um terço do masculino.

Com as baixas remunerações, o trabalho informal continua presente, indo de vendedoras ambulantes aos feitos na esfera doméstica, como toma conta de crianças para outras mulheres que trabalhavam fora, lavadeiras, doceiras e as sacarias feitas a mão para as indústrias de café. Outro tipo de trabalho feito pelas mulheres foi o trabalho de agulha:

> O trabalho de agulha" [..] como alternativa de trabalho para as mulheres casadas dando-lhes a possibilidade de conciliar os cuidados com a casa, com o marido e a criação dos filhos com uma atividade remunerada e sem horário fixo. Esse tipo de trabalho também era "indicado" às mulheres não somente por ser realizado na esfera privada e por tanto longe do "perigo das fábricas", mas por se tratar de uma atividade que faz parte da natureza feminina: a costura. Matos salienta que a imprensa operária da época apoiava o trabalho da agulha por ele não representar concorrência ao trabalho masculino, embora algumas vezes seu discurso fosse dúbio questionando sobre as condições desse trabalho, principalmente quando se tratava da juta, considerado prejudicial à saúde da mulher (Campos, 2010, p. 48).

Nessa esfera do trabalho fabril, a sociedade debatia como deveria se desenvolver o trabalho feminino que não viesse a atrapalhar os ofícios naturais da mulher da maternidade e vida doméstica. A entrada no campo formal das fabricas no cenário regional foi nas indústrias de castanha e borracha, o que possibilitou o início da saída das mulheres a rua sem a necessidade de um acompanhante masculino – fator ocorrido primeiramente nas nações consideradas mais desenvolvidas e logo após chegando ao cenário nacional.

O ambiente religioso estabelecido não somente em Manaus, mas em toda a Amazônia desempenhou grande influência na vida das mulheres. A imprensa por meio dos jornais, totalmente masculina reproduzia a visão patriarcal e utilizava a religião como forma de corrigir e causar temor as mulheres, tendo em vista que no cenário europeu os movimentos sufragistas citados anteriormente se encontrava em processo de ascensão e ganhavam força ,em garantir as mulheres direitos e autonomia sobre a própria vida e seus corpos.

> Caricaturas sobre mulheres apareciam com frequência na imprensa, mostrando as como "beatas" e "fingidas". Convém lembrar que essas visões a respeito da mulher incluíam desde o recurso as teorias cientistas postas por Freud, até fantasias e preconceitos que visavam denegrir o movimento de mulheres na Europa pela profissionalização e acesso ao Ensino Superior, pelo direito ao voto e á propriedade, movimento que também repercutia no Brasil (Costa, 2005, p. 139).

A igreja católica via esses movimentos como opostos a vontade divina e buscava constantemente combater esses pensamentos da maior liberdade feminina. Costa (2005)

reitera, que denominavam aqueles que eram a favor da emancipação feminina como incrédulos que blasfemavam contra Deus. Durante o período colonial até a implementação da Republica, a qual separou o Estado da igreja, a região amazônica seguiu os preceitos religiosos do catolicismo. Em suma, somente após essa partição que as ideias feministas ganharam força na região.

Apesar disso, no que tange a questão religiosa a própria igreja católica europeia se preocupava com os desvios de conduta moral cometido pelos religiosos dos cleros alocados na Amazônia, bem como da própria população. Esses relatos foram transcritos por viajantes que passaram pela região e se assustaram com os comportamentos encontrados.

> Frei João de São José Queiroz em suas visitas pastorais aplicou penas rigorosíssimas a leigos e padres seculares. Relata que "viviam escandalosíssimos em mancebias, homicídios, usuras e tirania". Ressalvava, entretanto, que havia "veneráveis de todas as religiões fundadas que enchiam dignamente as crônicas das ordens que professavam" (Costa, 2005, p. 142).

Os relatos descritos proporcionam percebemos que a moral e a boa conduta da subordinação eram essencialmente exigidas somente das mulheres, os fraudes e demais homens levavam uma vida longe da moralidade e castidade que exigiam das mulheres. Conforme o relato de Wallace *apud* Costa (2005, p. 144) [...] no que se refere a imoralidade, vícios que não ousamos comentar em nossa terra, aqui são temas normais de conversação, sendo que alguns costuma até vangloria-se de pratica-los como se tratassem de algo digno de louvores.

Nessa linha histórica no que se refere as mulheres através da imprensa, se reproduzia posicionamentos regidos em busca de conservar a boa moral feminina, que perante a sociedade moralista essa perpetuação feminista era uma ameaça a moral e aos bons costumes. Além disso, uma mulher pública não era bem vista pela sociedade, pois a rua simbolizava um desvio para as tentações da carne (Campos, 2010).

É notável que própria imprensa da época era contrária a emancipação feminina, na qual tornava as mulheres invisíveis. Nos jornais que circulavam a região dos anos 1840 a 1860, um relato do jornal "13 de maio" relata apenas anúncios em busca de escravas fugitivas, venda e oferta de amas de leite. Em outro jornal o "paraense" são enaltecidas pela maternidade. Especialmente pelo romantismo dessa época em que as mulheres e o amor eram constantemente temas de poesia. Destaca-se, o caráter religioso para corrigir e educar as mulheres em que "Exalta-se a pureza virgem e roga-se a maldição dos céus para as mulheres

prostitutas. Interessante notar que os artigos moralistas tinham sempre caráter pedagógico dirigido às mulheres" (Costa, 2005, p. 145).

A imprensa da época não emitia notas sobre a exploração das mulheres indígenas e nem as condições precárias em que eram expostas. No jornal "Beija Flor" que era restrito a uma pequena parcela da população foi publicado pela primeira vez uma carta assinada por uma mulher. Erminda a sua amiga Enaira, com saudações ao seu aniversário em que é presente expressões de saudade, amizade e paixão. As temáticas envolvendo o gênero nessa época estava ligada ao romantismo e a religião, que como vimos era fortemente seguida pela sociedade de toda Amazônia e também em Manaus (Costa, 2005).

As obrigações de uma jovem, segundo a doutrina pastoral consistia em:

> 1-Ser muito modesta em todas as suas ações 2- Andar acautelada a cada passo 3- Ser grave e sempre decente nas falas e maneiras 4-Gostar de estar em casa e ajudar sua mãe 5- Aplicar-se de continuo ao trabalho 6- Raras vezes sair, e só por necessidade7- Aborrecer as vaidades nos vestidos e enfeites 8-Evitar conversações indiscretas com pessoas de sexo diferente 9- Detestar dissipações e profanos divertimentos 10- Amar os exercícios de piedade 11- Ser muito franca, leal e amorosa para com sua mãe e não ter segredos com ela 12- Edificar um bom exemplo e doutrina aos seus irmãozinhos menores (Costa, 2005, p. 152).

Essas eram as exigências determinadas pela sociedade e pela Igreja Católica a serem seguidas pelas jovens mulheres a fim de obterem um casamento e serem consideradas tementes a Deus e respeitadas diante de todos. Aquelas que se negassem a cumprir tais exigências eram renegadas pela religião, pela família e por todos que as cercavam. Quanto às mulheres casadas, o nível de comportamento esperado era marcado pela repressão, obediência e subordinação ao marido e aos sogros. Desvios morais não eram tolerados, e correções seriam aplicadas em caso de desobediência aos preceitos religiosos e morais.

As mulheres viúvas, mesmo após a morte de seus maridos, eram obrigadas a viver reclusas no lar e em constante luto pela perda. Conviviam com a consciência de que suas vidas estavam acabadas e que a reclusão ao lar era tudo o que lhes restava. Esses preceitos eram pregados pelo papa, bispos e padres em favor da conservação da família. No entanto, essa barreira, apesar de ter sido fortemente utilizada como forma de reprimir e preservar a moral e os bons costumes herdados do patriarcalismo, não impediu que as mulheres lutassem em busca de mais autonomia, direitos e educação.

A instrução formal iniciava seu processo de expansão no final do século XIX, o que desencadeou uma maior inserção feminina no trabalho formal do magistério, que se solidificava como uma profissão feminina, porém ainda marcada pela divisão de classes. Isso

afastava as mulheres pobres, grande parte das quais permaneciam analfabetas até o ano de 1870.

> Em uma sociedade marcada por clivagens sociais profundas, ligadas ao poder econômico, poder político e diferenças étnicas, a religiosidade e a maneira de expressa-la vão forçosamente traduzir essas diferenças. Sabe-se que grande parte da população era analfabeta nessa época, sobretudo as mulheres. Portanto elas não tinham acesso ao mercado editorial, numa época em que tudo era informado pelos jornais. Além do que grosso da população urbana, mesmo em Belém e em Manaus, era constituída por mestiços, via de regra, desprovido a de "capital cultural" dotado de fortes componentes indígenas. Portanto, acreditamos que as mensagens da igreja reformadora, chegavam às mulheres mestiças, mas não atingiam as massas (Costa, 2005, p. 156).

No início do século XX, a luta contra o movimento feminista aumentava e se fazia presente nos jornais da época que buscava lembrar o papel natural da mulher direcionado a casa, aos maridos e aos filhos. Por outro lado, os jornais liberais passam a apoiar as mulheres a adentrarem em outras esferas sociais para além do campo da reclusão doméstica – esses jornais foram assinados por homens.

> Na edição do jornal "província do Pará do dia 12/02/1924, o texto assinado por um homem destaca e enaltece a posição da mulher no lar e a necessidade de elas conquistarem outros espaços, ele aponta para "[..] a mulher fatalmente se dedicará às ciências exatas, sociais e políticas, disputará com os estudantes as bancadas das escolas de direito e de medicina, os diplomas de carreiras, do que elas atualmente têm o privilégio (Costa, 2005, p. 162).

Os jornais liberais inicialmente liderados por homens passam a apoiar os movimentos de emancipação feminina, embora outros jornais conservadores contrariassem essas ideias. Os debates permaneciam constantes entre a igreja, os liberais e os positivistas no início do século XX. Nesse cenário, as ideias conservadoras buscavam permanecem ditando a vida das mulheres, porém com a vinda da modernidade e mudanças na estrutura social mundial e brasileira, o cenário regional em meio a grandes resistências vivenciou transformações.

> Este também foi um período em que houve uma crescente valorização da mulher na sociedade burguesa e o contágio das ideias de emancipação feminina fruto do movimento feminista, o que possibilitou para as mulheres locais tentar seguir os passos daquelas que rompendo barreiras e preconceitos conseguiram atingir seus objetivos seja através do estudo, seja através do trabalho. Por esses fatores as mulheres manauaras saíram em maior número para a vida pública [..] (Campos, 2010, p. 51).

O primeiro jornal manauara que traz um artigo assinado por uma mulher é datado do jornal o "Ranzinza" do dia 15/04/1922. Segundo Costa (2005) a porta de entrada decidida pelas mulheres na luta por seus direitos de autonomia e emancipação foi a imprensa em que aparecem primeiramente como poetisas e artistas. Campos (2010) frisa que conforme foram

conquistando espaço por meio de várias lutas e resistências aos padrões misóginos aparece os jornais femininos na imprensa amazonense, que traziam como objetivo dar voz as mulheres, destacando queixas, duvidas e opiniões.

Perrot (1998) chama a atenção para a importância da educação formal para as mulheres que eram alfabetizadas a expor suas opiniões. Apesar de constantemente serem vigiadas e limitadas, o espaço da imprensa veio a possibilitar mais autonomia em uma opinião feminina que anteriormente foi silenciada durante um longo período histórico,

> Sem o poder, como as mulheres ganharam influência nas redes durante tanto tempo dominadas pelos homens? Primeiro pela correspondência, depois pela literatura e, por fim, pela imprensa. Ainda que permaneçam restritas a tarefas subalternas, elas se inseriram em todas as formas do escrito. Conseguiram elas passar do oculto, que lhes é permitido, à visibilidade, que lhes é contestada? (Perrot, 1998, p.10).

Nesta revolução, o próximo passo foi conquistar o direito de ler livremente e acessar qualquer conteúdo impresso sem restrições. Naquele período, as leituras recomendadas para as mulheres geralmente incluíam romances leves, livros sobre normas e boas maneiras, e manuais de tarefas domésticas. Nesse contexto, um pequeno grupo de mulheres ousou romper essas barreiras. Elas decidiram explorar a literatura que lhes era proibida ou desencorajada, desafiando as limitações impostas pela sociedade (Perrot, 1998).

Por outro lado, a divisão de classes é notada particularmente quando se noticiavam mulheres com maior poder aquisitivo, como é relatado por "mulheres professoras e diretoras de colégios. No entanto, essas são as que tiveram acesso às escolas, frequentavam os meios culturais e eram dotadas de melhores condições econômicas" (Costa, 2005, p. 166). Já as mulheres provenientes de famílias pobres têm suas notícias veiculadas no noticiário policial, onde aparecem situações de agressões por parte de maridos, amantes e namorados, além de casos de defloramento de jovens mulheres.

Ao abordamos sobre carreira, a profissão do magistério foi permitida as mulheres desde o século XIX, mas a feminilização da profissão ocasionou-se como uma extensão a maternidade que era vista como um dever feminino a ser cumprido. Dessarte, essa foi uma das principais rações da proximidade feminina da profissão nesse processo social. Nessa passagem do século XIX para o início do século XX, e que as mulheres amazonenses iniciam seu processo de emancipação que foi marcado por grandes lutas e resistência, diante de uma sociedade patriarcal e religiosa.

Esse trabalho é a primeiro a ser exercido por aquelas mulheres que obtinham acesso a escolaridade, as mulheres de origem pobre exerciam atividades nas fábricas, em escritórios

como secretárias e vendedoras nos comércios. Pinheiro (2023) frisa que a profissão do magistério foi amplamente exercida por essas mulheres vindas de famílias com maior poder aquisitivo.

> Nessa cidade, onde o magistério se tornou um importante espaço para o trabalho feminino, a documentação as visibiliza, sendo nomeadas para as escolas primárias; ou atuando como professoras em casas de famílias abastadas; ou improvisando salas e, até mesmo, escolas particulares em seus domicílios (Pinheiro, 2023, p. 127).

Por outra perspectiva, as mulheres pertencentes às camadas mais pobres que estavam inseridas no mercado de trabalho por necessidade de sobrevivência vivenciavam seus cotidianos nas indústrias têxteis e nas confecções, apesar das constantes críticas sociais. Nessas fábricas, a divisão sexual do trabalho também é notada, em que permaneciam executando atividades vistas como femininas, tais como tecer panos, pregar botões e costurar, sendo essas funções compatíveis com suas vocações naturais de mulher na fábrica e também no cotidiano doméstico.

O magistério exercido pelas mulheres de maior poder aquisitivo também era bem visto pela proximidade da profissão com a noção de cuidado e maternidade. Porém, os demais tipos de empregos exercidos fora de casa, “como secretária ou datilógrafa em escritórios, vendedoras em lojas e até mesmo em indústrias, eram vistos com desconfiança, e a maioria das vagas era preenchida por mulheres de famílias pobres”(Campos, 2010, p. 51). Além disso, para exercerem qualquer tipo de trabalho, a própria lei, exemplificada pelo Código Civil da República de 1916, respaldava que a mulher casada só poderia trabalhar com a devida autorização de seu marido para complementar a renda familiar. Antes de se dedicarem ao trabalho remunerado, era exigido que fossem boas donas de casa.

O trabalho feminino nessa passagem do século XIX para o século XX era tolerado, porém permeado por diversos preconceitos sociais que perpetuavam e dificultavam ideias de emancipação. É perceptível que diante de um grande revés histórico religioso e patriarcal, marcado pela divisão de classes, as mulheres manauaras já se encontravam presentes no campo do trabalho informal e formal, proporcionado pela economia da borracha, que modificou as necessidades da capital Manaus. Sobretudo as de origem mais pobres viram no campo de trabalho a necessidade de ajudarem seus maridos, exercendo diferentes ocupações nas fábricas de borracha e castanha, bem como no trabalho informal, indo dos afazeres domésticos feitos em casa para os realizados na rua, o que foi alvo de constantes julgamentos.

As mulheres de famílias com maiores poderes aquisitivos também enfrentaram grandes preconceitos para estudar e trabalhar. O comportamento esperado era que permanecessem em suas casas, supervisionando os afazeres domésticos. A pequena minoria que inicialmente optou por estudar era submetida à exigência de não adentrar nos campos masculinos da medicina e do direito, sob ameaça de serem expostas e corrigidas moralmente em caso de desobediência. No entanto, com acesso às ideias de emancipação provenientes da Europa, essas mulheres persistiram em buscar instrução, chegando a obter o ensino superior. Elas associaram a instrução com o trabalho, passando a exercer em maior número a profissão de professoras e até mesmo profissões até então eminentemente masculinas, pelo menos em Manaus, como Odontologia, Farmácia, Direito, entre outras (Campos, 2010, p. 52).

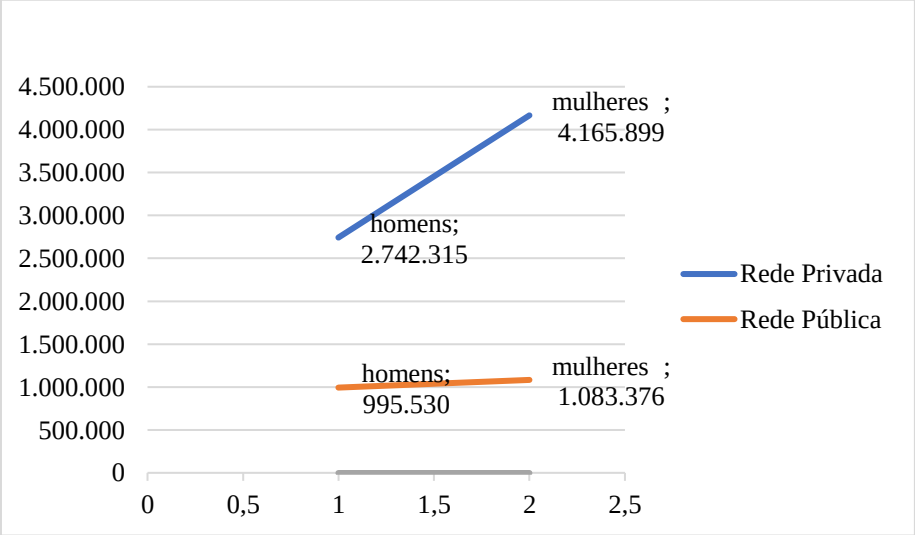
2.1 Mulheres no Ensino superior amazonense: A busca por maior capacitação acadêmica

A escolarização e a obtenção de maiores níveis de estudo pelas mulheres brasileiras é um fenômeno que vem aumentando nas últimas décadas, após séculos de barreiras e descriminações, pois, por meio de lutas sociais dos movimentos feministas vivenciados a educação para as mulheres foi conquistada.

Jaqueline Leta (2014) enfatiza que no Ensino Superior, atualmente se constituem como a maioria a ingressar neste nível de ensino, apesar das desigualdades de se manterem na universidade, sobretudo as que possuem triplas jornadas, tal como: a vida doméstica, a maternidade e os estudos, apesar desses fatores, o resultado é que um maior número em relação aos homens conclui esse nível de ensino.

Os dados do Mapa do Ensino Superior do ano de 2023 aduzem que as mulheres são a maioria a ingressar no Brasil. Ocupam 58, 4% das vagas, são 5,24 milhões de alunas. A rede privada contém o maior percentual com 79, 4% e os homens somam 73, 4% dos matriculados.

Gráfico: 1 Distribuição de Matrículas por Gênero no Brasil



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Instituto Semesp, 2023

Estatística de gênero: Indicadores sociais de mulheres no Brasil, 3° edição produzido pelo IBGE, 2024 postula, que, no quesito cor e raça, os dados mostram que os homens brancos com ensino superior compõem 2,4 vezes mais do que os homens pretos e pardos, o mesmo ocorre com as mulheres brancas com esse nível de ensino completo em que somam quase o dobro quando comparadas as mulheres pretas e pardas.

Mas no que se refere as áreas do conhecimento CTEM (Ciências, Tecnologias, Engenharias, Matemáticas e programas interdisciplinares que abrange essas áreas) representam apenas 23,2% de concluintes desses cursos. A menor taxa de conclusão ocorre nas áreas de Computação e Tecnologia da informação e comunicação com 15,0% , inferior ao ano de 2013 (17,5%). A predominância é notória nas áreas de Ciências humanas, no curso de Serviço Social, a taxa de concluintes mulheres é de 91,0%. A presença feminina é também majoritária nos cursos de licenciatura em que representam 73,3% das matriculas, conforme os dados do ano de 2022.

Para compreender a estrutura atual da presença feminina na universidade e a consolidação de uma carreira, faz-se necessário construir uma linha histórica dos desafios e lutas vivenciados, além de como as mulheres reivindicaram seus direitos.

A educação brasileira é pautada na dualidade escolar, visto que desde o cenário de implementação de escolarização no país, as práticas de qualidade educacional são regidas por um currículo oriundo de uma imposição política que visava formar: primeiramente, a classe dominante pensante pelo ensino primário e secundário de formação propedêutica, voltada ao acesso ao Ensino Superior, em muitos casos cursado na Europa. O ensino profissional é

destinado à classe trabalhadora e traz um currículo que visa disciplinar mediante instrução e com uma ideologia que busca justificar a pobreza.

> Durante o Império, tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como as de iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à educação como veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza (Manfredi, 2002, p. 78).

Mediante esses fatores, é perceptível que para as camadas populares, uma educação voltada à profissionalização é oferecida. Assim nas etapas da colônia e império, é proposto um aspecto assistencialista, disciplinador e conformista para perpetuar uma estrutura social que se apresenta como benfeitora, mas é, na verdade excludente, e buscar contribuir para que o acesso à educação permaneça etilizado (Rocha, 2017).

Cunha (2000) destaca que na época imperial, por não possuir recursos para abrir instituições de Ensino Superior, optou-se pela criação de escolas politécnicas criadas em 1874, sob uma circunstância de avanço econômico e a expansão de fábricas no país. Todavia, com a ausência de instituições de ensino superior desde 1809, existiam cursos ofertados pelas cátedras frequentadas por uma pequena minoria de homens pertencentes a famílias com alto poder aquisitivo. Os cursos ofertados eram: Medicina na Bahia e Engenharia no Rio de Janeiro. Essas primeiras faculdades brasileiras se localizavam em cidades importantes do Brasil, o ensino não era ministrado por docentes, mas por profissionais formados de cada área.

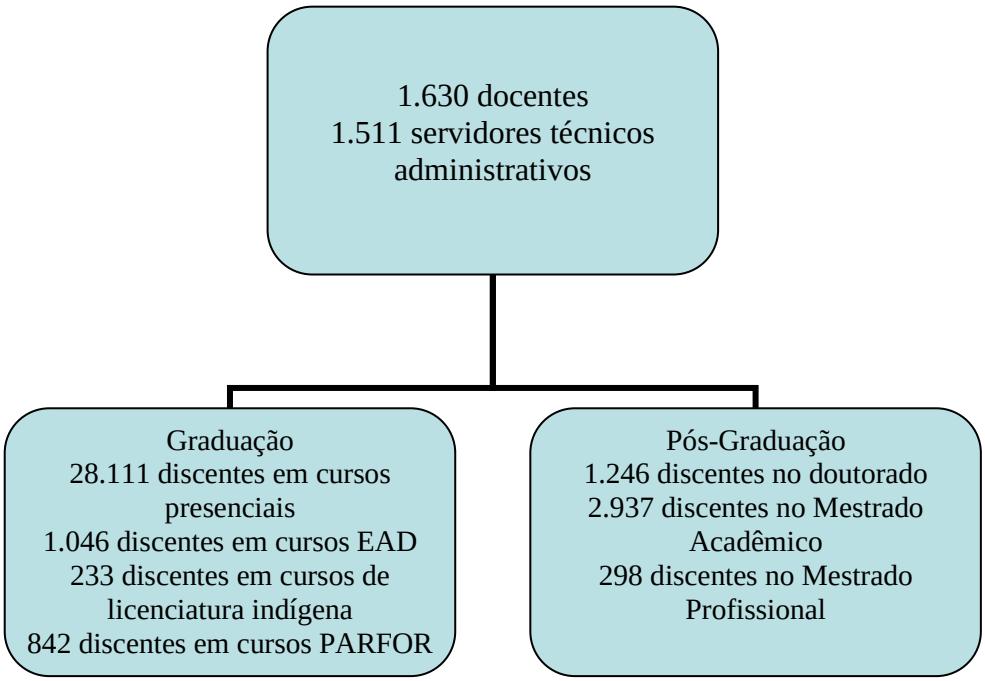
No ano de 1881, Rita Lobato Velho Lopes tornou-se a primeira mulher a completar o ensino superior no país. Cursou Medicina e graduou-se em 1887, contestando todos os costumes da época que renegavam maiores níveis educacionais para as mulheres. Apesar de todas as dificuldades sofridas, uma pequena parcela de mulheres da elite brasileira já possuía conhecimento de leitura e escrita. A imprensa desempenhou um papel crucial como meio de comunicação para as mulheres se conectarem umas com as outras. Diversos jornais do período eram escritos e editados por mulheres, como o Jornal das Senhoras (1852), o Belo Sexo (1862), Sexo Feminino (1873) e outros existentes nas demais localidades do Brasil (Mendes, 2021).

Cunha (2000) destaca que, embora a República tenha resultado em um tardio investimento no ensino superior, no ano de 1909, no estado do Amazonas, foi criada a primeira instituição desse nível de ensino no país, seguida, em 1912, pela criação da

Faculdade de Medicina de São Paulo e da instituição de ensino superior na cidade de Curitiba, no estado do Paraná – a primeira a ganhar o título reconhecido de Universidade.

O estado do Amazonas apresenta uma área territorial de 1.564. 455 km² é o maior estado da federação, porém apresenta um alto vazio demográfico, com a grande parte da população residindo em Manaus, a capital do estado uma das maiores cidades do norte do país, segundo o IBGE 2022, com uma população de 2.063.689 pessoas. As mulheres são a maioria com 1.064.847 são (51,6%) e os homens 998.842 são (48,4%).

Figura 1: UFAM em números



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados DPE/ PROPLAN, 2023 no relatório de gestão UFAM.

Segundo o Relatório de Gestão UFAM do ano de 2023, a universidade Federal do Amazonas (UFAM) local de nossa pesquisa é distribuída em 6 *campi*, possui 23 unidades acadêmicas, sendo, 13 faculdades, 9 institutos e 1 escola. As unidades citadas ofertam 120 cursos de graduação e 49 cursos de pós- graduação.

Estes dados são os mais recentes, contudo no quesito presença feminina em números não foram encontrados dados no que se refere ás matriculas por gênero. Nessa análise histórica, Costa (2005) evidencia que a presença feminina na universidade é notória desde a sua fundação no ano de 1909, em que 15 mulheres assinaram a ata de fundação da então criada Escola Universitária Livre de Manáos. Elas eram oriundas da elite e estavam acompanhando seus maridos nesse evento. Na ata de inauguração aparecem os seguintes nomes de mulheres:

Amélia de Freitas Bevilaqua
Azulina Cruz Lopes
Candida de Carvalho Correa Lima
Carmem Ramos Sarmento
Carmem Tribuzy
Constancia Balker Chaves
Ercília Sarmento Bittencourt
Francisca Pinheiro Briglia
Hortência Cruz Tribuzy
Julia Bittencourt
Maria Acácia Cruz Chauvin
Maria de Mello
Maria José Chaves
Raimunda Frota Leite
Zulmira de Souza Cruz [8]

Costa (2005) reitera que, neste início do ensino superior na até então chamada Manáos, áreas vistas como masculinas, como ciências jurídicas, engenharia e agronomia, foram evitadas por não expor as mulheres em competições públicas como os homens nesses âmbitos. Porém, em 1917, há registros de alunas na área de obstetrícia e, em 1921, na área jurídica. Nesse mesmo ano, a autora pontua o registro de uma mulher que cursou a graduação junto com o marido, e ambos se graduaram juntos.

> A Escola Universitária Livre de Manáos era composta inicialmente de cinco faculdades: Ciências e Letras, baseado segundo o programa do Gymansio nacional, Ciências Jurídicas e Sociais, baseado no programa das Faculdades de Direito federais; Medicina (cursos de farmácia, obstetrícia e odontologia), Engenharia (cursos de engenharia civil, Agrimensura e agrimensura) e Militar (curso de três armas), baseado no programa adotado para as escolas do Exército Nacional. O objetivo da direção da Escola Universitária era que posteriormente, com sua estrutura já consolidada, fossem criados novos cursos dando preferência ao curso de medicina (Brito, 2009, p. 21).

No seu primeiro ano de funcionamento, 159 alunos foram matriculados, mas somente 20 eram mulheres, nos cursos de farmácia e odontologia. Esses cursos eram permitidos, pois o local de atuação foi na perspectiva privada, o que não apresentava riscos aos homens na esfera pública e nas profissões exercidas por eles.

> Nos quatro anos posteriores a Escola Universitária continuou a alcançar um número alto de matrículas inclusive de mulheres, ficando assim registrada: para o ano de 1911 foram 110, sendo 14 mulheres; em 1912 dos 105 matriculados apenas 5 eram do sexo feminino; em 1913 temos registrado o número de 8 mulheres no total de 125 matrículas; e em 1914 das 106 matrículas 16 pertenciam ao belo sexo (Campos, 2010, p. 99).

[8] De acordo com Campos (2010).

Além disso, Campos (2010, p. 99) frisa que, para se ingressar na universidade, era necessária "a aprovação no exame vestibular, conhecido como (exame de madureza), certificado de boa conduta e certificado de conclusão do ginásio em escola legalmente constituída, além de atestado de vacinação". A idade permitida para entrar em um curso de graduação era, no mínimo, 16 anos; porém, o curso de Obstetrícia exigia 21 anos completos. No curso de Direito, a autora pondera que a exigência era maior, com provas de latim, psicologia e lógica, literatura, bem como noções de higiene.

Duas questões são postas como desafios neste período da universidade e na educação das mulheres amazonenses. A primeira é a dificuldade de mulheres se matricularem no curso de Obstetrícia, pois as pertencentes a famílias ricas e frequentadoras do ensino superior local não queriam seguir essa profissão pelo preconceito e também pela prova de Repartição e Higiene que era exigida das formadas. O curso teve poucas alunas, a primeira no ano de 1912, em 1914 com mais uma aluna e 1915 o curso por fim registra 3 alunas. O curso durou de 1910 até 1920 e era uma preocupação do diretor da universidade Dr. Astrolábio Passos formar pessoas instruídas para serem parteiras, pois, buscava tira esse papel das mãos de mulheres analfabetas e supersticiosas.

A segunda questão refere-se, a grande desistência das mulheres nos primeiros anos da universidade e muitas pausavam o curso e retornavam depois de muitos anos. Campos (2010) indica que a desaprovação social e pressões da sociedade e família pode ser motivos consistentes desse abandono, além também da mensalidade que era de um valor alto, o que limitava o acesso somente a mulheres oriundas de famílias ricas.

> O valor das matrículas durante a década de 1910 variavam de 30$000 à 60$000 de acordo com a série; além do pagamento de inscrição a exames de admissão no valor de 30$000 e 60$000 de segunda época; taxas de exames de admissão 10$000 por matéria; certidão de matrícula 30$000; certidão de exame (por matéria) 5$000; Diploma no valor de 200$000. *Archivos da Universidade de Manaós*. Manaus, jan/julho de 1914. Porém, algumas jovens foram persistentes no seu ideal e em janeiro de 1912 a Escola Universitária Livre de Manáos realizou a cerimônia de graduação das primeiras mulheres na cidade de Manaus. Dos vinte e um formandos no total, sete eram mulheres: três do curso de Farmácia e quatro do curso de odontologia (Campos, 2010, p.101).

No curso de Direito, a primeira mulher recebeu seu diploma em 1918, sendo em 1914 os primeiros bacharéis em direito da cidade de Manaus. Maria Luiza de Sabóia, cearense filha de um importante advogado da cidade dr, Gilberto de Sabóia, vice diretor da faculdade de direito iniciou seus estudos em 1919, aos 20 anos e devido ao status social de sua família

permaneceu e concluiu o curso. Posteriormente outras mulheres também ingressaram, oriundas de famílias ricas, conforme foi analisado por Campos (2010, p. 104):

> A análise de algumas provas realizadas pelas alunas nos cinco anos de graduação do curso nos permitiu um maravilhoso contato com suas experiências e conhecimentos, bem como a constatação de que não recebiam nenhum tipo de privilégio nas avaliações por serem mulheres. Suas provas estavam no mesmo nível, ou às vezes até em nível mais elevado que as provas de seus colegas de curso. Essa informação serve ainda para refutar a ideia pregada pelos positivistas e conservadores de que as mulheres não tinham inteligência e nem capacidade suficientes para ingressar em áreas de conhecimentos complexas como defendiam médicos, juristas e positivistas de modo geral até meados do século XX.

Nessa perspectiva, a escola universitária livre de Manaós, foi essencial para que as primeiras mulheres tivessem acesso ao ensino superior na cidade de Manaus, no estado do Amazonas. É notável o anseio de maior instrução educacional que desejavam alcançar. Apesar dos limites colocados para não acessarem e prejudicarem os homens nos espaços públicos e seus campos de trabalho.

No dia 23 de julho de 1913, a Escola Universitária Livre de Manaós passou a se chamar Universidade de Manaós, permanecendo com este nome até o ano de 1926, quando foi extinta. De acordo com Brito (2009), nesse cenário, com a crise da borracha vivenciada no estado do Amazonas, a Escola Universitária Livre de Manaós passou a enfrentar dificuldades financeiras e a se desestruturar. A saída da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais veio a fragmentar todo o sistema existente. Desde o mesmo ano de fundação, 1909, continuaram funcionando de forma autônoma as Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais, a Faculdade de Farmácia e de Odontologia, que era a antiga Faculdade de Medicina, extinta em 1944, e a Escola Agronômica de Manaus, antiga Faculdade de Engenharias, extinta em 1943. A universidade, novamente estruturada, com diversos cursos, só seria vista 36 anos depois, a partir da criação da Universidade do Amazonas.

> A criação da Universidade do Amazonas através da Lei 4.069-A, assinada pelo presidente João Goulart, em 27 de junho de 1962, decorreu da vontade de muitos amazonenses, tendo à frente um outro visionário, o então Deputado Federal Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, que elaborou e submeteu ao Congresso Nacional, apoiado pela bancada amazonense, o Projeto de sua criação (Brito, 2009, p. 8).

Nos anos subsequentes, após a recém criação da universidade do Amazonas, sendo em 1967, a criação e posteriormente na década de 1970, a expansão econômica da Zona Franca de Manaus. O nível exigido para o trabalho era o ensino médio, o que ainda afastava a classe popular amazonense do ensino superior. Cavalcanti (2001) pondera que nos anos 1970, apenas 33% de mulheres amazonenses tinham o nível universitário devido à falta de

oportunidades e ao papel a elas atribuído de cuidar da família. Nos anos 1980, no ensino superior avançaram se mantendo em 52%, tendo um avanço considerável referente à década anterior.

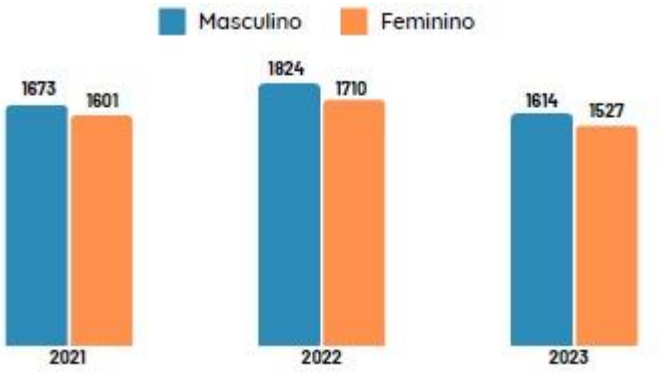
Na década de 1990, concernente ao ensino superior aparecem pela primeira vez, com a porcentagem de (52%) incompleto, abordado um avanço ao se comparar com a década anterior. Nos anos 2000 as mulheres no Amazonas eram a maioria a completar seus estudos, comparando aos homens e no nível superior estavam progredindo, sendo 47% conquistando o diploma de nível superior.

Segundo a autora, o mercado de trabalho da Zona Franca de Manaus, incentivou as mulheres a prosseguirem com seus estudos alcançando os níveis médio e superior, rapidamente se igualando aos homens. No nível de ensino superior, no entanto, ainda perdiam por 5 pontos, o que veio a mudar no ano de 2009, no qual superaram sendo a maioria a completar o nível superior com um total de 58,59%. Em vista disso, superando os homens ao completar o nível universitário na primeira década do século XXI – cenário bastante recente do ponto de vista histórico.

2. 2 A universidade como um campo de forças hegemônicas

A mulher como trabalhadora da universidade no contexto docente e cientifico é um tema que vem ganhando notoriedade nas últimas décadas. Na universidade Federal do Amazonas, com base na análise de todos os *campi*, a presença feminina de mulheres é um fenômeno constante, conforme podemos notar abaixo:

Gráfico 2: Servidores da Universidade Federal do Amazonas-UFAM por gênero



Fonte: Relatório de Gestão UFAM, 2023

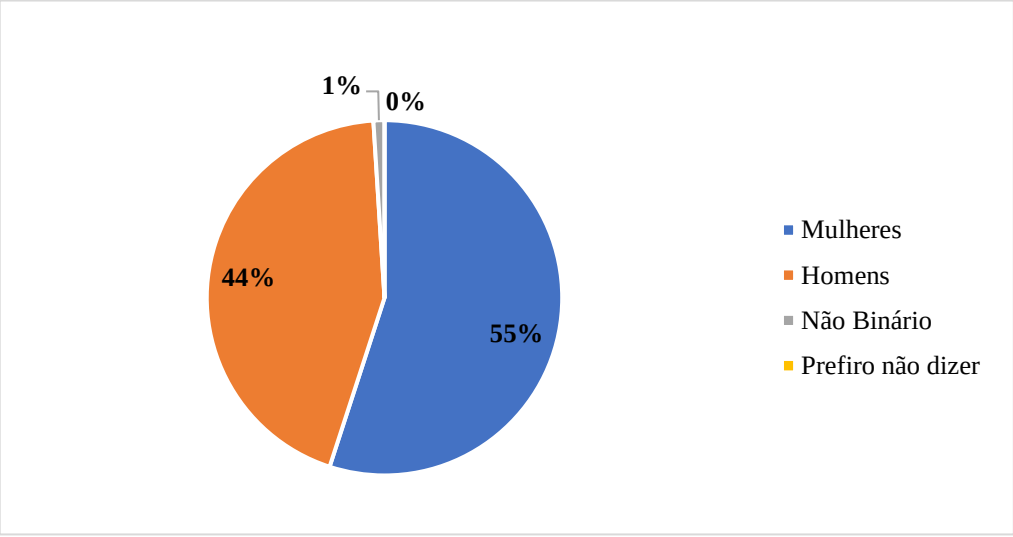
No último relatório de Gestão da Universidade Federal do Amazonas, do ano de 2023, não foi divulgado a categoria de docentes por gênero, mas sim por servidores da universidade em que no total se soma com 3.141 na categoria servidores de carreira. Os docentes somam o

número de 1.630 servidores. No que se refere aos servidores técnicos administrativos, a universidade conta com o total de 1.511 servidores efetivos, que estão distribuídos entre as unidades acadêmicas e unidades administrativas na capital e nos interiores. De acordo com as informações divulgadas nos anos de 2021, 2022 e 2023, a presença masculina dentre os servidores da universidade é majoritária, a presença feminina ainda é menor quando comparada aos homens servidores.

Com base no relatório de pesquisa: *Perfil das condições e relações de trabalho na UFAM* elaborado no ano de 2021, ainda no cenário pós pandemia. Se Coletou informações acerca das condições de trabalho na categoria docentes capital e interior, além dos servidores técnicos administrativos. Foi elaborado de forma online por meio de questionários do *Google Forms*, composto por 492 servidores, bem como o primeiro a ser elaborado pelo departamento de Saúde e qualidade de vida- DSQV/PROPESP. com a predominância de trabalhadores do campus de Manaus (74%), Docentes efetivos (51%), do gênero feminino (59%) e atuando em trabalho remoto durante a pandemia (70%). Por fim, o relatório destaca que o valor percentual de 0% nos gráficos não significa o valor absoluto 0 (zero), mas um valor, que no quantitativo geral do gráfico, não possui representatividade. Deste modo, o software Word lê como 0%, devido à baixa quantidade.

Na categoria gênero, no cenário da UFAM por categoria/lotação docente campus Manaus que é nosso recorte de estudo, este relatório destaca que a presença feminina entre os docentes efetivos:

Gráfico 3: Percentual por Gênero: Docentes Efetivos (Manaus)

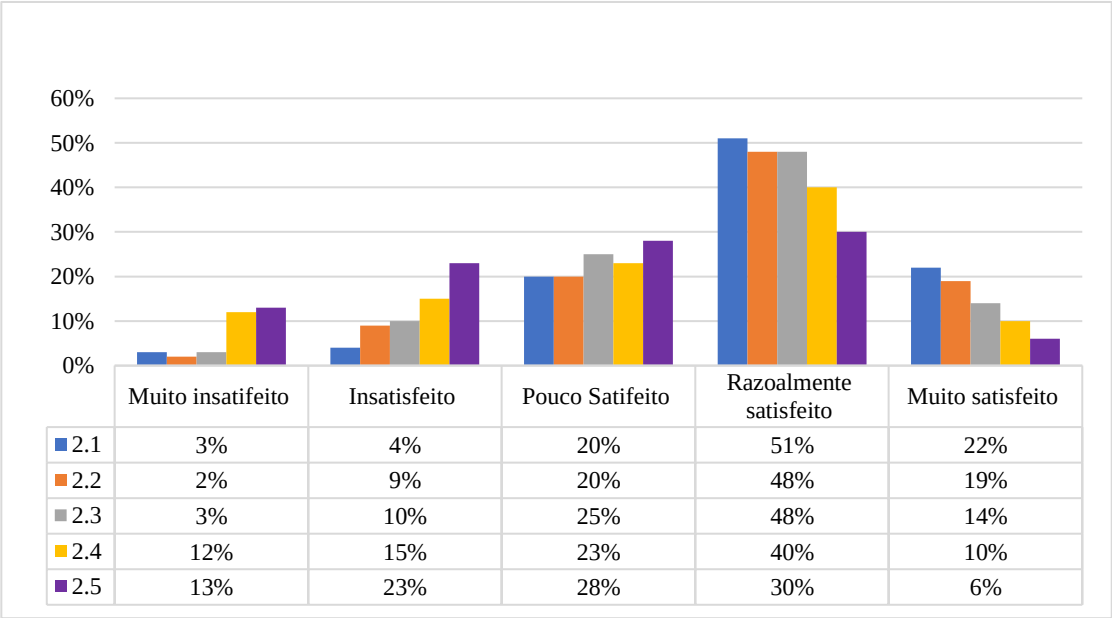


Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados do Perfil das condições e relações de trabalho na UFAM elaborado no ano de 2021, um docente se identificou como não binário.

Neste estudo o número de mulheres se destaca como a maioria dos docentes na capital, todavia essa proporção se deu pelo maior número de participantes mulheres no estudo realizado pelo relatório de condições e relações de trabalho no cenário da UFAM ser maior no que o de docentes homens. Devido a escassez de dados sobre esse quantitativo de docentes na unidade da capital, esse estudo foi o que mais se aproximou com nossos objetivos de pesquisa por isso, o destacamos a fim de obter um dado cientifico desenvolvido pela própria UFAM.

Ao observamos os dados de condições de trabalho docente entre os dois gêneros na universidade e construir um comparativo, diferenças são notáveis:

Gráfico: 4 Condições de trabalho - Gênero Feminino

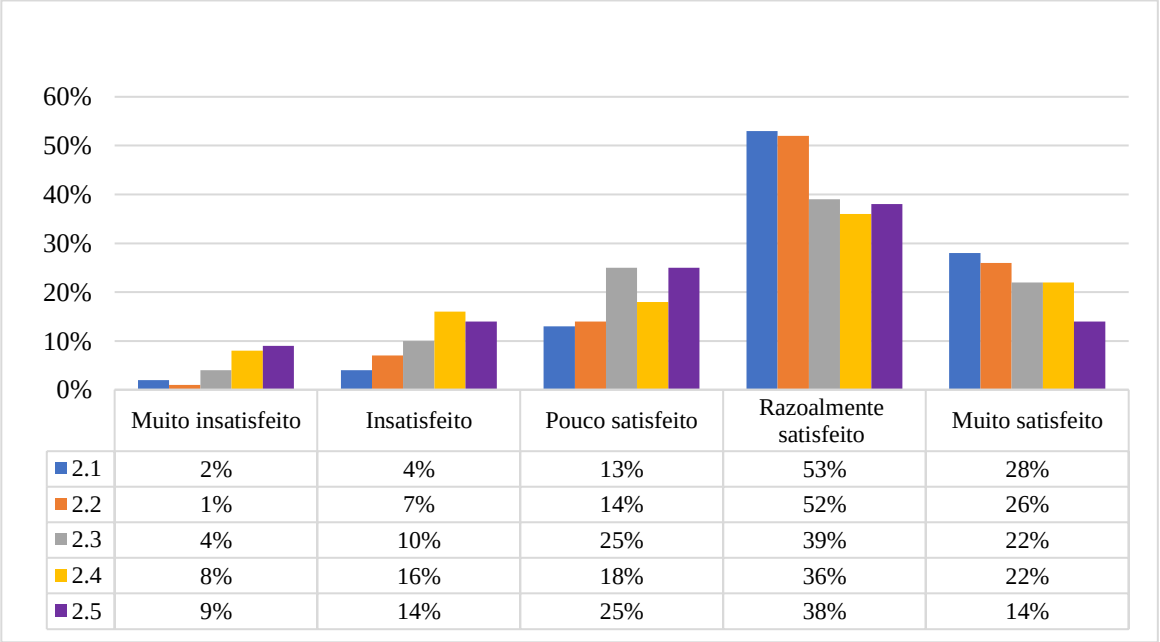


	Muito insatifeito	Insatisfeito	Pouco Satifeito	Razoalmente satisfeito	Muito satisfeito
2.1	3%	4%	20%	51%	22%
2.2	2%	9%	20%	48%	19%
2.3	3%	10%	25%	48%	14%
2.4	12%	15%	23%	40%	10%
2.5	13%	23%	28%	30%	6%

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados do Perfil das condições e relações de trabalho na UFAM elaborado no ano de 2021.

Questões- Condições de trabalho
2.1 O quanto você está satisfeito com a sua jornada de trabalho semana (quantidade de horas trabalhadas)?
2.2 Em relação a sua carga de trabalho (quantidade de trabalho), como você se sente?
2.3 Em relação ao uso de tecnologia no trabalho que você faz, como você se sente?
2.4 O quanto você está satisfeito com a salubridade (condições de trabalho) do seu local de trabalho?
2.5 O quanto você está satisfeito com os equipamentos de segurança, proteção individual e coletiva disponibilizados pela UFAM?

Gráfico: 5 Condições de Trabalho- Gênero masculino



	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Pouco satisfeito	Razoalmente satisfeito	Muito satisfeito
2.1	2%	4%	13%	53%	28%
2.2	1%	7%	14%	52%	26%
2.3	4%	10%	25%	39%	22%
2.4	8%	16%	18%	36%	22%
2.5	9%	14%	25%	38%	14%

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados do Perfil das condições e relações de trabalho na UFAM elaborado no ano de 2021.

Questões- Condições de trabalho
2.1 O quanto você está satisfeito com a sua jornada de trabalho semana (quantidade de horas trabalhadas)?
2.2 Em relação a sua carga de trabalho (quantidade de trabalho), como você se sente?
2.3 Em relação ao uso de tecnologia no trabalho que você faz, como você se sente?
2.4 O quanto você está satisfeito com a salubridade (condições de trabalho) do seu local de trabalho?
2.5 O quanto você está satisfeito com os equipamentos de segurança, proteção individual e coletiva disponibilizados pela UFAM?

Apesar de serem a maioria de participantes, nas respostas das condições de trabalho ao serem comparadas aos docentes homens. Ao analisarmos todas as categorias destacadas nos gráficos, o nível de insatisfação das docentes mulheres nas condições de trabalho é maior ao comparamos aos homens.

Acerca deste fator de insatisfação, é indubitável que a presença feminina de mulheres na docência da educação básica é majoritária, mas quando se trata do ensino superior tende a diminuir se restringindo a algumas áreas, geralmente marcadas pela delimitação de gênero.

Além disso, nesse nível de ensino, é notável o crescimento do número de discriminações contra as mulheres. Na docência do ensino superior se destaca alguns preceitos:

> A universidade é um lugar de se fazer ciência, que se situa e atua em uma sociedade, contextualizado em determinado tempo e espaço, sofrendo as interferências da complexa realidade exterior, que se estende da política da situação político-econômica-social da população as políticas governamentais, passando pelas perspectivas políticas e ideológicas dos grupos que nelas atuam (Massetto, 2003, p. 14).

No que se refere a presença feminina de mulheres como docentes podemos compreender que ministrar aulas no campo de uma universidade exige uma grande exigência de nível de estudos, o que acarretar em anos de dedicação, desde a graduação, mestrado até alcançar o nível de doutorado e pós doutorado. Para Veiga (2006, p. 2) “à docência universitária exige a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Dessarte, o nível de exigência ligado ao ensino e pesquisa tende a exigir grandes exigências para as mulheres docentes e pesquisadoras.

Nesse víeis, esse contexto se torna desigual, visto que as responsabilidades domésticas e maternais dividem espaço com o trabalho docente na universidade. Além disso, esse espaço se destaca por ser um campo hegemônico que abrange diferentes contextos. Souza, Martins, Rodrigues (2023) ponderam acerca do trabalho no espaço acadêmico e pontuam que devido a marcas da sociedade capitalista e da conjuntura heteropatriarcal e racista, paradigmas de exploração, alienação e expoliação são realizados para se obter riquezas no cenário universitário, o que pode torna o espaço com características desumanas.

Marilena Chaui (1985), em seu estudo intitulado “Participando do debate sobre a mulher e violência”, reitera o processo histórico de dominação masculina no qual o preceito de violência é desenvolvido, destacando, primeiramente, a diferença entre força e violência.

> Consideramos haver diferença entre a relação de força e a de violência (ainda que esta seja uma realização particular daquela). A pura relação de força visa, em última instância a aniquilar-se como relação pela destruição de uma das partes. A violência, pelo contrário, visa manter a relação mantendo as partes pertencentes uma a outra, porém uma delas é anulada em sua diferença e submetida á vontade e á ação da outra. A força deseja a morte ou supressão imediata do outro. A violência deseja a sujeição consentida ou a supressão mediatizada pela vontade do outro que conserte em ser suprimido na sua diferença. Assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronímia que não se percebe como tal. Em outros termos, a violência perfeita é aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação contrária que a dominam (Chaui, 1985, p. 35)

A violência emerge das relações desiguais entre os gêneros, apesar da mulher ser a que mais sofre com esse padrão, que a define como esposa, mãe e submissa. Para a autora, “ Nada impediu, pois a elaboração de uma “natureza feminina” que circunscrevesse o ser, as ações e os sentimentos das mulheres á esfera domestica e a procriação (Chaui, 1985, p. 38).

Para o gênero feminino, essa cobrança de paradigma que deve ser seguido é mais exigido e deve ser aceito pela mulher, o direito romano e o cristianismo são exemplos que são citados pela referida filosofa, em que são requeridos o consentimento feminino “por livre e espontânea vontade” no matrimonio para pôr fim, a mulher seguir os preceitos de um homem e ser obediente a ele.

Por conseguinte, esse contexto de violência é enfatizado como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas, no qual se domina, explorar e oprimir. Nesse víeis, o corpo da mulher é visto como frágil, bem como sua feminilidade ainda é exigida em sua capacidade de se reproduzir.

> Porque a experiência possível da maternidade é reduzida ao comportamento materno e este é “deduzido” do instinto e das observações de “casos”, torna-se possível duplicar ideologicamente a ideologia do instinto – instinto materno é definido como um comportamento gerador da vida, mantenedor da vida e protetor da vida, consequentemente, a qualidade derivada desse instinto é o amor materno. Uma vez colocadas sob o signo do amor, torna-se fácil considerar as mulheres como “instintivamente” mais sensíveis do que os homens, como se o ganho de uma sensibilidade “extra” as compensasse de sua exclusão do mundo pensante intelectual (Chaui, 1985, p. 44).

A maternidade nesses padrões patriarcais não pode ser renegada, a mulher que busca ir contra essa natureza é reprimida, pois, a diferenciação entre papeis femininos e masculinos perpetuam as desigualdades entre o homem e a mulher. Diferentemente do sujeito masculino a mulher é historicamente vista como “dependente”, ou seja, destituída de pensar, agir, querer, de ter sua própria autonomia.

Outra realidade é observada pela filosofa, no campo de trabalho em uma sociedade capitalista que influência a violência de mulheres contra mulheres:

> [...] A ética do trabalho capitalista – fundada na racionalidade, na produtividade e no rendimento – e a ideologia burguesa da eficácia produzem, entre outras consequências, a deserotização do corpo (o consumo terminando o processo pela erotização dos objetos, como já mencionamos. Canalizando toda a libido para a operosidade do trabalho, a sociedade capitalista conserva o corpo apenas em seus aspectos e dimensões instrumentais. Ora, sendo a figura feminina (segundo nossa hipótese geral) definida primordialmente pelo corpo, considera-se que muito mais que os homens, as mulheres devem ser submetidas a violentas restrições e disciplinas para se tornarem “aptas ao trabalho” (além de seu corpo ser usado para descriminação nos postos de salário, evidentemente). O que é curioso, psíquica e ideologicamente, é o resultado dessa “calvinização” corporal das mulheres: elas

> próprias se encarregam de vigiar e punir a sexualidade das outras, agora em nome do modelo da "boa trabalhadora" (Chaui, 1985, p. 56).

Por este ângulo, a violência pode ser reproduzida, tanto pelos homens como também pelas mulheres, Chaui (1985, p. 48) reitera "as mulheres praticam sobre outras vários tipos de violência porque reproduzem sobre as outras o mesmo padrão de subjetividade, isto é, encaram as outras e esperam que estas se encarem a si mesmas como seres para outrem". Nesse processo, as mulheres tendem a ser "cumplices" dessa violência e contribuem para sua perpetuação, uma vez que no campo da dependência histórica se tornam "instrumentos" de dominação masculina. Apesar disso, essa cumplicidade não é por livre e espontânea vontade. Por serem "instrumentos" são usadas pela dominação masculina para aplicar violência contra outras mulheres.

Na universidade como espaço acadêmico de docência e pesquisa esses padrões pontuados por Marilena Chaui se constituem como presentes, essencialmente, nas condições de trabalho. As condições de cargos de maiores prestígios, em lideranças, financiamentos em pesquisas ainda são ocupados pelos homens. O que tende a tornar essa violência de mulheres contra mulheres presente nessas relações sociais de ascensão, poder e competitividade, que acaba sendo consentido de maneira involuntária, oriundo dos padrões patriarcais, capitalistas e dominantes.

A desigualdade no campo de produção cientifica emerge da divisão de gênero, se apresenta como uma barreira na conciliação dos seus arranjos familiares e profissão. A crença constituída na visão masculina coloca as mulheres pesquisadoras como incapazes de produzir o suficiente devido a sua vida pessoal e as responsabilidades vistas como dever das mulheres no campo privado de suas famílias.

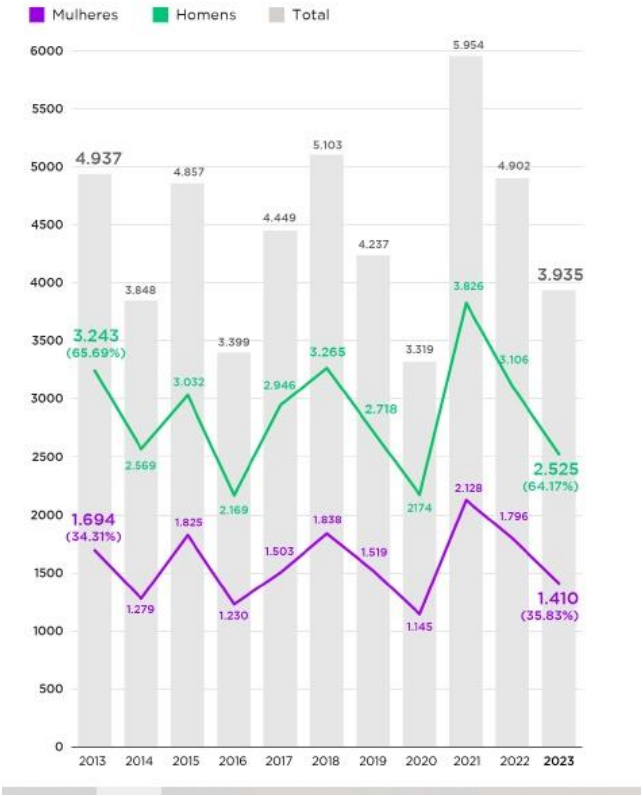
> É que a dupla jornada torna o tempo das mulheres cientistas mais escasso e fragmentado. E o tempo na vida acadêmica é crucial: para elaborar projetos e obter financiamentos; para produzir e escrever artigos, formatá-los e submetê-los; atender a exigências; receber críticas, enfrentá-las e rebatê-las; enfrentar recusas e reiniciar o ciclo buscando novas alternativas (Aquino, 2006, p. 18)

Os obstáculos vivenciados no campo cientifico são invisibilizados pela comunidade cientifica masculina, segundo Aquino (2006), a desigualdade entre homens e mulheres nesse campo de produção, competividade e resultados é ignorada. Com efeito, diante desses problemas pontuados, constata-se "muitos dos problemas que as mulheres enfrentam na ciência, hoje, responsabilidades domesticas versus profissionais, o relógio da carreira acadêmica versus biológico - tem raízes históricas profundas" (Schiebinger, 2001, p. 74).

Sob o debate nacional, Tatiana Roque (2024) com base nos dados nacionais do CNPq, frisa que nos últimos anos na concessão de bolsas de pesquisas em todas as modalidades, uma predominância de mulheres. De um total de 93.579 bolsas pagas em 2023, o percentual de 47.753 (ou 51,58%) foram para as mulheres. Por outra perspectiva, as bolsas de produtividade em pesquisa (PQ) são concedidas a pesquisadores de alto nível acadêmico e já estabelecidos em suas áreas de pesquisa.

Ao comparamos esse nível, a vantagem é predominantemente masculina. 3.935 bolsas em produtividade foram aprovadas em 2023, não obstante, 67, 17% são homens e 35, 83% mulheres. A defasagem entre homens e mulheres é maior quando comparamos as áreas do conhecimento. “entre os bolsistas de produtividade do CNPq, como essa discrepância e mais grave em algumas disciplinas, como nas áreas de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) [...] (Roque, 2024, p. 15).

Gráfico 6: Distribuição por sexo de bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq



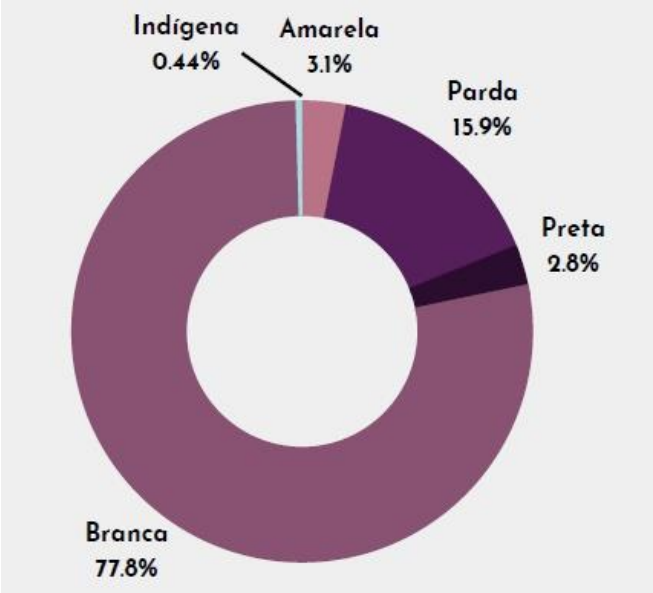
Fonte: Tatiana Roque, 2024 com base CNPq- Painel de Chamadas de Bolsas de Produtividade – PQ

O projeto, Parent in Science é constituído por um grupo de cientistas mães e pais, que aborda questões sobre a maternidade e paternidade, acerca de um tópico que foi ignorado durante muito tempo no âmbito científico. As ações do projeto são voltadas para compreender e atuar no impacto de filhos na carreira científica de mulheres e homens, em nosso recorte, dado que nosso objeto de estudo trata das mulheres na ciência, os resultados que coletamos no

site do projeto serão capazes de caracterizar a carreira científica de mulheres e o impacto das desigualdades de gênero em suas vidas.

Referente as mulheres negras, pardas e indígenas a desigualdade é maior em sua representação como pesquisadoras no ensino superior e na obtenção de bolsas para financiar suas pesquisas. Nos últimos anos, o projeto vem fazendo levamentos acerca das bolsas de produtividade em pesquisa PQ do CNPq. No ano de 2023, acerca das 16.108 bolsas, no cenário de distribuição por raça, são coletados de acordo com a autodeclaração dos bolsistas em seus cadastros no CNPq. As pessoas brancas lideram com 77,8%, pardas são o segundo grupo com (15,9%) amarelas (3,1%) e pretas (2,8%) indígenas são a menor porcentagem com (0,44%).

Gráfico 7:bolsas PQ distribuição por raça



Fonte: Parent In Science, 2023.

Ao observa as bolsas totais, os homens são a maioria com 46,5% das bolsas, destacamos essa distribuição por raça e cor, conforme os dados analisados pelo projeto:

Gráfico 8: Distribuição das bolsas PQ vigentes em julho de 2023, por raça, cor e sexo do bolsista

Fonte: Parent In Science, 2023.

No nível A1 que é o mais alto nível, mulheres negras e indígenas não são encontradas nesse nível.

Gráfico 9: Distribuição das bolsas PQ-1A vigentes em julho de 2023, por raça/cor e sexo do bolsista.

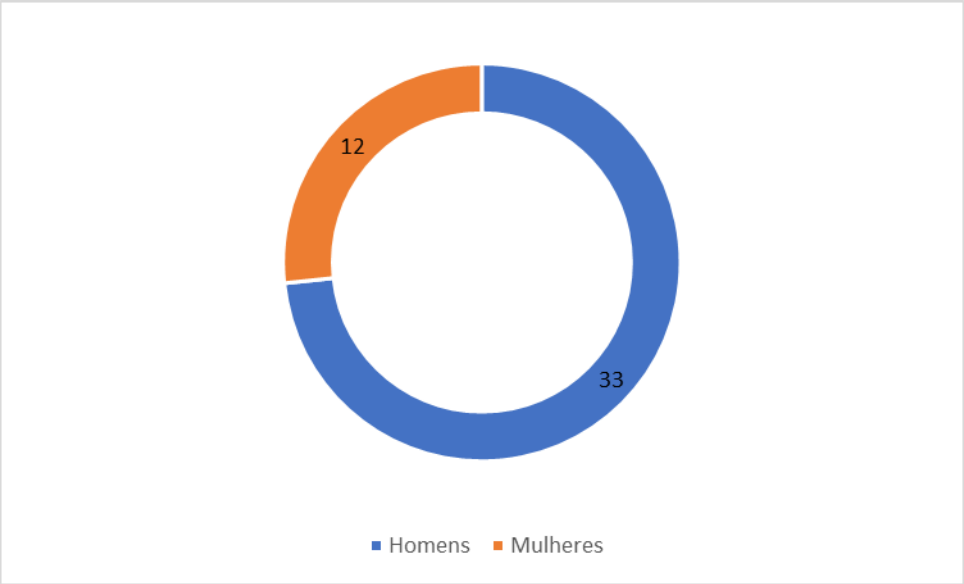
.

Fonte: Parent In Science, 2023.

Giovana Xavier (2021) salienta a desigualdade e invisibilidade ainda vivenciada como herança histórica dos processos sociais que acarretaram em grandes desigualdades para as minorias sociais. Essas mulheres além dos preconceitos de gênero ainda vivenciam o racismo estrutural, o que as impede de usufruir das mesmas oportunidades que as mulheres brancas. Diante desse víeis, é notória a necessidade da representatividade de mulheres negras e indígenas nos espaços acadêmicos da universidade e no mundo da pesquisa, porém a realidade atual demonstra um longo caminho em busca de ofertar uma condição de equidade.

No cenário da Universidade Federal do Amazonas, a partir dos dados mais recentes fornecidos pelo CNPq sobre os bolsistas em produtividade, buscamos coletar e construir dados acerca da participação feminina neste alto nível hierárquico como docentes e pesquisadoras vem participado na realidade regional do estado do Amazonas, a partir de nosso recorte na UFAM.

Gráfico 10: Bolsa em Produtividade (PQ) por gênero na UFAM



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados CNPQ, bolsas de produtividade em pesquisa- (PQ) UFAM.

A presente pesquisa, busca contribuir para o debate e partipação da condição feminina de mulheres docentes e pesquisadoras no cenário da UFAM, no campus da capital, Manaus. Deste modo, ao analisamos os dados do CNPq, no valor total de bolsistas em produtividade (PQ) na Universidade Federal do Amazonas dos quarenta e cinco (45), apenas doze (12) são mulheres e trinta e três (33) homens, a maioria nesse alto nível acadêmico.

No campo regional, Souza, Martins, Rodrigues (2023) acentuam a produção de trabalhos sobre as mulheres e trabalho na universidade. A região Sudeste é a que lidera com mais estudos cento e dezesseis (116) sobre a temática. Por outro lado, a região Norte é a que menos se tem produções com apenas dois (02) trabalhos publicados, o recorte desse estudo feito por essas autoras foi do ano de 2012 a 2022. Esses dados aduzem a lacuna na produção de trabalhos na categoria produção cientifica em que mulheres nortistas trabalhadoras das universidades são estudadas.

Nesse sentido, a cultura cientifica é favorável a predominância dos homens, bem como sua ascensão aos cargos de maior nível hierárquico. O crescimento de mulheres no ensino

superior e na modalidade da ciência não é observado nas posições de alto prestigio acadêmico, pois hábitos e costumes patriarcais excluem as mulheres, baseados nessas estruturas de poder consolidadas. Acerca dos padrões da ciência Schiebinger (2001, p. 37) afirma:

> Porque a ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las

O modelo de se fazer ciência foi construído conforme o modelo masculino, na contemporaneidade esse padrão continua presente, destacamos o “efeito tesoura” em que se mostra desigual quando observamos poucas mulheres ocupando cargos de chefia, estratégicos e diretivos e na elaboração de políticas públicas, conforme apontado por Elsevier (2017). Em nossa analise, o percentual se mostra desigual ao dos bolsistas homens na realidade da Universidade Federal do Amazonas.

Nessa perspectiva, os critérios de contemplação de uma bolsa na modalidade PQ é analisado a partir de:

> Existem duas grandes categorias de bolsas de produtividade, denominadas 1 e 2. Para a categoria 1, é necessário que os bolsistas tenham obtido título de doutor há no mínimo oito anos. Para a categoria 2, os candidatos devem ter concluído seu doutorado há 3 anos ou mais. A despeito do tempo de conclusão do doutorado, no entanto, um pesquisador que ainda não seja bolsista de produtividade pode pleitear apenas uma indicação ao segundo grupo. As duas categorias também diferem no que diz respeito aos critérios de avaliação e às subdivisões que as caracterizam. Enquanto a categoria 1 é subdividida em quatro níveis e baseia-se na produtividade dos últimos 10 anos, a categoria 2 consiste em apenas um nível e a análise da produtividade leva em consideração os cinco anos anteriores (Sacco *et al*., 2016, p. 294).

Silva (2022) aponta que a exclusão das mulheres dos altos níveis da ciência, mesmo em áreas consideradas femininas tem raízes no “teto de vidro” e se apresenta como barreira que tende a impedir a ascensão de mulheres em cargos de prestigio e poder. O denominado teto, seria as dificuldades ao longo de suas trajetórias acadêmicas, que resultam em uma lenta progressão, além de casos de mulheres que permanece estagnadas e chegam a desistir da carreira cientifica. Diante dos fatos mencionados, esses imbróglios as impedem de alcançarem o topo na carreira, além de também contribuir que talentos sejam perdidos.

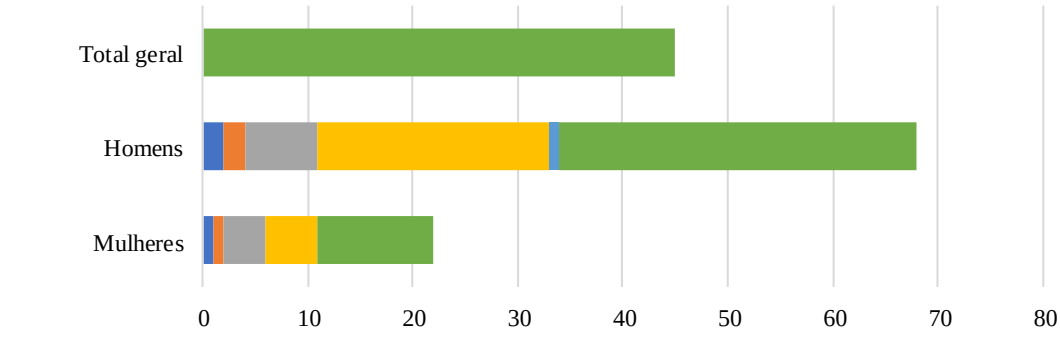
Tabela: 1 Categoria de bolsa de produtividade do pesquisador no CNPq.

Valor	Categoria
1	1-A
2	1-B
3	1-C
4	1-D
5	2
6	SR

Fonte: elaboração própria

As bolsas PQ no cenário brasileiro ganharam notoriedade a partir da segunda metade da década de 1990, momento em que o setor público aumentou os gastos com a ciência e a tecnologia. Consequentemente, essa modalidade passou a ser caracterizada em um sistema hierarquizado de posições, o que pode ser classificado como uma elite cientifica (Guedes, Azevedo, Ferreira (2015).

Gráfico: 11 Nível das bolsas produtividade (PQ) por gênero na Universidade Federal do Amazonas- (UFAM)



	Mulheres	Homens	Total geral
Nivel PQ-1B	1	2	
PQ-1C	1	2	
PQ-1D	4	7	
PQ-2	5	22	
PQ-SR	0	1	
Soma por gênero	11	34	45

Elaboração Própria a partir dos dados CNPQ, bolsas de produtividade em pesquisa- (PQ) UFAM.

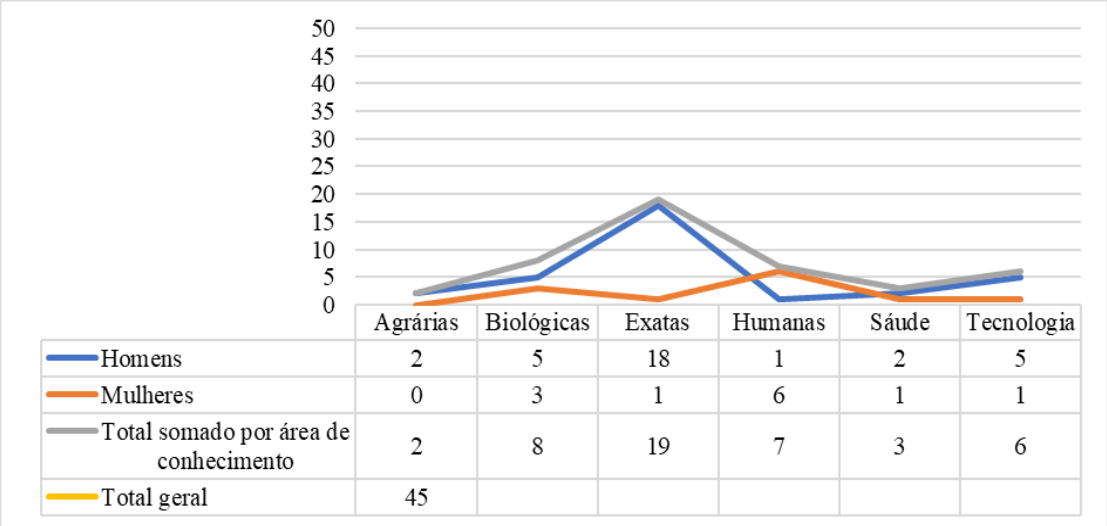
A respeito das categorias dentro das bolsas (PQ), Silva, (2022) assinala que são estratificadas em três categorias, que vão de: Senior (SR), Pesquisador 1 (PQ1), em que possuem subdivisões nos níveis A, B, C e D, e pesquisador 2 (PQ 2), este é o modo inicial

nessa modalidade de bolsas. A partir disso, o pesquisador ascende aos demais níveis conforme as exigências determinadas e o tempo de atuação em pesquisa.

> A maior parte dos critérios específicos a cada categoria diz respeito ao pesquisador categoria 1, com base nos quais se diferenciam os níveis A, B, C, D configurando-se um sistema de progressão e promoção em que a posição mais elevada corresponde ao nível A. Sobre ela recaem as maiores exigências dessa categoria, definida como um perfil de liderança significativa em sua área de pesquisa. Outro aspecto que se depreende da estratificação resultante desse conjunto de critérios definidos pela agência é a distinção conferida à categoria sênior, situada no topo da hierarquia, acessível a penas ao pesquisador que comprovar a posse anterior de PQ na categoria 1 níveis A ou B por, no mínimo, 15 anos, consecutivos ou não (Guedes, Azevedo, Ferreira, 2015, p. 373).

A partir dos dados coletados, no panorama da Universidade Federal do Amazonas, observa-se que nos maiores níveis de pesquisadores na universidade estão os pesquisadores (P1) nos diferentes níveis, excluindo-se o nível PQ-1A, pois não há pesquisadores nesse nível na UFAM, apenas a partir do PQ-1B, com dois (2) homens e uma (1) mulher; PQ-1C, com dois (2) homens e uma (1) mulher; e PQ-1D, com sete (7) homens e quatro (4) mulheres. A maior diferença é notada no nível PQ-2, com vinte e um (21) homens e apenas seis (6) mulheres. No nível Sênior (SR), o mais alto, há apenas um (1) homem e nenhuma mulher.

Gráfico 12: Bolsistas produtividade (PQ) gênero/ área de conhecimento na Universidade Federal do Amazonas



	Agrárias	Biológicas	Exatas	Humanas	Sáude	Tecnologia
Homens	2	5	18	1	2	5
Mulheres	0	3	1	6	1	1
Total somado por área de conhecimento	2	8	19	7	3	6
Total geral	45					

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados CNPQ, bolsas de produtividade em pesquisa- (PQ) UFAM.

Na etapa de divisão por área de conhecimento, na conjuntura da Universidade Federal do Amazonas se sobressai a área de exatas com as maiores bolsas contempladas, um total de dezenove (19) além do grande número de pesquisadores homens nesta área dezoito (18), apenas uma (1) mulher nessa área. A segunda maior área contemplada é a de ciências

Biológicas em que os homens também se constituem como a maioria com cinco (5) bolsas, as mulheres três (3). A maior área de bolsistas mulheres é nas humanas com seis (6) bolsistas e apenas um (1) homem. A área de agrárias dos bolsistas dois (2) homens e nenhuma mulher, na Tecnologia seis (6) bolsistas e apenas uma (1) mulher e a Saúde, apesar de ser considerada uma área feminina, na realidade da UFAM se observa como bolsistas dois (2) homens e uma (1) mulher.

Acerca dessas defasagens observadas em nossa realidade na Universidade Federal do Amazonas, frisamos o estudo de Moema Guedes, Lara Azevedo e Luiz Otavio Ferreira (2015) em que asseguram, de acordo com os dados por eles analisados entre os anos de 2001 e 2012, os homens como a maioria dos bolsistas no nível PQ. O fator determinante ocorre pela conjunção de dois fatores: o primeiro é a grande quantidade de bolsas oferecidas a área de Ciências Exatas e da terra e as Engenharias, o segundo, o principal perfil de pesquisadores nessas áreas é masculino.

Pelo maior quantitativo de bolsas na área de ciências exatas, compreendemos que esse cenário denota na baixa quantidade de mulheres como bolsistas. Contudo, essa justificativa está atrelada a outras questões históricas e sociais. Conforme destacado anteriormente, o denominado “efeito tesoura” resulta em uma menor participação feminina de forma desproporcional, conforme o avanço na carreira. Esse efeito também é ligado ao “teto de vidro” que se apresentam como uma grande barreira a ocupação de maiores cargos e prestigio na carreira ocupados por mulheres. Mesmo em áreas consideradas femininas, a quantidade de mulheres é menor nos altos cargos.

> O nível 1 da bolsa PQ de maior prestígio, apresentar um crescimento da participação masculina quando comparado ao nível 2. Tal dado reflete um padrão que surge em outras áreas: a maior dificuldade de ascensão por parte das mulheres aos cargos de maior prestígio (Leite; Ivan, Neto, 2017, p. 5)

A referida citação dos autores Leite e Ivan Neto (2017), analisou o perfil dos bolsistas produtividade na área da “educação” considerada feminina e possui a maior quantidade de mulheres em atuação. Nesta pesquisa realizada no ano de 2016, destaca-se que as mulheres são a maioria nos níveis de Bolsa (PQ), porém o crescimento notável no nível um (1) e dois (2) era masculina. O efeito do “teto de vidro” foi notável no nível PQ-SR, em que das doze (12) bolsas fornecidas nacionalmente para a educação, apenas quatro (4) foram para mulheres. Constata-se, a discrepância entre homens e mulheres presente em uma área que se constitui com a predominância de mulheres.

Em dados mais atuais, Roque (2024) salienta que as áreas historicamente femininas permanecem com diferenças no quantitativo de bolsistas mulheres, este é o caso das Ciências Sociais, Humanidades e Ciências da Vida. No ano de 2023, as mulheres chegaram perto de empatar com os homens nas bolsas nessas áreas, com um total de 49,89% de bolsas PQ e os homens 50, 11%. A grande lacuna permanece nas Ciências Exatas como, Física, Ciência da computação e Astronomia, Microeletrônica e Probabilidade e estatística. Em 2023, 10,79% das bolsas PQ foram destinadas a essas áreas, mas as mulheres representam apenas 1,72 % das bolsistas. Na área da Saúde, com os cursos de: Medicina, Odontologia, Saúde Coletiva, Enfermagem, Farmácia, Educação Física, Nutrição, Fisioterapia, Terapia ocupacional e Fonoaudiologia. A representatividade feminina, em 2023, das 12,54% das bolsas, 7,1% foram destinadas as mulheres.

Morgan *el al.* (2021) frisa que o alto nível de exigências fortalece os padrões excludentes. A maternidade é um dos motivos de pesquisadoras não serem contempladas. Pela produtividade das mulheres com filhos ser menor e as produções serem as mais observadas nas análises de currículo, processos seletivos e na liberação de verba de pesquisa, o recorte feminino se apresenta como uma realidade vivenciada.

Além disso, conforme Souto (2013) que estudou acerca da dimensão laboral dos docentes de PPGs Stricto Sensu em uma IES pública. Em sua pesquisa, buscou compreender a relação de docente de pós graduação e a CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Por fim, indica que o alto nível de produtividade exigido e a sobrecarga de demandas exigida pelas CAPES e o qualis alto são fatores determinantes na desigualdade de gênero na ciência brasileira, na pós graduação e nos altos níveis de pesquisa como a modalidade bolsas de produtividade em pesquisa - PQ

Desta forma, Roque (2024) focaliza que desde 2013, as políticas de fomento ainda não se tornaram eficazes para atenuar a defasagem entre os bolsistas PQ nas diferentes áreas do conhecimento. Outro fator apontando pela baixa presença de mulheres nos altos níveis de produtividade é pelo fator de que as mulheres ao se tornarem doutoras ingressam na bolsa produtividade mais tarde que os homens. O tempo de livre para dedicação exclusiva na carreira cientifica é mais vivenciada pelos homens.

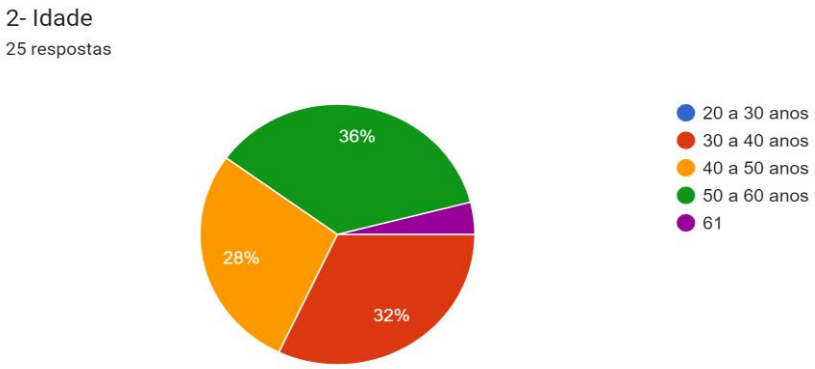
2.3 A fala das mulheres na sua trajetória escolar pelo acesso ao ensino superior

Esta pesquisa busca dar voz à condição feminina de mulheres docentes e pesquisadoras no cenário da UFAM. A partir dos relatos coletados através dos questionários,

(vinte e cinco) 25 professoras atuantes na universidade, no campus de Manaus, aceitaram participar da pesquisa. A abordagem foi feita via e-mail, através de convite, com o anexo do TCLE da pesquisa, propondo que respondessem ao questionário com vinte (20) questões, contendo perguntas abertas e fechadas.

Nossas participantes são oriundas de diferentes áreas do conhecimento e atuam nos cursos de graduação e pós graduação da universidade. No que se refere a idade, é notável uma grande variedade, indo da faixa etária dos 40 a 61 anos de idade, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 13 : Idade das docentes participantes

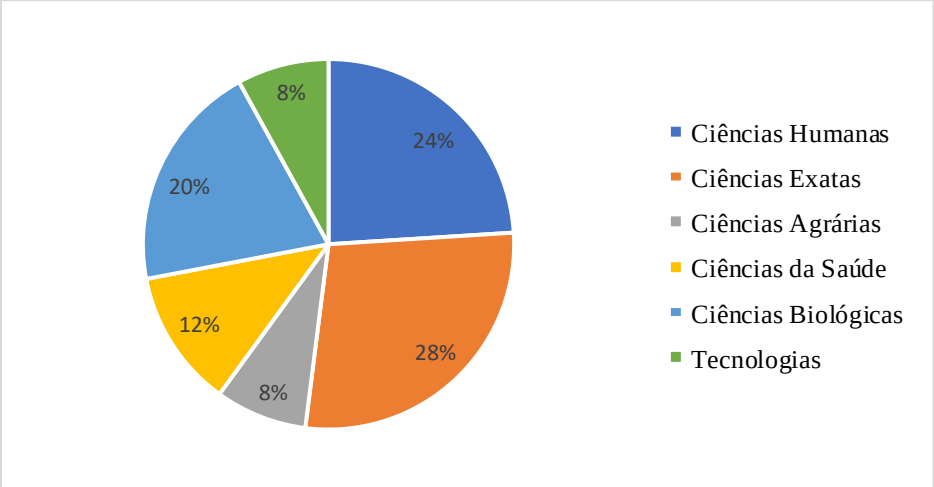


Fonte: elaborado pela autora (2024)

Nesse sentido, por cursos, o nível de participação contou na área de Ciências Humanas com os cursos de Letras Português, Pedagogia, Serviço Social, com um total de seis (6) relatos. Na Ciências Exatas, Engenharia Civil, Engenharia elétrica, Geologia, Estatística contou com sete (7) relatos. Na área de Tecnologia, Engenharia de Software e Ciencia da computação dois (2) relatos. Na Ciências Agrárias, Agronomia, e Engenharia da Pesca também dois (2) relatos. A área da Saúde, com Educação Física, Psicologia e Fisioterapia com três (3) relatos. nas Ciências Biológicas, a licenciatura em Biologia, com um total de cinco (5) relatos. O porcentual de maiores participantes da pesquisa é das áreas de Ciências Exatas, Humanas e Biológicas.

Convém destacar a mudança em alguns cursos inicialmente propostos devido à falta de retorno do interesse em participar da pesquisa por parte das docentes. Assim, demos seguimento com aquelas que responderam ao e-mail de convite e, logo após, ao questionário.

Gráfico 14: Áreas do conhecimento das docentes participantes.



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Através das vinte e cinco (25) respostas obtidas, como categoria de análise denominou-se três (3) categorias, sendo elas: escolha individual, influência familiar e mercado de trabalho. Nesse processo, cada trajetória individual compartilhada por essas mulheres emerge de suas individualidades, ao longo da escolha de seus cursos de graduação, e também de suas lutas vivenciadas.

Na etapa, o que levou a escolha do curso de graduação, a categoria escolha individual perduram-se como predominante aparecendo ao longo de dezesseis (16) respostas coletadas. Destacamos o relato de uma dessas professoras, sobretudo pela grande similaridade das respostas nessa categoria: “Em virtude das opções existentes no campus onde eu prestaria o vestibular, o curso de Letras era o que mais chamava a minha atenção, pois eu gostava de ler e escrever” (professora n°15).

Neste aspecto, quando se refere às matrículas de mulheres em cursos superiores, às diferenças são notáveis por meio das escolhas dos cursos que possuem abrangência social, que pode ser considerada construída desde os primeiros anos escolares.

> O pequeno envolvimento das mulheres na Física e nas Engenharias é que isto não se dá por escolha consciente delas, mas pelo fato de que as portas de entrada para estas carreiras lhes foram fechadas, segundo alguns autores, em torno da sétima série escolar, quando as meninas passam a manifestar menor habilidade para a Matemática que os meninos. Velho; Leon, 1998, p. 313).

Deste modo, é notável que o processo de construção social que leva à escolha de um curso e de uma determinada área é fruto da construção social em que meninos e meninas são expostos, desde suas infâncias, em diversos âmbitos em que estão inseridos, tais como os marcadores de grande predominância, família e escola. Esse reflexo de habilidades construídas por meio da trajetória escolar e por influências familiares ao optar por

determinada área e curso são determinantes na grande predominância feminina nas Ciências Humanas, enquanto os homens são predominantes nas Ciências Exatas (Barreto, 2014).

A partir disso, é indubitável a desigualdade de gênero que permeia a presença feminina no ensino superior e na docência universitária, além de fatores históricos que se fazem notáveis na escolha de área de atuação. Em nossa análise, apesar desses entraves apresentados, com novas mudanças, após anos de lutas dos movimentos feministas no cenário social se possibilitou a inserção das mulheres em novos campos e novas oportunidades de trabalho e formação. Além, dos territórios da docência, o que fez as mulheres irem cursar outros cursos diferente dos marcados como espaços femininos.

Esta busca de novas possibilidades e melhores posições profissionais marcou, o início de uma nova gama de cursos de graduação cursados por mulheres. A área de exatas, em cursos como Engenharia, foi também escolhido pelo aspecto individual, conforme podemos notar através de dois relatos dos dezesseis (16) nessa categoria, que destacamos, de uma das professoras participantes da pesquisa:

> "A engenharia iniciei pela UFAM por ter tido uma greve que atrasou entrada em 1990, e me apaixonei pela profissão. (professora n°8)".
> "Sempre gostei da área de exatas e engenharias. Dentre as minhas opções, a Engenharia Civil era a que eu mais me identificava (professora n°20)".

Santos *et.al.* (2020) considera que a escolha por determinando curso de graduação, apesar dos projetos pessoais, baseados em interesses e crenças possuem influência externa da realidade social que o indivíduo é rodeado. Ou seja, esses valores são oriundos da cultura, independentemente da idade, pois a história de vida e de aprendizagem são resultados de aspectos temporais e culturais.

Perante essa perspectiva, Soares *et.al.* (2023) frisa que a trajetória pessoal é única e essencial nesse processo, mas outros campos também são determinantes numa escolha profissional, tal como: o social, a familiar, a economia, a biologia pessoal e o psicológico. Na categoria influenciar familiar, seis (6) relatos foram observados. A família é uma grande influente nessa escolha, pois perspectivas e desejos de terceiros são fortemente pressionados nessa definição profissional. Em nossa pesquisa, observamos essa influência:

> "Na época não sabia ao certo o que escolher, mas tinha muita afinidade com a área de exatas. Meu irmão mais velho disse que o mercado era muito bom para telecomunicações e que o curso de engenharia elétrica poderia me preparar para este mercado. (Só uma observação, no curso odiei a área de telecomunicações e amei a área de geração de energia e fontes renováveis de energia, hehehehe, que é com o que atuo hoje" (professora n° 16).

Através deste relato, pode constata-se, que a influenciar familiar vinda de diferentes membros da família pode impactar na escolha profissional. Soares *et. al.* (2023) assinala ainda que neste processo de escolha profissional, 42% dos participantes de seu estudo pesquisaram sobre a carreira almejada, sobretudo pelas possibilidades que tende a surgir dentro da carreira desejada, que se interliga com o relato coletado, em que se pode notar a influência do irmão juntamente com um interesse pessoal nas possibilidades de estabilidade que o curso de Engenharia Elétrica poderia possibilitar.

A terceira categoria, mercado de trabalho registrou 3 respostas no total. Destacamos pelo pequeno percetual todos esses relatos. “A necessidade de Formação profissional no ensino superior (Professora n°7). “Mercado de trabalho amplo e diversificado” (Professora n° 12). “O ensino médio profissionalizante à época (magistério)” (Professora n°23). ”

A partir deste ponto de vista, para Santos *et.al.* (2020) a condição econômica, essencialmente no contexto da profissionalização exerce grande influência na escolha de uma carreira, sobretudo quando fatores como uma maior possibilidade de empregabilidade e estabilidade são vistas, mesmo que em áreas que tendem a terem menor remuneração salarial. O gênero nesse marcador impacta nessas carreiras, que acaba por determinar uma divisão sexual do trabalho, na qual colocam homens entre áreas vistas como mais difíceis e concorridas (Direito, Medicina e Engenharia) e as mulheres em áreas que tendem a ganhar menos e terem uma menor concorrência (Pedagogia, Serviço social e Enfermagem), sendo, portanto, a discriminação entre os papeis por gênero impactado por forças sociais.

> O debate a respeito da influência do gênero na escolha profissional e de carreira aponta para o fato de que as construções sociais acerca de papéis de gênero contribuem para o desenvolvimento de crenças sobre as profissões, o que leva a uma ideia de que existem “profissões femininas” e “profissões masculinas”, e que são necessárias características e habilidades próprias de cada gênero para a execução de determinadas tarefas. Dessa forma, o universo de possibilidades de profissões que poderiam ser escolhidas e executadas por homens e mulheres ficam restritas a um destes gêneros, o que mantém esse círculo vicioso de estereótipos e preconceitos quanto às profissões (Santos *et.al.*, 2020, p. 132).

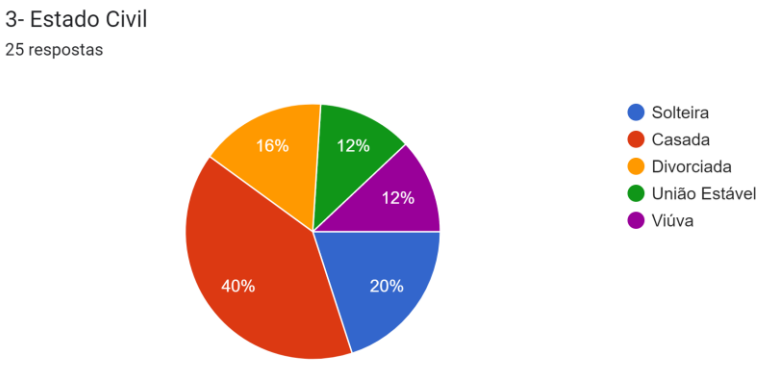
Cabe também ressaltar que apesar da crescente participação feminina no ensino superior brasileiro nas últimas cinco décadas, a lacuna existente entre oportunidades para o acesso e permanência neste contexto possui características históricas desfavoráveis à permanência de estudantes oriundos das camadas populares, em que as mulheres representam uma parcela significativa. Classe e gênero cruzam-se aqui nesse debate e nos mostram como mulheres da classe trabalhadora experienciam as desigualdades de gênero de formas distintas das mulheres das camadas sociais mais altas (Pereira; Nunes, 2018).

CAPITULO 3: EXPERIÊNCIAS DOCENTES DE PESQUISADORAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Neste terceiro e último capítulo, busca-se, por meio das narrativas das participantes no questionário da pesquisa aplicado, compreender as experiências a partir de significados descritos na condição de mulheres docentes e pesquisadoras na realidade da UFAM. Para iniciar esse processo de descrição das experiências e o perfil de nossas participantes, no primeiro momento, será apresentado o estado civil de nossas participantes, quais seus níveis acadêmicos e se possuem filhos.

No que se refere ao estado civil, observa-se, conforme o próximo gráfico, que a maioria das docentes é casada. Nesse aspecto, Rocha (2003) pondera que o senso comum estabelecido e cobrado pela sociedade é que se espera que as mulheres, sobretudo as de maior idade, sejam casadas. Na nossa pesquisa, também se fazem presentes solteiras, viúvas, mulheres com união estável e divorciadas.

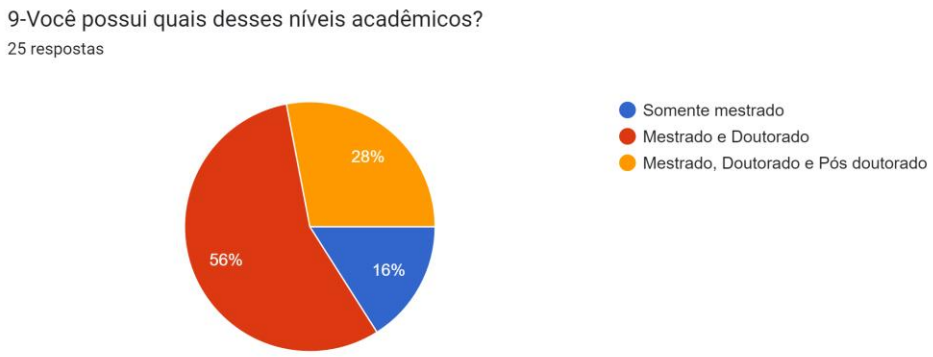
Gráfico 15: Estado Civil das docentes



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Na formação acadêmica, percebemos que as professoras participantes, em sua grande maioria, são doutoras, seguidas pelas pós-doutoras, e o menor percentual é daquelas que possuem somente mestrado. Conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 16: Nível acadêmico das docentes

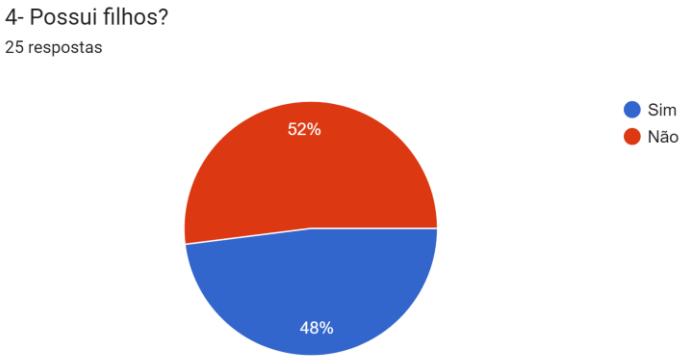


Fonte: elaborado pela autora (2024)

Nesse sentido, tornar-se docente no nível superior requer grandes exigências, um alto nível de estudo, dedicação e aprovação em concurso público. Para manter o nível exigido, as mulheres, nas últimas décadas, vêm crescendo nos índices de escolarização. Conforme apontado nos capítulos anteriores, elas são a maioria no nível superior brasileiro e, de acordo com Roque (2024), desde o ano de 2005, as mulheres são a maioria entre os mestres e doutores no Brasil. Em 2023, essa porcentagem de maioria feminina permanece, com 55,42% de mulheres mestres e doutoras, enquanto os homens representam 44,58%.

No quesito maternidade, a maioria de nossas participantes não é mãe, conforme podemos notar pelo gráfico:

Gráfico 17: Docentes que possuem filhos?



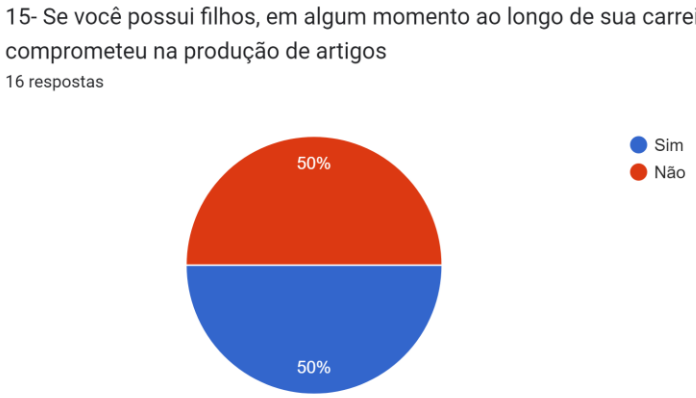
Fonte: elaborado pela autora (2024)

Silva (2022) frisa que a maternidade, reduz a produtividade de mulheres que são mães na academia. Esse fator impacta suas carreiras e condiciona impactos negativos, como baixa aceitação em grupos de pesquisa, sobrecarga mental, além das responsabilidades da dupla jornada, tal como as atividades domésticas de cuidado, o que acaba dificultando uma ascensão na carreira.

Além disso, segundo Roque (2024), a divisão do trabalho intelectual é um fator presente na divisão do trabalho entre os gêneros. Esse processo se manifesta explicitamente na conciliação com a maternidade, casamento e vida profissional, que é exigida da mulher pela sociedade. Sob tal ótica, na academia, o comportamento esperado da mulher é o masculino, no qual se exige mais dedicação para obter crescimento na profissão.

Ao abordarmos a produção de artigos e maternidade, as docentes responderam, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 18: Se você possui filhos, em algum momento ao longo de sua carreira a maternidade te comprometeu na produção de artigos?



Fonte: elaborado pela autora (2024) - 16 docentes responderam essa pergunta.

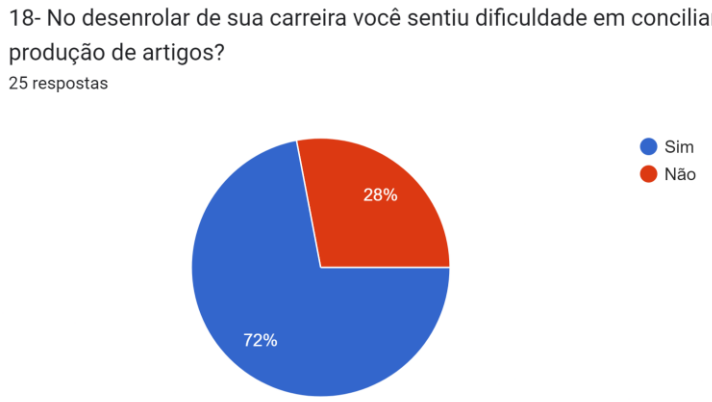
Com base nas respostas, apenas as docentes que são mães responderam essa pergunta. Destas, 50% relataram que tiveram sua produção de artigos reduzida com a maternidade ao longo da carreira, enquanto os outros 50% afirmaram não ter sofrido impactos nessa conciliação. Paralelamente, Alves (2017) admoesta que, a partir do momento em que as mulheres entram em uma instituição de ensino superior e pesquisa, elas já começam a enfrentar desafios na carreira. Os territórios marcados como masculinos tendem a ignorar o conhecimento e a produção dessas mulheres. Ademais, o grande desafio consiste em enfrentar barreiras discriminatórias na conciliação entre a família e os projetos profissionais. A concepção patriarcal afirma que as mulheres não produzirão o suficiente por conta dos arranjos familiares, o que as coloca em situações discriminatórias.

> Estas raízes carregam consigo estruturas hierárquicas que foram se formando há décadas e foram seguindo a oposição binária homem X mulher, pois as questões da diferença biológica e das habilidades atribuídas a cada sexo foram sendo repassadas ao mercado de trabalho, colocando as mulheres em posições subalternas, inclusive na carreira científica. Muitas vezes, elas são discriminadas por serem mulheres, cujo

> corpo (menstrua, engravida, amamenta), e associado a isso as responsabilidades da casa, para com os/as filhos/as. São estas características que muitas vezes as definem enquanto mulheres. E, como a ciência foi uma construção social que se deu sob parâmetros masculinos, considerados pela sociedade ocidental (Alves, 2017. p. 114).

Dessa forma, mesmo nos diais atuais a entrada das mulheres no campo docente do ensino superior e pesquisa, segue a lógica da divisão sexual do trabalho que é patriarcal e tende a dificultar condições de equidade as mulheres. Com isso, “O trabalho das mulheres possibilita que os homens experienciem o mundo de modo diferente, pois eles recebem um mundo já manipulado. Roupas lavadas, refeições prontas, e nas pesquisas dados ordenados” (Ketzer; Maldaner, Riberio, 2022, p. 18) .

Gráfico 19: No desenrolar de sua carreira, você sentiu dificuldade em conciliar a vida familiar com a produção de artigos?



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Nessa análise, grande parte das docentes 72% responderam que sentiram dificuldades em conciliar suas vidas profissionais com a produção de artigos, enquanto 28% não sentiu ao longo da carreira. Dessa maneira, essa realidade observada pela perspectiva de gênero, mostra que as mulheres ocupam ainda, mesmo com várias conquistas de espaços sociais, posições subalternas e ainda seguem padrões de subordinação, em que lhes é atribuído o dever de cuidar do lado domestico e da vida profissional. O que difere dos homens, que comtemplam uma realidade, na qual recebem um mundo já manipulado sem demais preocupações e com total possibilidade de dedicação profissional.

Ketzer, Maldaner e Riberio (2022) ressaltam que as mulheres trabalham mais que os homens, segundo os dados analisados em seu estudo do IBGE e da pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD). Na última década, a diferença aumentou em uma hora, em 2004, quatro horas a mais por semana; em 2014, cinco horas a mais. Essa dupla jornada continua crescendo a cada ano.

3.1 Inserção das mulheres nas carreiras docentes na Universidade Federal do Amazonas

Neste tópico seguinte, busca-se discutir o que levou as docentes a seguirem com suas carreiras docentes na universidade e no mundo da pesquisa, se consideram que suas áreas de atuação atrai a participação de mulheres e como veem essa participação na atualidade?

Consequetemente, a partir das narrativas das docentes participantes de como surgiu seus interesses na pesquisa, construímos categorias com base nas respostas. São elas: graduação, mestrado e prática profissional. A maioria das participantes, dezenove (19) do total geral de vinte e cinco (25) responderam que o interesse em seguir carreira acadêmica se deu ainda na fase da graduação. Devido à semelhança nas respostas, destacamos quatro (4) desses relatos abaixo:

> "Durante a graduação fiz um projeto de PIBIC, o qual recebi o prêmio de melhor projeto da área de ciências exatas, e, por isso, decidi continuar meus estudos no mestrado e posteriormente o doutorado em Estatística" (Professora n°1)
>
> 'Sempre gostei muito de ler e estudar e durante a graduação surgiu uma oportunidade de atuar num projeto de pesquisa recebendo uma bolsa num centro de pesquisa da minha unidade. Fui selecionada e assim começou, atuei em dois projetos voltados para a área de eficiência energética, ainda na graduação, e com isso não parei mais. Depois veio o mestrado, à docência e o doutorado (atualmente estou entrando no 3º ano de doutorado) "
> (Professora n°16)
>
> "Começou na graduação em um estágio que fiz no Laboratório de Materiais da Universidade e com isso dei sequencia nos meus estudos ingressando no Mestrado. Assim o interesse foi aumentando e acabei seguindo essa carreira".
> (Professora n°18)
>
> "Na graduação, através de disciplinas que envolviam levantamentos, investigação experimental e posteriormente, intervenção com comunidades, chamaram minha atenção"
> (Professora n°19)

A partir desses relatos, a graduação se destaca como a principal etapa que tende a influenciar no seguimento da carreira na pesquisa. Sobretudo por ser nesse início que se tem o primeiro contato com a pesquisa acadêmica. Como sub categoria elegemos, a iniciação cientifica, o PIBIC, como essencial nessa escolha de carreira cientifica, pois aparece nos dezenove (19) relatos de graduação em nove (9) desses. Nessa conjuntura, "a pesquisa na graduação pode ser um caminho para a autonomia intelectual do jovem, que passa a ter a possibilidade real de exercer sua criatividade e de construir um raciocínio crítico" (Pinho, 2017, p. 662).

Mascarenhas, Souza e De Oliveira (2023) ponderam o contato com a pesquisa na graduação através do PIBIC como benéfico no desenvolvimento do estudante, visto que fornece um conhecimento, que desenvolve capacidades de desenvolvimento intelectual, essencial para se seguir no nível de uma pós graduação stricto sensu, mestrado e doutorado. Nesses níveis, é exigida uma grande demanda de tempo, e obter um conhecimento de pesquisa prévio possibilitado pelo PIBIC proporciona grandes progressos na formação de mestres e doutores.

Na categoria, mestrado, quatro (4) respostas foram obtidas sobre como surgiu o primeiro interesse em seguir na pesquisa acadêmica:

> Mais tarde, na pós-graduação. (Professora n°2)
>
> Somente mais tarde quando fiz mestrado e doutorado (Professora n°4)
>
> Somente no mestrado (Professora n°11)
>
> “Surgiu durante o mestrado, quando comecei a publicar meus primeiros artigos” (Professora n°15)

Com esses relatos, é notável que o interesse pela pesquisa pode surgir na pós graduação devido a diversos fatores, principalmente pelo contato com o meio cientifico não ser aplicado na graduação, Massi (2008, p. 179) destaca que “a graduação continua sendo um espaço de reprodução e não de produção de conhecimentos”, o que acaba se a restringido a pesquisa, a um grupo de alunos que participam da iniciação cientifica, a qual é mais ofertado no cenário das universidades públicas, por ser nesse ambiente em que existe mais profissionais voltados à pesquisa, bem como maior incentivo financeiro. Porém outros fatores, além desse apontado, podem impactar nesse interesse somente na pós graduação, como a necessidade de entrar no mercado de trabalho e falta de conhecimento sobre a pesquisa na graduação.

No que se refere à categoria prática profissional, duas (2) respostas foram obtidas:

> O meu interesse foi devido a minha prática profissional (como professora e treinadora de natação) trazer diversos questionamentos relacionados ao desempenho dos meus alunos e atletas que muitas vezes eu me questionava em buscar conhecimento científico para tentar explicar o resultado.do meu trabalho. Foi a partir deste momento que veio o interesse em aprimorar a minha carreira profissional buscando o meu mestrado e em seguida o doutoramento, ambos fora do país, buscando o melhor grupo de investigação da área na qual eu atuava (Professora n° 21)
>
> Da necessidade de responder a questões que os livros não o faziam; além da responsabilidade em atender melhor a meus alunos em suas dúvidas e dificuldades de aprendizagem quanto à língua. (Professora n° 22).

Apesar do menor número de respostas, o interesse na pesquisa pode surgir da prática profissional, em que, no caso das nossas participantes, elas buscaram aprimorar seus campos de trabalho, vivenciando a pesquisa e buscando se capacitar e melhorar suas aptidões em suas áreas de atuação. Esse interesse as levou a seguir com a carreira de pesquisadoras e docentes no nível universitário.

Na pergunta se consideram que suas áreas de atuação atraem a participação de mulheres e como veem essa participação na atualidade, nossos relatos coletados foram divididos pelas áreas do conhecimento: Ciências, Exatas, Humanas, Tecnologias, Saúde e Agrárias. Na Ciências Exatas, Engenharia Civil, Engenharia elétrica, Geologia, e Estatística contou com (sete) 7 relatos coletados, de como elas percebem a participação feminina em seus respectivos cursos:

> Na área de estatística acontece um fenômeno interessante, as mulheres por serem bastante intuitivas e resilientes, acabam por ter tanto sucesso acadêmico quanto os homens. Então é possível ver dentro da área muitas mulheres atuando em várias universidades e tendo bastante prestígio, mesmo sendo este número inferior ao número de homens atuantes (Professora n° 01)

> Cada vez mais tem aumentado a quantidade de mulheres na geologia. Tivemos uma turma concluinte na qual todas eram mulheres, apenas 7 mulheres, mas nunca tinha visto isso nos meus 18 anos de geologia da UFAM (Professora n° 02)

> Sim. Acredito que atualmente as mulheres estão mais interessadas em Exatas (Professora n° 6)

> Geralmente a participação é o público masculino. Mas acredito que eu tenha inspirado algumas mulheres a desafiarem todas as barreiras dentro na minha área (Professora n° 24)

> O curso de engenharia elétrica em si, ainda tem menor procura pelas mulheres, mas vejo que em algumas áreas mais específicas como trabalho em escritório, com gerência, projetos, e especialmente em pesquisa, tem tido maior participação das mulheres do que quando eu iniciei nessa profissão, desde a graduação. Na área mais técnica ainda mais no setor de geração de energia, como em usinas, é quase que predominante a presença masculina, ainda mais na nossa região. Só um exemplo, há alguns anos atrás, antes de ingressar como docente na UFAM, a empresa que meu marido trabalha estava contratando engenheiro para trabalhar em uma usina termelétrica em Manaus, e perguntei se podia me inscrever para a vaga, pois era uma boa empresa com bons benefícios, no entanto ele não quis que eu me inscrevesse, pois sob o ponto de vista dele, além do ambiente ser puramente masculino, o trabalho era fisicamente pesado também. Na carreira acadêmica, ainda não passei por esse tipo de preconceito (Professora n° 16)

> A engenharia já foi uma área predominantemente masculina. Hoje ainda temos alguns preconceitos, mas está bem melhor. Ao longo dos meus últimos 10 anos lecionando, percebo que o número de mulheres vem aumentando. Outro dado que percebi é que a maioria das mulheres que ingressam acabam formando, o número de desistência masculina é bem maior (Professora n° 19)

> A participação de mulheres não é tão grande, então acredito que a participação em geral é dos homens em maior parte (Professora n° 25)

Essa realidade de um campo majoritariamente masculino, marcado como um território de profissionalização e ascensão masculina, é notável também nos cursos das áreas de Tecnologias, como Engenharia de Software e Ciência da Computação, em conformidade com os dois (2) relatos coletados:

> Cada vez mais tem aumentado o número, mas ainda é pouca. A área de computação é bastante masculina e de pesquisa na computação mais ainda (Professora n° 4)

> Não, a minha área não atrai mulheres, pelo contrário (Professora n° 08)

Por conseguinte, apesar do crescimento da ocupação feminina nas áreas consideradas mais duras nas exatas e tecnologia ainda é pequena o percentual de mulheres. Logo, a realidade desigual descrita, conforme a literatura especializada, apresentada nos dois capítulos anteriores ponderam essa grande defasagem de gênero no ensino superior. Furlin (2016, p. 1) ao se referir as mulheres docentes aponta“[...] vem se afirmando em meio a desafios, sobretudo nos campos de saberes que se estruturam, ao longo de muitos séculos como espaços exclusivamente masculinos”. Embora o crescimento da ocupação feminina nas áreas consideradas mais duras nas exatas e tecnologia ainda seja pequeno, o percentual de mulheres. Delcele Mascarenhas Queiroz (2001, p. 9, grifos da autora) destaca que,

> Esses **estereótipos** parecem se constituir em barreiras suficientemente poderosas não apenas para afastar as mulheres das carreiras ditas **masculinas**, mas para determinar um desempenho inferior das mulheres na competição pelo acesso ao curso.

Nos campos denominados ‘soft” a presença feminina é bastante expressiva, enquanto na ciência hard é considerada masculina. A engenharia é um campo que pode ser utilizado como exemplo; de um total de 1.046.789 engenheiros cadastrados, apenas 19,37% são mulheres e 83,63% são homens (Confea, 2022).

Perante o exposto, ainda que as barreiras estejam presentes, as mulheres gradualmente foram adentrando em áreas consideradas masculinas. Através da expansão do ensino superior e dos cursos de graduação, mais mulheres ingressaram nesse nível de ensino. Atualmente, apesar de as Ciências Exatas ainda serem vistas como uma área favorável aos homens, a presença feminina vem crescendo e se tornando significativa (Alves, 2017). Nos relatos descritos por professoras da UFAM, vemos que esse crescimento está se fazendo presente nos cursos de Ciências Exatas da universidade. Por outro lado, os cursos de Tecnologias ainda são

descritos pelas professoras como não atrativos para mulheres, com pouca participação delas nas turmas de graduação.

Na área de Ciências Humanas, nos cursos de Letras Português, Pedagogia, Serviço Social, um total de seis (6) relatos foram coletados:

> Considero que sim. Vejo que o interesse se dá em mais razão das poucas oportunidades no mercado de trabalho, como uma alternativa de rentabilidade econômica em razão da possibilidade da bolsa na pós-graduação e menos em razão do interesse em ser pesquisadora (Professora n° 12)
>
> Sim. Tem uma boa participação por ser ainda eminentemente feminina, mas tem aumentado a participação masculina nas últimas décadas pesquisadora (Professora n° 13)
>
> Sim. Letras é um curso procurado mais por mulheres (Professora n° 14)
>
> Sim, a minha área atrai o público feminino. Na atualidade ainda há uma desvalorização (Professora n° 15)
>
> Sim. Acredito que a minha área atrai mulheres pela configuração histórica do que seja ser educador/a. (Professora n° 18)
>
> Sim. A Licenciatura por si só já é uma área com muitas mulheres, parece estar ligada ao instinto materno, além disso a área de Letras, talvez por causa das leituras literárias, amplia a percepção feminina quanto a suas capacidades e competências para lidar com o mundo. Considero-me com uma participação ativa, busco escrever, participar de eventos, orientar pesquisas de graduandos etc. (Professora n° 22)

Este histórico de escolha majoritária de mulheres pelas áreas de Ciências Humanas possui raízes históricas que estão conectadas à organização da entrada feminina no ensino superior, conforme apresentamos nos dois (2) capítulos anteriores desta pesquisa. A estrutura que inseriu as mulheres nesse nível de ensino as direcionou, principalmente, à área do magistério, focalizada na prática de cuidar, educar e orientar, na qual limitou, por um longo tempo, a entrada nas áreas de pesquisa científica (Alves, 2017). Nos relatos coletados, é notável que as professoras têm a consciência de que seus respectivos cursos possuem mais mulheres, além de serem mais visados pelas oportunidades de trabalho, pelo intuito materno e por também possuir um maior público feminino, que ainda é desvalorizado.

Alves (2017) destaca que não se cabe reforçar a “naturalidade” das mulheres ocuparem esses espaços considerados femininos. Pelo contrário, faz-se necessário iniciar um questionamento sobre esse percurso, que levou as mulheres a serem a maioria na área de Ciências Humanas, o que reproduziu um padrão de sexismo mental e social que direciona as profissões mais aptas para as mulheres exercerem e que ocasiona a desvalorização e a permanência de uma cultura patriarcal de gênero.

Na área de Ciências Biológicas, cinco (5) relatos foram coletados no curso de licenciatura em Biologia. Essas mulheres percebem essa área,

> Sim, há muitas mulheres bióloga (Professora n° 5)
>
> Acho relativo tanto para docência, quanto para pesquisa (Professora n° 9)
>
> Acredito que a área biológica sempre atraiu um grande número de mulheres. O problema são os filtros ao longo da carreira, após a graduação, especialmente se a mulher decide conciliar maternidade e academia. Essa escolha muitas vezes leva a mulher a desistir da carreira acadêmica por falta de apoio e competitividade injusta com homens que têm mais tempo para dedicar ao trabalho e não se dedicam aos cuidados familiares (Professora n° 10)
>
> Sim, não em sua totalidade, mas são bastante mulheres no curso e na área (Professora n° 11)
>
> Sim. Muitas mulheres. (Professora n° 17)

A presença feminina na área de Ciências Biológicas é bastante significativa. Conforme nossos relatos coletados, essa participação na graduação tende a atrair um grande número de mulheres, mas nota-se os filtros de gênero e a conciliação com a dupla jornada de trabalho, que aparecem na medida do crescimento e da necessidade de se dedicar à carreira. Sobretudo, os homens têm mais tempo e melhores oportunidades para se dedicarem à profissão. Ademais, o curso de Ciências Biológicas foi implementado no Brasil na década de 1934, de acordo com os estudos realizados pela pesquisadora Edna Regina Uliana. A expansão do curso para as mulheres se deu pela abertura da licenciatura. Barroso e Melo (1975) admoestam que, desde o ano de 1956, o curso já recebia alunas e, posteriormente, veio a se tornar uma das áreas mais cursadas por elas, fenômeno que permanece nos dias atuais, como pode ser observado pelos relatos das professoras participantes da pesquisa.

Na área de Ciências Agrárias, os cursos de Agronomia e Engenharia da Pesca coletou dois (2) relatos:

> Após minha graduação, percebi que o número de mulheres no curso de Agronomia cresceu vertiginosamente. Atualmente, em sala de aula, às vezes o número de discentes mulheres supera o de homens. (Professora n° 3).
>
> Sim. A participação aumentou consideravelmente nas últimas décadas com a criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, considerando que as possibilidades de acesso e permanência na universidade. Mas, poderia ser qualitativamente melhor com maiores investimentos. (Professora n° 23)

Na área de Ciências Agrárias, esses cursos são considerados de maior participação masculina. Segundo Maria Celene Ferreira Cardoso (2009), os cursos de Ciências Agrárias

historicamente são mais favoráveis aos homens, fator que desfavoreceu durante muito tempo a presença de mulheres na área, uma vez que as atividades estão direcionadas ao campo. Contudo, nos últimos anos, a participação feminina vem aumentando na área, e seus papéis na força de trabalho estão mudando, mas as defasagens acerca da divisão dos afazeres, de acordo com o gênero, ainda são constantes, como no estudo citado abaixo, escrito por uma autora da área da Agronomia:

> Ora; precisa saber o leitor que a Agronomia é uma carreira muito ampla, talvez a de maior amplitude no seu raio de ação, não se restringindo, como muitos pensam, aos trabalhos exclusivamente de campo, o que daria motivo ao julgamento de pessoas pouco informadas, como desinteressante, apesar de que, mesmo nesse setor, **há trabalhos compatíveis com o temperamento feminino**, como os de melhoramento das plantas, além do prazer que proporciona o contato direto com a natureza [...] (Cardoso, 2009, p. 1, grifo da autora)

É abordado estereótipos relacionados ao citar afazeres compatíveis com o "temperamento feminino", em que se sobressai, que em uma área considerada masculina, as mulheres que escolhem seguir a profissão devem ser inseridas nas atividades determinadas como femininas. Esses filtros acabam por perpetuar a reprodução de estereótipos dos afazeres de homens e o de mulheres. Não obstante, por meio dos dois (2) relatos coletados na pesquisa, percebe-se que a presença feminina nesses cursos no cenário da UFAM vem aumentando nos últimos anos. Contudo, conforme a literatura destacada anteriormente, a área ainda se constitui como masculina e com divisões de tarefas determinadas por gênero.

Na área da Saúde, foram registrados três (3) relatos nos cursos de Educação Física, Psicologia e Fisioterapia.

> Sim. Percebo a hegemonia na docência e tímida na Ciência (Professora n° 21)

> Sim, foi um campo majoritariamente feminino, no início de minha carreira, mas atualmente tem se ampliado para diferentes gêneros. A participação feminina continua significativa (Professora n° 20)

> Sim. As mulheres estão em todos as áreas (Professora n° 7)

De acordo com Rosemberg (1984), a área da Saúde é historicamente considerada feminina, nos dias atuais, as mulheres permanecem atreladas às categorias mais feminilizadas, essencialmente pela ideia de cuidado e zelo ligados aos aspectos biológicos, como a maternidade, que fornecem a visão de que essa área é mais adequada para as mulheres. O curso de Enfermagem pode ser utilizado como exemplo de tipificação de uma profissão voltada ao público feminino, o curso de Psicologia também se tornou uma opção para aquelas que desejavam atuar nessa área. O setor privado e sua expansão no país levaram o curso a ter uma grande demanda de procura feminina."

> Portanto, estas características da "natureza feminina" se tornam relativas às questões de gênero quando passam a designar quais carreiras são mais apropriadas às mulheres. Dentro dessa lógica social, o cuidar, o escutar e o educar estão diretamente ligados à maternidade que, por sua vez, é algo específico e intrínseco à constituição biológica da mulher, portanto elas têm melhores condições de desempenhar de forma impecável esta profissão. Sendo assim, a ideia de que há uma identificação maior das mulheres com a área da saúde do que com a área das exatas, se legitima, sem haver um questionamento de como estas identificações vão sendo construídas social e historicamente (Alves, 2017, p.53)

A autora também frisa que essas carreiras tendem a atrair a atenção das mulheres, também por estarem ligadas à crença de que salvar vidas traz prestígio social. Porém, ainda são marcadas pelo marcador "natureza feminina", visto que as mulheres permanecem como a maioria na área da Saúde, na Enfermagem e nas categorias de especialidades feminilizadas da Medicina, além da Odontologia, Nutrição, Farmácia e Psicologia. Nos três (3) relatos coletados, as professoras destacam a grande participação de mulheres em seus respectivos cursos, bem como a entrada de um número significativo de homens; no entanto, é notável também as dificuldades na ascensão da carreira, essencialmente na produção de pesquisa

Com a expansão do ensino superior, constata-se a formação de áreas femininas em grande número; todavia, "as pesquisas demonstram que, apesar do crescente fluxo feminino à universidade, tudo leva a crer que a estereotipia de profissões 'masculinas' e 'femininas' não venha sofrer alterações a longo prazo" (Vieira, 1979, p. 17). Dessarte, observa-se o aspecto da divisão por gênero nessas profissões e na área da Saúde apresentada; contudo, apesar das lacunas, essa é uma área que possibilitou que as mulheres se destacassem e torna-se essencial questionar esses avanços e o que se pode melhorar sob uma perspectiva de gênero.

3.2 Condição de gênero feminina vivenciada: Entre a vida doméstica, maternidade e carreira

A década que cada pesquisadora vivenciou traz consigo uma trajetória diferente, de como se deu a entrada na universidade e no mundo da pesquisa, se teve influências na família, ou na própria universidade, conforme apresentamos anteriormente. Dando continuidade, este tópico abordará as principais dificuldades vivenciadas e a presença de mulheres em seus âmbitos de trabalhos, além de como conciliam sua vida profissional, com a dupla jornada entre a vida doméstica e a profissão.

De acordo com Silva (2022), as mulheres na carreira docente universitária e na pesquisa científica, em decorrência de seu sexo em determinadas áreas, podem enfrentar preconceitos de gênero, bem como discursos e práticas sociais que resultam em indiferenças

por pertencerem ao sexo feminino. Contudo, apesar das defasagens em certos campos científicos, é importante ressaltar que nem todas as mulheres são afetadas pelos preconceitos mencionados, que podem ser percebidos, em muitos âmbitos, de forma sutil e velada ou ainda de maneira explícita. Ademais, a ciência, por se constituir sob moldes masculinos, impõe grandes obstáculos rumo ao topo da carreira.

Cada trajetória compartilhada, é individual e faz parte do processo coletivo de lutas sociais que as mulheres participaram e presenciaram no contexto cultural e histórico. Na pergunta maiores dificuldades vivenciadas na carreira, elegemos as categorias, preconceitos de gênero, falta de estrutura e sobrecarga de trabalho, relacionamentos e dupla jornada.

Na primeira categoria preconceitos de gênero, se encontrou, quatro (4) s narrativas:

> O fato de ser mulher e ainda jovem (tenho 37 anos) faz com que muitas das vezes minha opinião sobre vários assuntos não seja ouvida. Além disso, se vê com frequências os colegas do sexo masculino tentando de todas as formas se mostrarem mais competentes que eu entre os alunos, algumas vezes descredibilizando e/ou procurando quaisquer falhas minhas para descredibilizar meu trabalho como professora (Professora n°1)
>
> O descrédito para a minha participação em certas tomadas de decisão e um desafio à autoridade por parte de certos alunos (Professora n°8).
>
> 1. Por ser brasileira estudando no exterior, num país em que a mulher brasileira possuía outros olhares, menos de cientista. Tive que mostrar todo o meu potencial para ser reconhecida fora do país; 2. Ser mãe de filha pequena e divorciada(Professora n°21).
>
> Falta de credibilidade com as mulheres. Muita carga de trabalho. Pouco fomento para a pesquisa. Ter que me dedicar num tempo enorme, muito além da carga de trabalho para fazer pesquisa (Professora n°24).

É notável pelos relatos das professoras que preconceitos de gênero se fazem presentes na universidade. As narrativas dentro da realidade da UFAM destacam o descrédito vivenciado em diversos assuntos, na tomada de decisões, alta carga de trabalho, apontamento para eventuais falhas cometidas e opiniões não ouvidas por colegas homens. Uma das docentes está afastada para o doutorado fora do país e relatou preconceitos pelo fato de ser uma mulher brasileira e frisa estereótipos sexualizados vivenciados, além das dificuldades com a maternidade e o divórcio.

Silva (2022) chama atenção ao abordar que esses preceitos possuem influências dos papeis de feminilidade e masculinidade socialmente estabelecidos que aduzem caraterísticas para as mulheres como mais emotivas, sensíveis e com falta de racionalidade. Além disso, esses parâmetros discriminatórios e segregacionistas colocam as mulheres como não racionais para lidar com áreas consideradas mais duras, a exemplo das exatas. Um exemplo é na escola,

enquanto os meninos são incentivados a lidarem com o raciocínio e os números, as meninas são vistas como mais emotivas e são incentivadas a arte, leitura e escrita. Por isso, é notável em nossa sociedade a consolidação e reprodução desses preceitos segregacionistas no que se refere às mulheres.

Na categoria falta de estrutura e sobrecarga de trabalho:

> Falta de infraestrutura da UFAM para atividades de graduação e pesquisa (Professora n°2).
>
> Executar pesquisas a campo e no laboratório devido à falta de recursos (Professora n°3).
>
> Falta de apoio da instituição (Professora n°5).
>
> Retorno após período de greve (Professora n°6).
>
> Os desafios do trabalho colaborativo e integrado (Professora n°7).
>
> Sobrecarga de atividades de trabalho e o pouco tempo para a investidura em projetos de pesquisa (Professora n°12).
>
> falta de infraestrutura adequada (Professora n°13).
>
> A faculdade onde atuo não prioriza a pesquisa. Quer sobrecarregar os professores com disciplinas na graduação (Professora n°14).
>
> Acredito que lidar com colegas adoecidos psicologicamente e valorização do trabalho acadêmico (Professora n°15).
>
> Falta de condições adequadas de trabalho, baixa remuneração salarial, problemas de relações interpessoais no trabalho (Professora n°18).
>
> As limitações de tempo e financiamento nas universidades. Cada vez mais o número de professores por área está diminuindo e a carga administrativa das federais ocupa um tempo muito maior do que imagina. Também o financiamento está cada vez mais escasso, o que dificulta pesquisas nas áreas experimentais que precisa de equipamentos e insumos (Professora n°19).
>
> Em alguns momentos, a ampliação do alcance da psicologia. Em meu ambiente de trabalho, tivemos dificuldades estruturais no início (Professora n° 20).
>
> Falta de recursos por parte do governo federal para ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil (Professora n°23).
>
> A pressão por produtividade excessiva independente das 40h semanais (Professora n°25)

Esta categoria de falta de estrutura e sobrecarga de trabalho foi a que as professoras destacaram como o maior obstáculo vivenciado por elas, totalizando quatorze relatos (14). Haja vista essa constância, no Brasil, os professores universitários são, em grande parte, docentes e pesquisadores que exercem duas funções, necessitando conciliar ambas as atribuições. No caso das mulheres, além dessas responsabilidades, elas ainda precisam se

encarregar dos afazeres domésticos e da criação de seus filhos, se forem mães. Mesmo aquelas que contam com a ajuda de outras mulheres pagas para esses afazeres ainda têm a responsabilidade final recaindo sobre elas.

Souza *et al*. (2020) salienta a realidade nacional do desenvolvimento de pesquisas. É notável que a produção científica brasileira vem crescendo constantemente. No entanto, a falta de infraestrutura dispõe de pequenas instalações de pequeno porte e de uso compartilhado, o que limita o desenvolvimento de grandes pesquisas. A lacuna torna-se maior, visto que, no Brasil, as pesquisas são, em grande parte, produzidas nas universidades públicas, e o corte de orçamentos direcionados à educação reduz drasticamente o número de pesquisas realizadas e o desenvolvimento científico no país. A literatura citada confirma a realidade apontada pelas professoras, em que se destaca que a falta de estrutura adequada traz grandes efeitos negativos no exercício de suas carreiras e acarreta sobrecarga de trabalho e adoecimento mental.

Dessarte, sobressai a necessidade de maiores investimentos no cenário da pesquisa, bem como em novas formas de financiamento e valorização da ciência brasileira, para que condições adequadas no desenvolvimento de pesquisas sejam oferecidas não somente às mulheres docentes universitárias, mas a todos os professores e pesquisadores envolvidos nesse sistema

Na categoria relacionamentos e dupla jornada, através de sete (7) relatos, as narrativas pontuam:

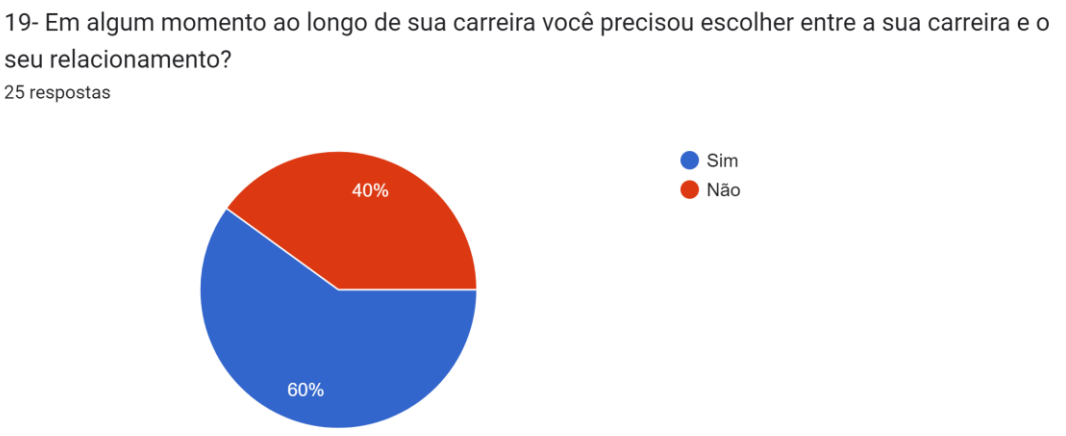
> Conciliar a maternidade com a carreira é bem desafiadora. Já escutei de uma outra pesquisadora que deveria escolher se queria ser mãe ou pesquisadora. Isso quase me fez desistir (Professora n°4)
>
> Conciliar vida profissional com pessoal e depois o ambiente de trabalho (pessoas com comportamento pouco confiável, fofoca (Professora n°9)
>
> Falta de mentoria para as relações mais políticas dentro da academia. Como trilhar caminhos de liderança e como balancear o tempo e energia entre carreira e vida pessoal, de forma a ter uma vida saudável e uma boa carreira como cientista (Professora n°10)
>
> Relacionamentos (Professora n°11).
>
> É até estranho pensar nisso, pois nunca tinha pensado nas dificuldades. Antes da docência, trabalhei em duas empresas e as dificuldades que tive lá acredito terem sido as mesmas a qualquer profissional atuando no mesmo cargo, e como me adaptava bem aos processos, foi tranquilo. Com a docência foi um pouco diferente, pois nunca tinha sido professora até precisar ser, hehehe. Não tive nenhuma preparação, me escrevi para o concurso para ser professora e ficava subentendido que eu já era, certo? A dificuldade pode ser resumida em tempo. No início conciliar o tempo de preparação de aulas (todas novas), como professora iniciante, com as outras atividades que tinha que desenvolver foi um grande desafio. As horas disponibilizadas para as atividades não eram adequadas e continuam não sendo até

> hoje. Após já estabelecida no cargo de docência a maior dificuldade enfrentada foi conciliar o tempo do trabalho com a família depois que tive o meu filho. Antes dele, eu passava todo tempo livre estudando. Sempre levava provas e trabalhos para corrigir em casa e as atividades dos meus projetos. Depois que tive ele, não consegui fazer mais isso, e ficava super sobrecarregada. Hoje estou afastada cursando doutorado, morando fora de Manaus somente com meu filho. Não tenho rede de apoio lá. Apesar dele já estar com 5 anos e não ser tão dependente como no início, ainda preciso reservar um tempo para os cuidados dele. E acaba sobrando menos tempo para os estudos. Não digo que e uma coisa ruim... só é uma dificuldade que vamos aprendendo a conviver com ela (Professora n°16)
>
> Conciliar família e trabalho (Professora n°17)
>
> O fator tempo para dar conta de todas as atribuições do emprego: ensino, pesquisa, extensão e administração (Professora n°22)

Tal perspectiva desses relatos pode ser interligada com a autora Silvia Federici (2021), na qual salienta que as mulheres, pela estrutura patriarcal e pelo capitalismo, lhes é atribuído o lugar de cuidado, reprodução da vida e o trabalho doméstico, que não é remunerado nem reconhecido, mas é essencial na perpetuação dos ideais capitalistas. Essa delegação de atividades domésticas renega a ascensão em melhores condições de trabalho, além de sobrecarregar e impossibilitar a ocupação em espaços de poder.

Embora com as transformações dos espaços sociais que possibilitaram a entrada e expansão da mão de obra feminina em diferentes áreas de trabalho, elas ainda necessitam se dedicar à divisão de tarefas domésticas e à carreira. Em muitos casos, ainda recebem menores salários em comparação com os homens, apesar de serem a maioria a cursar o ensino superior, e são postas em situações em que devem escolher entre o relacionamento e suas carreiras. Conforme podemos notar no gráfico abaixo, a partir das respostas das docentes participantes dessa pesquisa.

Gráfico 20: Em algum momento ao longo de sua carreira você precisou escolher entre a sua carreira e o seu relacionamento?



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

No processo de ascensão da carreira, é notável pelas respostas que a grande maioria das docentes (60%) em algum momento teve de escolher entre suas carreiras e relacionamentos. Figueiredo e Diniz (2018) ressaltam, acerca de relacionamentos, casamento e carreira, haja vista que, para crescer na carreira, é necessário fazer escolhas, as quais para as mulheres se tornam mais desafiantes. Tendo em vista que as mulheres casadas enfrentam mais dificuldades nessa conciliação entre carreira e relacionamento do que as mulheres solteiras, que usufruem de maior tempo e dedicação em uma consolidação profissional, pois "as demandas da carreira muitas vezes envolvem viagens, horas extras, trabalhos de final de semana, fatores que acabam aumentando a sobrecarga da mulher" (Figueiredo, Diniz, 2018, p. 8).

> O discurso social instaurado pelo patriarcado, entretanto, parece continuar sendo reproduzido no mundo contemporâneo, ainda que em menor velocidade e força do que no passado. Esse discurso torna invisível para as mulheres o lugar que ocupam e faz com que busquem estratégias para dar conta da multiplicidade de funções demandadas, como se o cuidado com a casa e os filhos fosse responsabilidade exclusiva ou prioritária delas. A vida profissional das mulheres que investem em uma carreira por si só já possui muitos desafios. A interação desta com as demais atribuições desempenhadas no âmbito privado intensifica suas experiências, podendo trazer prejuízos às mulheres (Figueiredo, Diniz, 2018, p. 16).

Paralelamente, esses fatores geram muitos casos de incompreensão dos companheiros em relação à dedicação à carreira por parte da parceira e pela falta de tempo para se dedicar ao relacionamento, à casa e aos filhos. Esses desafios de gênero acarretam culpa para as mulheres por não conseguirem conciliar a carreira e a família, além de estresse, menor rendimento no trabalho e, em muitos casos, o fim da comunhão conjugal. O que demonstra que as mulheres ainda são levadas a escolher entre ter uma carreira bem-sucedida ou um relacionamento (Figueiredo, Diniz, 2018).

No que se refere à carreira docente universitária, Roque (2024) destaca que o número de mulheres decai majoritariamente quando se observa a conclusão de doutorado, na qual as mulheres são a minoria na ocupação de cargos de docência estável nas universidades públicas brasileiras. Acerca dessa Problemática, Olinto (2011, p. 79) adverte:

> O foco no desempenho das mulheres na ciência introduz aspectos complexos. Evidências internacionais sugerem que há diferenças de produtividade favorecendo os homens. Entretanto, essas diferenças tendem a se concentrar na fase inicial da carreira científica. As mulheres passam a mostrar mais vigor profissional que os homens em fase posterior, quando a carreira dos homens tende a se estabilizar e a delas adquire mais fôlego e tende a crescer.

Nesse contexto, as mulheres participantes nas áreas de maior abrangência de homens, como Ciências Exatas e Tecnologias, ainda encontram mais lacunas em suas carreiras, sobretudo pela segregação horizontal, que faz com que as mulheres façam escolhas diferentes das que são destinadas aos homens, levando em consideração seus deveres de cuidar da família e de preferir carreiras que são marcadas pela divisão de gênero e pelos baixos salários. Outro mecanismo destacado é a segregação vertical, que contribui para que as mulheres se mantenham ainda mais em posições de subordinação e que não progridam em melhores salários e cargos (Olinto, 2011).

A idade é outro fator determinante apontado no sucesso de uma pesquisadora. Segundo Warrior (1997), a fase entre 25 e 35 anos é o período que vai encaminhar o estabelecimento de uma boa carreira no campo científico, além da reputação na área e da alta produtividade. Outrossim, as mulheres, ao terminarem a graduação, têm mais disponibilidade para dar prosseguimento aos seus estudos, em virtude de não possuírem vínculos empregatícios. Contudo, uma grande parcela entra em conflito, pois deve tomar a decisão de adiar a maternidade, conciliar com a carreira ou optar por não ter filhos.

Sob essa ótica, Roque (2024) cita o exemplo da pesquisadora Maria Caramez Carlotto, da Universidade Federal do ABC- (UFABC), em que a maternidade foi o motivo de exclusão da obtenção de bolsa (PQ). O critério da não concessão seria pela pesquisadora não ter cursado o pós-doutorado no exterior, decorrente de suas gestações como impedimento.

O estudo de Bittencour (2013) pontua essa questão de carreira acadêmica e a maternidade, seu estudo com doutorandas de uma universidade pública no Sul do país investigou a relação entre esses dois fatores. Desse modo, nos relatos coletados, com doutorandas de diversas áreas do conhecimento, sobressaiu-se essas mulheres evitavam a maternidade pelo medo de prejudicar suas carreiras como cientistas visto que, “ a maternidade é percebida como “anormal, as mulheres optam por não ter filhos” (Bittecourt, 2013, p. 161).

Partido deste pressuposto, acerca da maternidade, Lucila Scavone (2001, p. 142)a ponta,

> A perspectiva de gênero nos possibilitou abordar a maternidade em suas múltiplas facetas. Ela pôde ser abordada tanto como símbolo de um ideal de realização feminina, como também, símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, e assim por diante, evidenciando as inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo.

Consequentemente, as professoras que são mães tendem a vivenciar grandes pressões e tensões nas relações entre a carreira acadêmica e a maternidade, sobretudo pelas responsabilidades que as sobrecarregam nesse período. O tempo de trabalho, seja acadêmico

ou em outros setores, demanda dedicação, e essas mulheres, por serem trabalhadoras assalariadas que sustentam ou ajudam nos gastos financeiros da família, tendem a ocupar a maior parte das horas diárias. Outra condição evidenciada são as diversas mudanças emocionais e físicas, que tendem a criar estereótipos não verdadeiros acerca da qualidade do trabalho feminino na vivência da maternidade.

> Mesmo com planejamento e apoio total da família, quando ocorre a gravidez e esta segue seu curso sem alterar a saúde da gestante, as mulheres passam por mudanças físicas e emocionais, que não alteram sua personalidade, ou a capacidade intelectual e nem as fazem pessoas doentes. No entanto, por questões discriminatórias as mulheres ainda se sentem ameaçadas profissionalmente ao optarem pela gravidez, maternidade e casamento (Alves, 2017, p.123).

Por outro lado, a maternidade também requer dedicação e cuidados. Na maioria dos casos, o que ocorre é a necessidade de abdicar de um para se dedicar ao outro. Se escolher o trabalho, terá de lidar com a ausência na criação e dedicação aos filhos; e se a escolha for a maternidade, perderá no campo do trabalho e na ascensão da carreira. “A dupla ou até mesmo a tripla jornada de trabalho de professoras mães, que combina e alterna trabalho profissional e trabalho doméstico na esfera reprodutiva, tende a ser longa e extenuante” (Protetti; Souza, 2022, p. 10).

A utilização do trabalho de outras mulheres é vivenciada, seja parcialmente ou integralmente, no papel doméstico, da maternidade e do cuidado dos filhos, para que essas professoras possam se dedicar exclusivamente às demandas da carreira acadêmica. Sob esse contexto, professoras mães, por carecimento, utilizam outras mulheres como empregadas domésticas, babás, faxineiras, dentre outras funções que tenham urgência. Nessas circunstâncias, apesar da atribuição dos afazeres domésticos e dos cuidados com os filhos a outras mulheres, essas professoras mães ainda necessitam de um tempo maior para o avanço de suas carreiras do que as que não são mães. Isso ocorre porque precisam intercalar o período da gravidez com a amamentação e o cuidado dos filhos no período em que as empregadas não estão em horário de serviço (Protetti; Souza, 2022).

O suporte familiar é essencial e esse auxílio vem sendo debatido. Schiebinger (2001) destaca a avaliação transcultural da participação das mulheres na ciência, em que países predominantemente católicos, como a Itália e a França, as mulheres que vivenciam a maternidade são mais acolhidas por suas famílias, pois a elas é oferecida uma rede de suporte para a criação de seus filhos. A autora, todavia, chama a atenção para o fato de que esse paradigma acaba por tirar a responsabilidade social do governo em fornecer redes de suporte

para as mulheres mães, como creches, haja vista que esse suporte se torna essencial, assim como o apoio de origem religiosa.

Pelas dificuldades atreladas à maternidade, Protetti e Souza (2022) ressaltam que as exigências para o processo de consolidação de uma carreira docente levam as mulheres a recorrer a diferentes estratégias para conciliar com a carreira acadêmica, como a busca por estabilidade financeira e a escolha do mês para engravidar. Outro dado apontado pelos autores é o sentimento de culpa vivenciado por muitas professoras mães, que escolhem se dedicar à carreira, e pelas altas demandas de trabalho, de 12 a 14 horas, acabam perdendo momentos significativos com seus filhos.

Por outro lado, as professoras sem filhos também vivenciam tensões nessa relação entre carreira e maternidade. A principal delas é a escolha de se tornar mãe, pois o tempo limite de idade reprodutiva é decisivo nessa questão, o que pode gerar arrependimento. No entanto, pelo desejo de ascender profissionalmente, a maternidade torna-se inviável. Uma grande parte das mulheres opta por não ser mãe, em detrimento das exigências do mundo acadêmico, como o alto nível de produtividade (Protetti; Souza, 2022)

Nos relatos descritos pelas participantes da pesquisa, a conciliação entre a vida pessoal e profissional destaca as grandes dificuldades que enfrentam, principalmente em equilibrar ambas as demandas. A discussão apresentada ressalta o modelo masculino de carreira e de produção científica, baseado nas dificuldades que as mulheres vivenciam, como a competitividade com homens e outras mulheres, o tempo de dedicação exclusiva que é exigido e a maternidade, o que acaba negligenciando a ascensão feminina e favorecendo a dominação masculina no campo universitário e na ciência

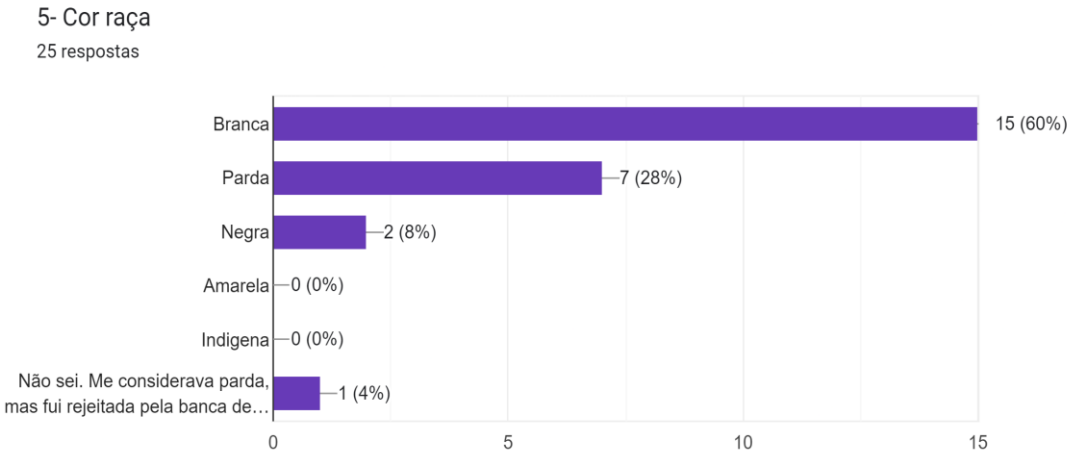
Protetti e Souza (2022) argumentam que a carreira feminina no espaço docente universitário é marcada pela segregação de gênero, em que, principalmente a maternidade, dentre todos os problemas elencados, se constitui ainda, apesar de grandes avanços feministas, como um obstáculo à carreira das mulheres. Os autores concluem que maternidade e carreira científica, na atual conjuntura, instigam a exclusão de mulheres e defendem a criação de políticas científicas que venham a diminuir essas defasagens e atendam essas professoras universitárias no que tange à produção científica e à conciliação com o trabalho doméstico.

Diante desses preceitos, de acordo com Alves (2017), é importante salientar que, apesar dos homens se constituírem como os chefes desses campos, as mulheres não se estabelecem como sujeitos totalmente passivos e obedientes. Pelo contrário, o debate de gênero vem se expandindo, e elas vêm cada vez mais questionando as estruturas segregacionistas. Os desafios vivenciados ainda são muitos, haja vista que, quanto mais

prestigiado for um cargo ou área, menores são as possibilidades de mulheres nesses campos. Porém, a resistência às imposições que lhes foram direcionadas não impediu que muitas delas seguissem em seus objetivos e ocupassem espaços historicamente negados. Isso evidencia o rompimento com a lógica dicotômica de gênero. Mesmo que muito terreno ainda precise ser ocupado, destaca-se a necessidade de expansão e de ações que venham diminuir as desigualdades entre homens e mulheres no cenário social.

Após essa contextualização histórica e social da sociedade brasileira, ao abordarmos as mulheres pertencentes a minorias étnicas, constitui-se uma abordagem que apresenta grandes defasagens, oriundas dos processos históricos segregacionistas. Em nossa pesquisa, no cenário regional, conforme os dados coletados no questionário aplicado, observa-se, no nível docente universitário da UFAM, que essa presença se constitui por um pequeno número, como podemos notar pelo gráfico abaixo.

Gráfico 21: Cor e raça autodeclarada das docentes



Fonte: elaborada pela autora (2024) – Uma das docentes relatou que se considerava parda, mas foi rejeitada pela banca de heteroidentificação da UFAM

Das vinte e cinco (25) professoras participantes da pesquisa, apenas duas (2) se autodeclararam negras, sete (7) pardas, e nenhuma se autodeclarou indígena ou amarela. A maioria, quinze (15), se autodeclarou branca. Essa grande diferença possui raízes históricas. A idade é outro fator determinante: a maioria das docentes tem entre 50 e 60 anos e iniciou suas carreiras em um momento em que o acesso de pessoas negras ao Ensino Superior ainda era limitado.

Ao abordarmos as minorias étnicas, é importante considerar que, devido aos processos desiguais vivenciados ao longo da história brasileira, a presença desses grupos desfavorecidos, principalmente negros e indígenas, foi negligenciado durante um longo tempo

nos espaços educativos. O tratamento desigual, a exploração e os abusos por parte dos colonizadores resultaram em lacunas no acesso desses grupos a posições mais elevadas e melhor remuneradas na sociedade. Para alcançar o nível de carreira docente universitária, as mulheres pertencentes a esses segmentos enfrentam duas formas de preconceito: o de gênero, por serem mulheres, e o étnico, devido à cor de sua pele e à origem social.

Silva (2022) pondera que a carreira científica é marcada pela necessidade de anos de dedicação aos estudos: graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Essa exigência é frequentemente cumprida quando o (a) estudante possui apoio familiar e não necessita trabalhar o dia todo, conciliando apenas com os estudos, o que ocorre em grande parte com famílias brancas. Alunos de origem mais pobre e de grupos minoritários são, muitas vezes, levados pela necessidade a conciliar o trabalho com os estudos. Essa lacuna também pode ser observada nos dados sobre o Ensino Superior brasileiro no capítulo dois (2) desta pesquisa.

Nessa tônica, é indispensável acentuar que a vivência das mulheres negras se difere do discurso branco feminista de opressão, pois não reconhece as diferenças qualitativas dessas opressões. Sueli Carneiro (2003, p. 2) frisa que,

> "Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: 'Exige-se boa aparência'."

As mulheres negras vivenciam situações que não são presenciadas pelas mulheres brancas, e isso tende a afetar significativamente as suas vidas. Mesmo nos tempos atuais, em que leis estão em vigor, o racismo estrutural ainda traz consequências negativas no mercado de trabalho, onde a aparência exigida é do padrão branco europeu. Na educação, a implementação das políticas de cotas, sancionadas pela Lei nº 12.711/2012, busca, desde então, amenizar as desigualdades sociais, ampliar a escolarização de pessoas de origem étnica minoritária e de baixa renda, como negras, indígenas e oriundas de escolas públicas, nas instituições federais de ensino superior.

Os resultados da política de cotas têm mostrado resultados positivos na entrada de pessoas oriundas dos grupos citados anteriormente. Todavia, grandes desafios ainda persistem, como a urgência de maiores investimentos nas políticas estudantis no nível da graduação e nas políticas afirmativas na pós-graduação, onde a presença de negros e

indígenas ainda é minoritária (Silva, 2022). Com isso, destaca-se a necessidade de ampliação e melhoria no suporte dessas políticas, a fim de garantir condições de equidade para esses grupos minoritários.

O debate acerca da interseccionalidade promovido pelo movimento feminista negro destaca séculos de opressão que foram deixados de lado e descreditados pelo movimento feminista branco. Autoras pioneiras nessa temática, como bell hooks, Patricia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw, Patricia Williams e Hazel Carby, buscaram evidenciar essas diferenças sociais e históricas na luta contra o patriarcado e no reconhecimento das distintas vivências entre mulheres brancas e mulheres negras..

> “Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.” (Carneiro, 2003, p.2-3)

Sob esse contexto, Silva (2002) salienta conceitos como raça, gênero e classe, que se tornam essenciais na compreensão das desigualdades sociais vivenciadas por mulheres negras nos dias atuais. Outros marcadores sociais também podem ser adicionados, como idade, religião e sexualidade, e devem ser analisados no enfrentamento do racismo estrutural e dos preconceitos de classe, que colocam as mulheres negras em posições de desigualdade. Visto que elas tendem a vivenciar situações mais opressoras, como o padrão de aparência europeu, desconfianças ao entrarem em lojas, sendo seguidas por seguranças, e trabalhos mais pesados e braçais, além de situações ainda vividas hoje, como trabalhos em condições desumanas, sem salário, apenas com alimentação, em localidades afastadas, com condições escravocratas e humilhações, bem como menores remunerações e a negação de direitos humanos.

Outra condição abordada pela autora é o mito da delicadeza feminina, que por séculos foi utilizado para “proteger” as mulheres pelos pais e maridos, a fim de evitar que saíssem do campo privado, da casa, para o público, o trabalho e a relevância social das mulheres brancas. Esse mito não incluiu as mulheres negras nessa “proteção”, haja vista que elas eram escravizadas e exerciam trabalhos pesados nos campos agrícolas ou na casa grande, nos afazeres domésticos e cuidando dos filhos de seus donos. Elas eram vistas como mais fortes do que as mulheres brancas e tão fortes quanto os homens negros.

Além disso, Silva (2022) destaca que a saída das mulheres brancas para o mercado de trabalho se deu, em grande parte, pela exploração do trabalho doméstico das mulheres negras. Sobretudo, por já estarem inseridas no campo do trabalho há séculos, como destacamos anteriormente, no período pós-colonial, precisaram sustentar seus maridos e filhos, que foram dispensados das lavouras. Assim, deram continuidade ao serviço que já realizavam sem remuneração, posteriormente, com baixos salários.

Essas atribuições de serviços domésticos às mulheres negras respaldam a grande lacuna nos níveis de escolarização e na presença dessas mulheres em posições mais elevadas da sociedade. Além disso, a falta de políticas públicas, após o fim da escravidão, e a crença na superioridade da raça branca tornaram as condições desiguais e negativas para a população negra. A forma de ascensão social foi estruturada na crença de negação da origem negra, sendo que o status social dependia do nível de embranquecimento. Essa tentativa de branqueamento também foi utilizada pelo governo brasileiro com o objetivo de anular o passado escravocrata negro (Silva, 2022).

> Através da migração de estrangeiros europeus ficou claro que o processo de desenvolvimento e modernização brasileiro estava associado a marginalização da população negra recém libertada e ao projeto de branqueamento do povo brasileiro [..] Se de um lado se buscava a mistura das raças em nome de uma dita modernização – através também de um embranquecimento –, de outro, eram criadas leis – algumas citadas anteriormente – para a opressão e exclusão da população negra do âmbito social. Aos europeus havia oportunidades de emprego e terra, aos recém libertos cabia a marginalização (Nascimento, 2023, p. 23).

Os moldes em busca desse branqueamento da população brasileira determinaram a relevância do que é mais bem visto e valorizado pelos governantes e empregadores, a beleza branca é priorizada em todos os campos de interação social. Esse processo levou os negros a recorrerem a:

> Uma das opções encontradas pelos negros para ascender na escala social e melhorar sua condição de vida foi o branqueamento. Ao miscigenar-se com o branco, conseguiu clarear a pele; ao alisar os cabelos, aproximou-se do ideal de beleza branca (...) Por trás dessas atitudes identificamos uma única razão: a tentativa de o negro ser tratado como ser humano, com dignidade.” (Carneiro, 1995, p.17)

Contudo, apesar da tentativa, a autora salienta que o mestiço e o negro não eram vistos como iguais pelo homem branco, a fim de serem aceitos necessitavam ocultar os traços e comportamentos africanizados. Até os dias atuais são forçados a negar suas aparências e possuir vergonha de suas características fisicas, pressionados pelo preconceito enraizado. Além disso, Nascimento (2023, p.24) reitera “misturam-se as cores, muda-se o cabelo,

prende-se o nariz buscando deixá-lo mais fino, mudam-se os termos e se autodeclaram morenos ou pardos”

Em síntese, esses padrões são notados até os dias atuais, em que os negros são levados a se encaixar em um padrão que historicamente os exclui, mas, para serem minimamente aceitos, recorrem ao abandono de suas identidades e raízes negras. As mulheres negras, sob o ponto de vista segregacionista patriarcal, “mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas só corpo sem mente” (Hooks, 1995, p. 469).

Sob esta análise, na realidade regional, ao realizarmos a busca de estudos acerca de docentes negras no Ensino Superior no estado do Amazonas, constatou-se que a literatura, assim como a das mulheres em geral, ainda é escassa, com poucos pesquisadores estudando essas temáticas. O estudo que mais se aproximou, a fim de obter dados científicos acerca das mulheres negras, foi a dissertação de mestrado da pesquisadora Júlia do Nascimento, intitulada “Professoras Negras no Ensino Superior no Amazonas: Um Olhar Interseccional”, do ano de 2023.

A pesquisa foi feita em dois campos públicos universitários: a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e analisou os desafios das docentes negras dessas instituições com um olhar interseccional. A pesquisadora destaca que a influência para a pesquisa surgiu de:

> O corpo negro é político e ocupar todos os espaços é um ato necessário pois abala o coletivo. Essa pesquisa foi uma resposta a questionamentos que eu tinha enquanto acadêmica preta de uma instituição pública de ensino superior e minha inquietação ao não encontrar mulheres similares a mim ocupando espaços de poder na minha trajetória acadêmica. [..] Observou-se nessa ação que existem cursos que são predominantemente femininos ou masculinos. E, nesses últimos, sendo aparição de mulheres brancas já é um fato, as pretas se tornam mais raras. “Meus professores são todos homens”, bradou uma aluna do curso de Engenharia da UEA, “eu só tenho professoras brancas” respondeu outra do curso de medicina da UFAM, “só tem branco naquele lugar” disse outra do curso de História também da UFAM. A universidade reflete a sociedade (Nascimento, 2023, p. 50, grifos da autora.)

A pesquisadora realizou quatro (4) entrevistas. As professoras negras estudadas são da área da dança, da cognição de professores e experiências de professores de língua inglesa, e da área da Geografia. As três (3) primeiras docentes são da UEA. A quarta (4) entrevistada é da área de Direito e História Social da UFAM.

> [...] Uma mulher negra que quebrou estereótipos ao se formar em dança, movimento humano e semiótica e que é impactada pela não valorização dos seus anos de estudo e suas titulações por outras ciências. A luta e resistência de uma mulher negra dentro do curso de geografia, uma ciência crítica, a faz enxergar um mundo que deve ser

> questionado. Os desafios enxergados por ela são múltiplos e ter seu trabalho constantemente questionado assim como sua presença em ambientes profissionais predominantemente brancos faz com que seus enfrentamentos sejam, principalmente, com seus colegas de trabalho [...] O gênero como fator determinante será exposto na área do Direito, um curso de predominância masculina. Contudo, demonstrando suas intersecções, a professora que é mulher negra e indígena alerta sobre os impactos sentidos nas questões culturais. Vivemos no Amazonas, parece indiscutível que a nossa cultura tem grande influência indígena, mas não é algo muito citado na cultura negra. [..] A professora que estudou a literatura negra estadunidense e brasileira e que compreende como se deram os processos racistas em dois países, ignora o racismo por escolha. Se há questões ligadas a gênero em seu cotidiano, não se nota. Afinal, por que uma mulher negra deve sofrer dos males do racismo e do machismo? Sua fala é uma resposta a essa pergunta, não tem (Nascimento, 2023, p. 92-93, grifos da autora).

As professoras vivenciaram intensas situações em que foram desveladas suas condições como mulheres negras e docentes no campo universitário, em duas universidades do estado do Amazonas. Por meio desses relatos, constata-se que a lacuna das docentes negras é extremamente maior, sobretudo pelas grandes estigmatizações dos períodos históricos, que acarretam consequências desiguais nos dias atuais. Explicitamos um dos trechos que mais se destacaram ao fazer a leitura dessa pesquisa, um dos relatos vividos por uma das professoras:

> [...] Inclusive tem uma situação bem difícil, bem recente que eu fiquei bem afetada em relação a um colega meu mesmo que a gente foi trabalhar no interior, que ele falou que eu não era negra. E daí começou todo um debate, e chamei ele de racista, foi a maior coisa e ele falou que ele não era, ele disse que ele é quem sofria racismo porque ele era branco então foi uma situação bem delicada. Os colegas que estavam inclusive minha colega da história ficaram assim... Porque ela estuda escravismo. Foi uma briga danada, uma tarde inteira por causa dessas situações dele questionando e falou várias coisas absurdas inclusive falando de que né, os negros, no período que trouxeram os navios negreiros, os negros foram escravizados com o consentimento deles, ou seja, você é escravizado, você sofre racismo porque você quer e isso é uma coisa a pensar. Ou então se eu venho dizer que o negro sofre racismo nesse país é só porque quer. ‘
> ‘- Professor, entenda...’, ‘’
> ‘- não, eu que sofro racismo porque eu sou branco’, eu
> Eu falei assim ‘:
> ‘- entenda sua condição de privilégio na sociedade, a sua fala é violenta, a sua fala é carregada de violência, o tempo todo’.
> Então são questões que a gente tem sofrido muito, esse foi um processo muito difícil ‘pra’ mim que além dessas questões foi uma tarde assim que era ‘pra’ ser um almoço entre colegas e se tornou uma tarde de horror pra mim com esses questionamentos [..] (Nascimento, 2023, p. 83, grifos da autora).

As quatro docentes vivenciaram situações preconceituosas em seus respectivos campos e destacaram os marcadores de profissões femininas e masculinas nessas vivências, além do gênero e sua respectiva cor. Através dos relatos trazidos nas entrevistas pela pesquisadora, é possível perceber que, na realidade local, a presença de professoras negras é seguida pelo preconceito enraizado. Apesar de o estado do Amazonas possuir uma grande influência indígena, a negação dessa ancestralidade também é constante, o que leva à

reprodução de paradigmas preconceituosos em relação às pessoas negras ainda em nossa realidade atual (Nascimento, 2023).

3.3 Experiências docentes das Mulheres em posições de liderança na universidade

Este último tópico destaca, a partir dos relatos das professoras participantes da pesquisa, se elas ocuparam posições de liderança em suas respectivas áreas do conhecimento. No que se refere à liderança feminina, conforme dados da Womem in Business Grant Thornton (2020), com base no relatório da Global de Auditoria e Consultoria, apenas 23% de mulheres ocupam cargos de liderança na perspectiva mundial. Sendo assim, apesar do avanço feminino na escolarização e capacitação profissional, o cenário de altos níveis hierárquicos ainda se mostra mais favorável aos homens.

Borges (2022) define a liderança como o ato de influenciar indivíduos e incentivá-los a alinhar seus objetivos ao líder que está à frente do trabalho. Mesmo que, nos dias atuais, diversas mulheres ocupem essas altas posições, é observável que ainda sofrem preconceitos por serem do gênero feminino e desrespeito na obtenção de influências em seus locais de trabalho por parte dos homens. Outrossim, para exercer a liderança, um maior tempo de dedicação é exigido, essa carga horária tende a dificultar as mulheres, tendo em vista suas demais funções que concilia com o trabalho, o cuidado com os filhos e as atividades domésticas.

Conforme Ana Paula Costa Pinheiro Batista (2024), a vantagem masculina possui raízes na cultura patriarcal, que atribui as características de liderança aos homens, além de reproduzir ideias de resistência à liderança feminina e medo dos próprios homens de perderem seus prestígios como líderes. Por isso, um comportamento masculino é exigido, autoridade, firmeza e exigência são esperadas das mulheres. Desse modo, isso demonstra que, para ascender como líder e obter respeito, é necessário negar a natureza feminina na forma de se comportar perante a sociedade. Por outro lado, uma mulher em cargo de liderança também é vista pelos colegas de forma pejorativa, negativa e termos como “antipática” são atribuídos, o que não ocorre com um homem que se comporta da mesma maneira.

Acerca da liderança feminina,

> De acordo com um Índice de Liderança de Reykjavik, desenvolvido pela Kantar Public (2018), em que mede a igualdade de gênero por país em termos de valor percebido para posições de poder na sociedade, mais da metade (54%) do G-7 não se sente “muito confortável” com mulheres como CEOs de grandes empresas em seu país, e 57% não se sente “muito confortável” com mulheres como entres chefes do

> governo em seu país. Ademais, a partir de um olhar mais atento aos dados, mostra que 60-63% dos homens estão insatisfeitos com essas estatísticas, enquanto 48-52% das mulheres estão insatisfeitas. Ao referir esses dados, nos mostra como é alta e alarmante a proporção de homens e mulheres que não enxergam as mulheres como bons olhos para liderar (Batista, 2024, p. 9).

Para a autora, é notória a perpetuação de estigmas segregacionistas que ainda perdura atualmente e impede as mulheres de alcançar cargos de liderança nos maiores níveis hierárquicos. Nas instituições públicas e privadas, à medida que o nível hierárquico aumenta, a porcentagem de mulheres diminui nesses altos cargos. Além disso, segundo Irigaray e Vergara (2009, p. 11),

> [a]s mulheres que ascenderam profissionalmente recorreram às estratégias de simulação do comportamento masculino: buscaram falar menos e de forma mais direta, se assexualizaram, vestindo terninhos de tons escuros, bem como passaram a gesticular menos

Nesse processo, constata-se, o impacto do comportamento que é esperado de um líder. Ao ser assumido um cargo neste nível por uma mulher toda a caracterização feminina deve ser eliminada, pois estariam atrelada à fraqueza, uma nova postura deve ser adotada, sob a perspectiva masculina de firmeza e autoridade. Contudo, mesmo em meio a esses padrões que se constituem como preconceituosos às mulheres, nos dias atuais, é notável que homens e mulheres possuem condições cognitivas igualitárias para liderar e trazer resultados positivos em seus comandos (Batista, 2024).

Mas, sob a perspectiva de Borges (2022) , o que se observa na realidade é uma série de impedimentos culturais e sociais que impedem as mulheres de alcançar esses altos cargos, em que ainda se encontram sub-representadas, sobretudo, por erroneamente os modelos de liderança serem ligados somente aos homens. Essa desigualdade observada pode ser atribuída ao fenômeno chamado “teto de vidro”

> O termo teto de vidro é usado para conceituar as barreiras artificiais que as mulheres enfrentam em determinado momento da carreira e que as impedem de avançar até o topo da hierarquia profissional. Essas barreiras são tão sutis, mas ao mesmo tempo tão fortes que podem ser fatores decisivos ao longo de uma carreira (Barbosa, Oliveira, 2021, p. 51).

Esse fenômeno pode ser observado paralelamente nos setores de trabalho, em que a ascensão feminina a cargos de liderança ocorre de forma lenta ou, em muitos casos, essa progressão para líder nem chega a acontecer. Apesar de as mulheres obterem, em muitos casos, a mesma ou maior qualificação e competência que um homem, acabam aceitando um

cargo inferior, e a preferência por homens na liderança permanece. Além disso, mesmo as mulheres que estão em posições de liderança enfrentam as barreiras do “teto de vidro”, fortemente observadas no setor público, onde são oprimidas e subordinadas. O “patriarcado público”, o Estado e o mercado de trabalho elaboram novas formas de opressão e controle, uma vez que as posições de maior nível hierárquico são consideradas como pertencentes aos homens (Barbosa, Oliveira, 2021).

As autoras ainda realçam o termo “Abelha rainha” ,

> A expressão síndrome da abelha rainha (Queenbee) é empregada às mulheres que visam conquistar ambientes profissionais ocupados predominantemente por homens. Entretanto, em vez de essas mulheres buscarem apoio de outras mulheres, distanciam-se (Barbosa, Oliveira, 2021, p. 52).

Esse campo de disputas que se consolida na liderança feminina, em que mulheres acabam se distanciando de outras, é permeado pela crença na meritocracia e em seu próprio esforço, de forma que as demais mulheres que buscam ser líderes devem passar pelas mesmas dificuldades.“vale ressaltar que, para as autoras e autores, essa síndrome não é vista como desigualdade de gênero, mas sim como uma forma de sobrevivência por parte da abelha-rainha que deseja manter o seu status de líder” (Barbosa, Oliveira, 2021, p. 52).

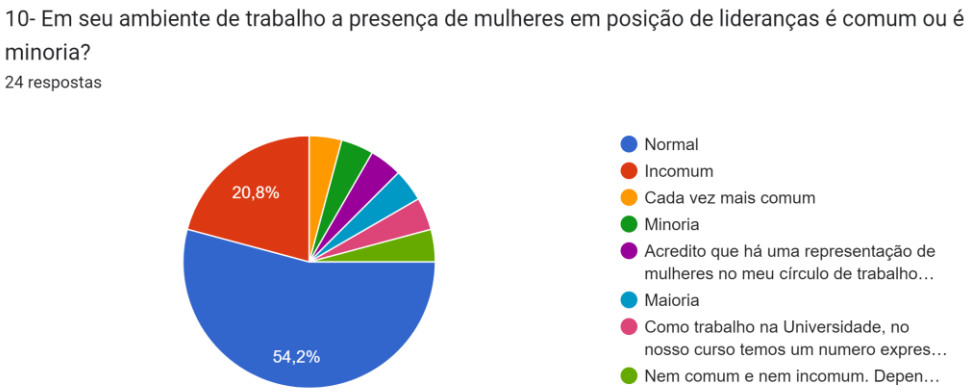
Diante disso, se perdura indícios misóginos, uma vez que “discriminação contra as mulheres em níveis de liderança e preferências para os candidatos homens, mesmo ambos os gêneros apresentando candidatos com o mesmo currículo e igualmente qualificados para cargo de gestão” (Ramos, Felix, 2019, p. 66) frisa, a alta demanda como outro aspecto pejorativo,

> As funções dos coordenadores de curso e chefes de departamento vão além das relativas ao planejamento, organização, direção e controle. Suas funções são executadas sem planejamento, imperando o imediatismo e improviso. Além disso, às atividades de gerentes universitários, somam-se as de docente e pesquisador, o que lhes acarreta uma sobrecarga de trabalho (Silva, 2012, p. 78).

A falta de preparação para assumir um cargo é uma lacuna observada, em virtude de os conhecimentos necessários à gestão serem restritos em uma pequena quantidade de pessoas, geralmente homens. Nesse viés, na ocupação desses cargos de liderança, o panorama se mostra mais favorável aos homens casados do que às mulheres casadas. Particularmente pela dupla jornada que envolve uma mulher casada que dispõe de menor tempo do que uma mulher solteira (Batista, 2024).

Nesse cenário, a partir das narrativas coletadas pelas docentes participantes da pesquisa, elas destacaram, em suas áreas de conhecimento, como a presença de mulheres em posições de liderança é observada, se é algo comum ou ainda uma minoria.

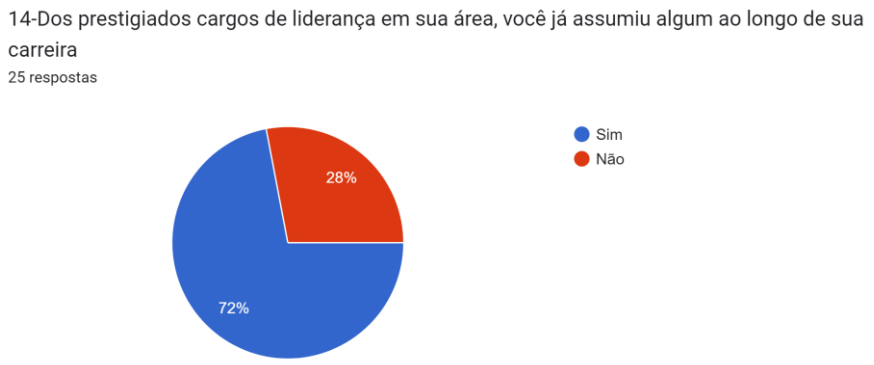
Gráfico 22: Em seu ambiente de trabalho a presença de mulheres em posição de liderança é comum ou é minoria?



Fonte: elaborado pela autora (2024).- 24 docentes responderam essa pergunta.

Através dos relatos coletados, 54,2% responderam que, em suas respectivas áreas de atuação, a presença feminina em posições de liderança é comum. Essas mulheres pertencem às áreas de Ciências Humanas, Biologia e Saúde. Por outro lado, na área de Ciências Exatas e Tecnologias, 20,8% responderam que é incomum, enquanto 4,2% disseram que é cada vez mais comum, 4,2% afirmaram ser minoria, 4,2% declararam: “Acredito que há uma representação de mulheres no meu círculo de trabalho na UFAM,”4,2% mencionaram ser minoria e 4,2% afirmaram: “Como trabalho na universidade, no nosso curso temos um número expressivo de mulheres como professoras. Mas, na área de engenharia, sei que não somos maioria”' e 4,2% disseram: “Nem comum, nem incomum, depende de qual nível” Acerca de se as docentes já ocuparam posições de liderança em suas áreas de conhecimento, as respostas mostram.

Gráfico 23: Dos prestigiados cargos de liderança em sua área, você já assumiu algum ao longo de sua carreira



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Com base nas respostas, a maioria das docentes (72%) já ocupou posições de liderança em suas áreas de atuação, enquanto 28% ainda não assumiram essa posição. Esse dado demonstra que as mulheres docentes desta pesquisa, em sua grande maioria, já assumiram uma posição de liderança pelo menos uma vez ao longo da carreira.

Para dialogar com nossos dados, a pesquisa realizada pela pesquisadora, Ana Paula Costa Pinheiro Batista (2024) intitulada "*Percepções Masculinas Sobre a Liderança Feminina Na Universidade Federal do Amazonas"*. Teve como base doze (12) homens docentes de diferentes áreas acadêmicas da universidade entrevistados. Ao abordar acerca da aceitação de homens e mulheres nas suas áreas de conhecimento, eles destacaram,

> E5: Meu diretor é um homem e a vice-diretora é uma mulher e para mim são igualmente capacitados. Eu não enxergo diferença nenhuma, tanto na parte administrativa, gestão de pessoas e gestão técnica
> E11: Na minha unidade, homens e mulheres são igualmente considerados como líderes. Há uma ascensão significativa de mulheres a cargos de diretoria e coordenação, e muitas mulheres estão na profissão docente.
> E12: Olhando para a minha unidade, sim […] Então, para mim, estão equilibrados. Aqui, eu observo e vejo as mulheres que foram para a reitoria, as diretoras e tudo mais, eu vejo que há um certo espaço pra todos E elas são vistas dentro da sua competência (Batista, 2024, p. 18).

Na análise inicial, a autora salienta que, para os docentes participantes de sua pesquisa, ambos os gêneros não vivenciam barreiras para acessar a liderança. Esse dado dialoga com o relato de nossas participantes mulheres no gráfico anterior, ao afirmarem, em sua grande maioria, que já ocuparam posições de liderança em suas unidades acadêmicas. Não obstante, o que se torna notório na liderança feminina são os desafios ao assumir um desses cargos. Os homens são mais desinibidos para questionar uma mulher do que outro homem, além da resistência e dos comportamentos esperados de um líder, que são contrários ao feminino. Esses equívocos levam a estereótipos que dificultam a permanência, principalmente quando o

que se espera é um comportamento masculinizado, mais agressivo (Batista, 2024). Por conseguinte, a autora frisa que,

> Os entrevistados, por meio de seus discursos, afirmam que as mulheres enfrentam mais desafios do que os homens na universidade. Quanto aos demais participantes, relataram que as mulheres acabam assumindo características masculinas, numa tentativa de lidar melhor com as barreiras. Ademais, percebe-se uma cultura patriarcal em que os homens tendem a ser mais desinibidos para discordar ou fazer questionamentos quando têm uma mulher na liderança imediata (Batista, 2024, p. 18).

No cenário da Universidade Federal do Amazonas, a autora pondera que as mulheres tendem a vivenciar situações de resistência por parte dos colegas homens ao assumirem um cargo de liderança. Ela denomina esse fenômeno de “"masculinidade frágil”, pois, devido ao impacto herdado da cultura patriarcal, os homens tendem a se sentir ameaçados e intimidados ao verem mulheres exercerem posições que anteriormente eram exclusivas deles. Ao questionar os entrevistados homens sobre como percebem os comportamentos das mulheres líderes na UFAM, especificamente em relação à adoção de comportamentos masculinos ao se tornarem líderes, eles destacaram.

> E1:Eu acredito que sim. Eu mesmo, embora tenha sido liderado várias vezes por mulheres, em alguns momentos, algumas atitudes e comportamentos fazem com que a gente comece a questionar, pelo menos mentalmente.
> E7: Acho que ainda sim. Por exemplo, eu não acho que as mulheres são muito fortes no aspecto, como é que eu vou dizer, sensibilidade. A mulher é muito mais sensível do que o homem.
> E8: [...] nunca cheguei a ver nenhuma crítica à mulher por ser mulher ou às particularidades biológicas da mulher. Mas sim, pela pessoa ser muito estressada ou muito ansiosa.
> E9: Sim, características associadas à feminilidade, como sensibilidade, ainda são vistas como fraqueza em alguns contextos (Batista, 2024, p. 21).

Outro dado destacado pela autora refere-se à necessidade de rompimento com padrões masculinos que dificultam a liderança feminina em diferentes setores sociais e levam as mulheres a negar suas características femininas, visto que têm o objetivo de serem mais respeitadas e temidas como os homens líderes. Esses resquícios de desigualdade acabam por prejudicar a carreira profissional dessas mulheres na obtenção de cargos de maior prestígio. Ramires e Ferreira (2018, p. 456) apontam,

> “[...] Muitas mulheres reforçam a assimetria de gênero existente entre posições de poder na sociedade ao repetirem/ confirmarem discursos, ao passo que outras vão tomando consciência de seu espaço na sociedade e agem criticamente em busca de direitos iguais [...].

Dessarte, urge a necessidade de as organizações sociais proverem medidas para diminuir essas desigualdades de gênero em cargos de liderança, seja no âmbito da universidade ou nos demais setores de trabalho, por meio da implantação de políticas inclusivas que coloquem a igualdade de gênero como prioridade. Sobretudo, no momento atual, as mulheres permanecem reproduzindo esses padrões de comportamento masculino por medo, insegurança e porque os comportamentos femininos são vistos como sinais de insuficiência para ocupar um cargo de alto nível hierárquico de liderança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar a condição feminina e as experiências docentes de mulheres pesquisadoras na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no campus da capital Manaus. Levando em conta os sujeitos pesquisados, priorizou-se a coleta de narrativas sobre as vivências das docentes de diferentes áreas do conhecimento. A problemática investigada foi a seguinte: em que medida a condição feminina e as experiências docentes de mulheres pesquisadoras revelam os processos de construção e consolidação de carreiras femininas na UFAM?

Para responder a essa pergunta, foram traçados os primeiros passos da pesquisa, abordando questões relacionadas ao gênero, classe, raça, trabalho, maternidade e carreira docente universitária, especialmente na UFAM e no mundo da pesquisa científica. Nessa perspectiva, a literatura de gênero, vinculada ao caráter interdisciplinar do estudo, serviu como base para a revisão da literatura e a construção do referencial teórico, essencial para a compreensão e aprofundamento dessa temática invetigada, envolvendo mulheres docentes e suas condições no campo de trabalho universitário.

No primeiro capítulo, destaca-se a formação de gênero em diferentes sociedades e culturas e seu impacto nos setores sociais onde a mulher está inserida. A relevância das mobilizações das mulheres ao longo dos séculos em busca de igualdade, autonomia e respeito é abordada, incluindo as lutas das primeiras mulheres cientistas em um cenário em que a mulher era vista como culpada pelos males da humanidade, e qualquer ato fora do comum poderia custar sua vida. Também são mencionadas as primeiras mulheres realizando pesquisa no Brasil e algumas cientistas atuando na região amazônica. O campo de trabalho é abordardo, destacando a busca das mulheres brasileiras por emancipação desde o período colonial, destacando a condição das mulheres negras e indígenas, que eram responsáveis por diferentes trabalhos domésticos e enfrentavam exploração e abusos. As mulheres brancas

eram preparadas para o casamento e cuidados domésticos, sem acesso ao espaço público. No cenário atual, as condições de trabalho permanecem desiguais, especialmente na progressão de carreira, com a dupla jornada (e, em alguns casos, tripla) criando uma grande lacuna no campo trabalhista. Para as mulheres de minorias étnicas, as condições são ainda mais desafiadoras, enfrentando preconceitos e desigualdades persistentes desde o período colonial. O último tópico do capítulo aborda a escolarização feminina das mulheres amazonenses, destacando as grandes desigualdades entre classes nesse processo. Enquanto as classes mais ricas se preparavam para estudar no exterior, a classe popular recebia uma educação profissionalizante voltada para o mercado de trabalho. O capítulo realça o desenvolvimento da escolarização no Amazonas e o início da educação feminina, fortemente influenciada pela religião e pelas funções domésticas, com a divisão de classes impactando a qualidade da educação acessada pelas mulheres.

O capítulo 2 é voltado para a realidade amazonense, destacando a busca das mulheres por emancipação em Manaus desde o período colonial, incluindo as indígenas e a construção de estereótipos sexualizados e exploratórios. Essas raízes levaram a séculos de convivência misógina com o homem branco. No século XIX, com as primeiras reivindicações femininas, as mulheres amazônicas iniciaram suas primeiras iniciativas para sair do campo privado para o público, mas a sociedade patriarcal e religiosa desaprovava esses movimentos, demonizando as mulheres que desafiavam esses paradigmas conservadores. É importante salientar que mulheres pobres vivenciavam as ruas não por escolha própria, mas por necessidade de sustento e sobrevivência. Surge, então, uma possibilidade de expressão por meio da imprensa, com mulheres oriundas de famílias ricas expondo suas opiniões e desencadeando um panorama novo da opinião feminina, que havia sido silenciada por séculos. O tópico seguinte discute as mulheres no ensino superior amazonense: a busca por maior capacitação acadêmica e o desenvolvimento do acesso à universidade pelas mulheres no estado, além da criação e presença feminina na inauguração da Escola Universidade Livre de Manaus em 1909, com os primeiros cursos tendo mulheres como alunas, inicialmente da classe rica. Somente após vários anos, a classe popular passou a ter acesso ao ensino superior com as políticas de expansão. Atualmente, no Brasil, as mulheres são a maioria no ensino superior, mas barreiras econômicas e sociais ainda impactam a conclusão de suas graduações. O próximo tópico destaca a universidade como um campo de forças hegemônicas, ou seja, um local de disputas que tende a colocar mulheres contra outras mulheres sob a perspectiva patriarcal de trabalho. Destaca-se a presença feminina na UFAM como servidoras e docentes, e como percebem suas condições de trabalho. Além disso, as diferenças de gênero na quantidade de pesquisadores

contemplados com bolsas de produtividade revelam entraves na consolidação de uma carreira científica, dada a exigência de altos níveis para obter uma bolsa. O último tópico do capítulo examina a trajetória escolar das mulheres docentes participantes da pesquisa no acesso ao ensino superior, utilizando questionários semiabertos para compreender a escolha dos cursos de graduação, influências familiares e mercado de trabalho. Cada trajetória individual compartilhada por essas mulheres emerge de suas experiências pessoais na escolha dos cursos e nas lutas vivenciadas.

O capitulo 3 e último capítulo deste estudo desenvolve-se a partir das narrativas de mulheres docentes da universidade de diferentes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Exatas, Tecnologias, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde. Buscou-se compreender como essas mulheres percebem suas condições como docentes e pesquisadoras em suas respectivas áreas. A etapa quantitativa utiliza gráficos para representar idade, estado civil, cursos de graduação, motivações para a escolha do curso, níveis acadêmicos e se a maternidade impactou na produção acadêmica. Também se investigou como se autodeclaram, visando incluir um debate sobre interseccionalidade. Na etapa qualitativa, categorias e análise de conteúdo foram usadas para entender o que levou as docentes a seguir suas carreiras na universidade e no mundo da pesquisa, se consideram que suas áreas atraem a participação feminina e como veem essa participação atualmente. Discutiu-se também o surgimento do interesse em pesquisa acadêmica, as maiores dificuldades enfrentadas nas carreiras e a condição de gênero vivenciada entre vida doméstica, maternidade e carreira. As respostas aduzem que as docentes enfrentam dificuldades para conciliar vida familiar e profissão, levando a escolhas que impactam suas vidas, como adiar a maternidade ou não ter filhos. Desafios como relacionamentos, divórcios, falta de infraestrutura, limitações de tempo e financiamento para pesquisa na universidade foram abordados. O debate sobre interseccionalidade é evidenciado na presença de mulheres negras na pesquisa: das vinte e cinco (25) participantes, apenas três (3) são negras. Com base em autoras negras e feministas, buscou-se dialogar com essa realidade no cenário universitário da UFAM. O último tópico debate a presença de mulheres em posições de liderança na universidade, observando que, embora muitas docentes já tenham ocupado cargos de liderança, elas percebem que ainda são minoria nesses papéis, especialmente nas ciências exatas. Nas demais áreas, as dificuldades enfrentadas por mulheres líderes indicam que esses papéis ainda são historicamente associados aos homens.

Portanto, a luta pela igualdade no campo universitário e científico é um desafio a ser superado para garantir que as mesmas oportunidades sejam ofertadas sem restrições de

gênero. Esta pesquisa espera contribuir para o debate sobre a ascensão feminina na carreira docente universitária e na ciência e para uma melhor compreensão das movimentações e lutas das mulheres na busca por transformações positivas nesse panorama.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: WMF. 2014.

ALVES, Daniela Maçaneiro Laves. **Mulheres Nas Ciências: A Carreira Das Docentes Pesquisadoras Dos Programas De Pós-Graduação Stricto Sensu Na Perspectiva De Gênero - UNESC (2010 - 2015)**. Dissertação – (Mestrado em Educação). Universidade Do Extremo Sul Catarinense, 2017. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/handle/1/6978. Acesso em: 19 de mai. 2023.

ALVES, Mariana Gaio. Os diplomados do ensino superior: diferenciação sexual nos processos de inserção profissional. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 14, p. 227-251, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

AQUINO, Estela Maria. Lima. Gênero e Ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In. **Pensando Gênero e Ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005-2006**. Presidência da República. Brasília, 2006, PP. 11-18. Disponível em: http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2006/encontro-genero.pdf Acesso em: 18 mai. 2024.

ARÁUJO, Marinho, Lorena, JUNIOR, Silva e Andrade Ubiraci João. Mulheres Tuyuka Na Pandemia: As filhas da cobra grande e a resistência da africultura familiar. In: TORRES, Iraldes Caldas, ANDRADE, Aldair Oliveira. (orgs) **Vozes Femininas na Amazônia: Ecofeminismo, Trabalho, Educação e Violência Doméstica,** Manaus, EDUA, São Paulo, Alexa Cultural, p. 53-62, 2022.

AZEVEDO, Nara; Ferreira, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940, **Cadernos Pagu**, Campinas,v. 27, p . 213-254, 2006.

BARBOSA, Priscila Aguiar Maia.; OLIVEIRA, Marcela Ferreira Oliveira. O fenômeno do teto de vidro enfrentado pelas mulheres do Instituto Federal de Brasília**. REVISTA EIXO**, Brasília, v. 10, n. 3, p. 49-60, 6 dez. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2011.

BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 5-52, 2014.

BARROSO, Carmen; MELLO, Guiomar. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 15, p. 47-77, 1975.

BATISTA, Ana Paula Costa Pinheiro. **Percepções masculinas sobre a liderança feminina na Universidade Federal do Amazonas.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo; a experiência vivida II.** 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BITENCOURT, Silvana. Maria. **Maternidade e carreira:** reflexões de acadêmicas na fase de doutorado. Jundiaí: Paco, 2013.

BORGES, Amanda. **Mulheres nas carreiras policiais**: Teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL, 2007. **Decreto n.° 6.040**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.530,18. Mar.1915. Reorganização ensino secundário e o superior na República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF. [1915]. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html .Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 04 abr. 2023.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2022.** Disponível em: **https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/.** Acesso em 25 jun. 2024.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Síntese de indicadores sociais.** Brasília: IBGE, 2021. Disponível em: Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2024**. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama. Acesso em 25 jun.2024

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero Indicadores Sociais do Brasil**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação (PNE).** 2014**.** Disponível em: http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014 Acesso em: 11 mai. 2023.

BRITO, Rosa Mendonça. **100 Anos UFAM**. Manaus: EDUA, 2009.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas. **Trabalho e Emancipação: Um olhar Sobre As Mulheres De Manaus (1890-1940).** Dissertação – (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010.

CARDOSO, Maria Celene Ferreira. A mulher e a profissão agronômica. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, vols. 5 e 6, p.337-338, 2008-2009. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/23209/1/Cardoso.pdf > Acesso em: 6 set. 2024.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil: Mito e Realidade**. 2ª ed; São Paulo, Editora Ática, 1995.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Feminismo e construção das mulheres: avanços e desafios nos campos da educação, trabalho e política no início do século XXI. In. BRABO,Tânia Suely Antonelli Marcelino (Org), **Gênero, Educação e Politica Múltiplos Olhares**, São Paulo, Ícone, p. 12-34, 2009.

CASTRO, Aldemar Araujo; CLARK, Otávio Augusto Câmara. Planejamento da pesquisa. **São Paulo: AAC**, p. 01-15, 2001.

CAVALCANTI, Adlaine. Glória Silva. **A recente trajetória das mulheres nas áreas urbanas do estado do Amazonas:** o que revelam os dados demográficos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2507. Acesso em: 22 jun. 2024.

CHAUÍ, Marilena. "Participando do Debate sobre Mulher e Violência". **In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). Perspectivas Antropológicas da Mulher** 4, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Revista Sociedade e Estado. Vol. 31,Número 1, Janeiro/Abril 2016.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (Confea). Relatório de Profissionais Ativos Por Gênero, 2022. Disponível em: https://relatorio.confea.org.br/Profissional/ProfissionaisPorGenero. Acesso em: 25 ago. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO-CNPq. **Pioneiras da Ciência edição de 1 a 7**. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/mulher-e-ciencia/pioneiras-da-ciencia-1. Acesso em 17 jul. 2024.

COSTA, Heloisa Lara Campos da. **As Mulheres e o Poder na Amazônia.** Manaus: Edua, 2005.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto;** Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 200

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. p. 151-204. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.

ELSEVIER. **Gender in the Global Research Landscape**. Elsevier, 2017. Disponível em: https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0003/1083945/Elsevier-gender-report-2017.pdf. Acesso em: 03 mai. 2024.

ENRIQUEZ, Corina Rodríguez. Análise econômica para a igualdade: as contribuições da economia feminista. **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos. Brasilia: ONU Mulheres**, p. 133-157, 2012.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo** (v. 1). Boitempo Editorial, 2021.

FIALHO, Nadia Hage. Educação e desenvolvimento sustentável do Norte e Nordeste. **Educação, ciência e desenvolvimento local. Belém: EDUFPA**, p. 13-30, 2006.

FIGUEIREDO, Mariana Grasel; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista. **Nova Perspectiva Sistêmica**, São Paulo, v. 27, n. 60, p. 100-119, 2018.

FORTES, Maria Carolina. **ENTRELAÇAMENTOS DE VIDAS: A constituição da docência na Educação Profissional e Tecnológica**. 2012. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

FURLIN, Neiva. Cruzando fronteiras de gênero: a docência feminina em campos profissionais “masculinos”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 48, e164816, 2016.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; BORJA, Shirley Doweslei Bernardes; LOPES, Aline Moraes; *et al*. As mulheres praticando ciência no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 1, p. 11–30, 2016.

GUEDES, Moema; AZEVEDO, NARA; FERREIRA, Luiz Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPQ. **Cadernos Pagu**, n.45, p. 367-399, 2015. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645232. Acesso em: 05 jul. 2024.

HENNING, Paula Corrêa. **Efeitos de sentido em discursos educacionais contemporâneos:** produção de saber e moral nas ciências humanas. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

HIRATA, Helena. Globalização trabalho e Gênero. **Rev. Políticas Públicas**. v. 9, n. 1. 2005. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770> Acesso em: 20 de jun.2023.

HIRATA, Helena. Mulheres brasileiras: Relações de classe, de "raça" e de gênero no mundo do trabalho. **Confins**,v (26), p. 1-13, 2016.

HIRATA, Helena. **Nova divisão social do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo, 2002.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, vol. 3, n.2, p. 464-478, 1995. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035. Acesso em: 03 mai. 2024

HOOKS, Bell. **Feminism is for Everybody: Passionate politics**. Cambridge, MA: South End Press, 2000.

INEP. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019 [recurso eletrônico].** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 03 mai. 2023.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior 14° edição**. 2024 Disponível em https://www.semesp.org.br/mapa/home/. Acesso em 25 jun.2024.

IRIGARAY, Helio Arthur Reis.; VERGARA, Sylvia Constant. **Mulheres no ambiente de trabalho: abrindo o pacote "gênero".** Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2009.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

KETZER, Patricia, MALDANER, Luciane, RIBEIRO, Silvana. Mulheres docentes na pós-graduação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 18, n. especial, p. 1-22, 2022.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, p. 271-284, 2003.

LETA, Jacqueline. Mulheres na ciência brasileira: desempenho inferior? **Revista feminismos**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2014. **.**

LOPES, Maria Margaret. "Aventureiras" nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. **cadernos pagu**, Campinas, n. 10, p. 345-368, 1997.

MACHADO, José Ronaldo de Freitas. Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quali-quantitativo. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, 2023.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa, elaboração, aplicação de análise de conteúdo **– Manual Didático.** São Carlos, Pedro João, 2020.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, Silvia Maria. . **Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história**. Versão dig ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MARCONI, Maria; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 5o edição ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo v. 14, p. 41-60, 2000.

MASCARENHAS, Luara Fernanda Souza; SOUZA, Ana Beatriz Santana; DE OLIVEIRA, Rosângela Moreira. PERCURSO ACADÊMICO E CARREIRA CIENTÍFICA DE EGRESSOS DO PIBIC: UMA ABORDAGEM DE GÊNERO. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, Salvador, v. 20, 2023.

MASETTO, Marcos. Docência universitária: repensando a aula. In: TEODORO, António; VASCONCELOS, Maria Lucia (Org). **Ensinar e Aprender no Ensino Superior: por uma epistemologia da curiosidade na formação universitária**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 79-108

MASSI, Luciana. **Contribuições da iniciação científica na apropriação da linguagem científica por alunos de graduação em química**. 2008. São Carlos. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

MATTOS, Marilucia dos Santos. **Educação e Projetos de Desenvolvimento no Brasil: a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no início do século XXI**. 2013. Universidade Federal do Espírito Santo, 2013

MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MENDES, Mariana Lucas. **A participação das mulheres na gestão do Instituto Federal Goiano Campus Urutaí: uma perspectiva histórica (1953-2019**). Dissertação (Mestrado em Educação e Tecnológica) – Instituto Federal Goiano, Morrinhos, 2020.

NAHES, Semiramis. **Revista Fon Fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo, Arte & Ciência, p. 172, 2007.

NASCIMENTO, Júlia do. **Professoras negras no Ensino Superior no Amazonas: um olhar interseccional.** Dissertação (Mestrado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, 2023.

NAVARRO, Marysa**. "Reseach on latin american wowem"** in Sigs, vol, 5,1, 1979.

OLINTO, Gilda. **A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. Inclusão Social**, Brasilia, v. 5, n. 1, p. 68-77, 2011.

OLIVEIRA, Caroline do Socorro Silvestre, CAVALCANTE, Lidiany de Lima. Aproximação Entre o Ecofeminismo e a Conservação Ambiental Na Comunidade São Francisco do Ararapá, Manacapuru, Amazonas In: TORRES, Iraldes Caldas, ANDRADE, Aldair Oliveira. (orgs) **Vozes Femininas na Amazônia: Ecofeminismo, Trabalho, Educação e Violência Doméstica,** Manaus, EDUA, São Paulo, Alexa Cultural, p. 37-52, 2022.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação Superior no Brasil. In: **A educação superior no Brasil**. Coord. SOARES, Maria Susana A. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas. Porto Alegre. 2002.

PARENT IN SCIENCE. **As bolsas de produtividade em pesquisa**. 2023. Disponível em: https://www.parentinscience.com/_files/ugd/0b341b_91eeb05b5038438ba68e0a88ab29bbc3.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

PAVAN, Danielle Fernanda Morais. **Perfis, Trajetórias e Relações de Gênero na Gestão da Educação Científica, Tecnológica e Profissional de Goiás**. 2017. 228 f. Universidade Federal de Goiás, 2017.

PEDRO, Joana Maria. Historicizando o Gênero. In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.). **O Historiador e o seu Tempo**. São Paulo: UNESP/ANPUH, 2008.

PEREIRA, Sandra de Oliveira Gomes; NUNES, Juraildes Barreira. A presença das mulheres no ensino superior e o papel das políticas de permanência das Universidades Federais brasileiras. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23378. Acesso em: 05 de jul. 2023.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Mulheres em cena: mundos do trabalho e associativismo feminino em Manaus (1900-1920). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 74, p. 122-149, 2022.

PINHO, Maria José de. Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. **Avaliação**, Campinas, v. 22, n. 3, Sep. /Dec. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000300005. Acesso em: 27 jul. 2024.

PINNA, Jessica Bley da Silva. **As Cienstistas Mulheres Na Sociedade Brasileira Para o Progresso Da Ciência: Uma Perspectiva Da Inserção Feminina Na Comunidade Cientifica (1948-1958)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PRÁ, Jussara Reis; CEGATTI, Amanda Carolina. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun. 2016.

PROTETTI, Fernando Henrique; DE SOUZA, Aparecida Neri. Na universidade brasileira, maternidade rima com produtividade científica?. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 18, n. especial, p. 1-16, 2022.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O acesso ao ensino superior: gênero e raça. **Caderno CRH, Salvador**, v. 14, n. 34, p. 175-197, 2001.

RAMIRES; Vicentina; FERREIRA, Dina. Mulheres na liderança: discurso, ideologia e poder. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, v. 26, n.1, p. 456-483, 2018.

RAMOS, Amanda Marques; FÉLIX, Bruno. Efeitos do gênero sobre a decisão de contratação e promoção de líderes. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 71-89, 2019.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIZZA, Juliana Lapa. Gêneros e sexualidades: estratégias para promoção de debates na formação de professores/as. **MULTIárea. Revista de didáctica**, Altagracia, n. 8, p. 87-115, 2016.

ROCHA, Coutinho Maria Lúcia. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. **Temas em Psicologia da SBP**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 1-17, 2003.

ROCHA, Rita de Cassia. **O Programa Nacional Mulheres Mil no contexto das políticas públicas de educação profissional no Brasil**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação Profissional) – Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ROQUE, Tatiana. Do Que Estamos Falando Quando Pedimos Mais Igualdade De Gênero in. De OLIVEIRA, Leticia. ROQUE, Tatiana. **Mulheres na Ciência: O que mudou e o que precisamos mudar.** Rio de Janeiro, Oficina Raquel, 2024.p. 14- 62.

SACCO, Airi Macias et al. Perfil dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq atuantes em Psicologia no Triênio 2012-2014. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 292–303, abr. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes - Mito e realidade**. Coleção So ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna; 1987.

SANTOS, Erica Karine Santana et al. Estereótipos de gênero na escolha profissional e de carreira no contexto brasileiro. In: **Processos Psicossociais de Exclusão Social**. Blucher Open Access, 2020. p. 117-132.

SATOLO, Vanessa Prezotto Ximenes et al. Um panorama histórico-conceitual da pesquisa interdisciplinar: uma análise a partir da pós-graduação da área interdisciplinar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, p.1-25, 2019.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos pagu**, Campinas, p. 137-150, 2001.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência**. Bauru: Edusc, 2001.

Schiebinger, Londa. **Plants and Empire: Colonial Bioprospecting in the Atlantic World,** Harvard University Press, Cambridge, Massachussets, 2004.

SCOTT, JOAN. **Gênero uma categoria útil para a análise histórica**. 3.ed. Recife: Ed. SOS Corpo, 1995.

SCOTT, JOAN. Tornando-se visível. **Falas de gênero. Florianópolis: Editora Mulheres**, p. 21-55, 1999.

SILVA, Fabiula Meneguete Vides. A transição para a gestão universitária: O significado das relações interpessoais. **R. Adm. FACES Journal** Belo Horizonte · v. 11 · n. 4 · p. 72-91 · out./dez. 2012.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.

SILVA. Gabriella Dourado. **Ciências e Desigualdade de Gênero: Experiências de pesquisadoras da área da física em laboratórios de pesquisa**. Dissertação (mestrado em sociologia) – Universidade Federal de Brasilia, 2022. Disponivel em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/49249.

SOARES, Nandra Martins *et al*. A orientação profissional e a escolha de carreira de jovens. **Revista INTER EDUCA**, v. 5, n. 3, p. 154-168, 2023.

SOMBRIO, Mariana Moraes Oliveira. Em busca pelo campo – Mulheres em Expedições Científicas no Brasil em meados do século XX. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 48, p. 1-38, 2016.

SOMBRIO, Mariana Moraes Oliveira. **Em busca pelo campo: ciências, coleções, gênero e outras histórias sobre mulheres viajantes no Brasil em meados do século XX**. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SOUZA, Donizeti Leandro de et al. A perspectiva dos pesquisadores sobre os desafios da pesquisa no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, p. 221-628, 2020.

SOUZA, LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Do desenvolvimento á divisão sexual do trabalho- estudos sobre o trabalho das mulheres,** São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1991.

SOUZA. Valmiene Florindo Farias; MARTINS, Ana Claudia Lopes; RODRIGUES, Taysa Cavalcante. Estado da Arte da Produção Acadêmica Sobre o Trabalho de Mulheres Nas Universidades No Periodo de 2012 a 2022 *in* BARROSO, Milena Fernandes; SOUZA, Valmiene Florindo Farias (orgs). **Violência e Trabalho Na Universidade**. Manaus, AM: EDUA, 2023. p. 117-133.

SURDINE, Mônya Carla da Costa. **O financiamento do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) no Instituto Federal do Espírito Santo (UFES): entre ganhos, perdas e lutas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. 1° Reimpre ed. São Paulo: Editora Brasiliense - Coleção Tudo é história, 1999.

TOMÉ, Dyeinne Cristina; QUADROS, Raquel dos Santos; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A EDUCAÇÃO FEMININA DURANTE O BRASIL COLONIAL. **Anais da Semana de Pedagogia da UEM**, v. 1, n. 1, p. 1–12, 2012.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas amazônidas**. Manaus: EDUA. 2005.

TRIGO, Maria Helena Bueno. A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero**, p. 89-110, 1994.

TULARD, Jean.; FAYARD, Jean François.; FIERRO, Alfred. **Histoire et dictionnaire de la révolution francaise**: 1789-1799. Paris: Robert Laffon, 1987.

UNESCO. **Relatório de Ciência da UNESCO**: rumo a 2030: visão geral e cenário brasileiro. BRASIL: UNESCO. 2015. Disponível em:<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002354/235407por.pdf> Acesso em: 20 de mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Relatório de Gestão UFAM Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.** organizadores: Arivano Sousa Silva, Rafael Ivan Freire Meneghini; Renato Nogueira Carvalho. – Manaus, AM : [s.n], 2024. Disponível em https://drive.google.com/file/d/12o_ZLKCYn1U5lej31nEO7sgjmqif3A27/view. Acesso em 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**. Relatório de pesquisa: condições e relações de trabalho na UFAM**. Organizadores: Alana Menezes de Lima *et al*. Manaus : UFAM, 2021. Disponível em: https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/4927/16/Relat%c3%b3rio%20Final%20de%20Pesquisa.pdf. Acesso em 25 jun.2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência universitária na educação superior. **Docência na educação superior.** Brasília: Inep, 2006. p.85-96. Disponível em:< 210 https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/2130.pdf> Acesso em: 10 ago. 2024.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 309-344, 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche. A mulher no contexto educacional brasileiro**. Rev. Educ. em Debate – Forte**., v.2- nº.3 1979. p. 528. Disponível em: <http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/viewFile/131/64> Acesso em: 20 ago. 2024.

WARRIOR, Josephine. **Cracking it:** Helping women to succeed in science, engineering and technology. Watford, UK: Training Publications, 1997.

WOMEN IN BUSINESS 2020. ***Grant Thornton***, 2020. Disponível em: https://www.grantthornton.com.br/insights/artigos-e-publicacoes/women-in-business- 2020/. Acesso em: 13/09/2024.

XAVIER, Giovana. Ciência de Mulheres Negras: um experimento de insubmissão. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. spe1, p. 51-59, 2021.

ANEXOS

UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS/UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA/PPGSCA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa "Condição Feminina e experiências de mulheres docentes e pesquisadoras na Universidade Federal do Amazonas" , cujo pesquisador responsável é Lorena Muniz Soares, mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociedade e cultura na Amazônia. E contará com a participação da professora orientadora profa. Yoshiko Sassaki. O objetivo primário do projeto é" Analisar a condição feminina e as experiências docente de mulheres pesquisadoras na Universidade Federal do Amazonas- UFAM no campus da capital Manaus". Como objetivos secundários: a) Verificar o que levou essas mulheres a escolherem suas profissões na docência e como pesquisadoras b) Identificar as diferenças de experiências e dificuldades vivenciadas entre conciliar a carreira profissional com a vida privada, envolvendo os cuidados domésticos, casamento e a maternidade C) Refletir sobre a condição feminina em suas respectivas áreas de conhecimento, bem como professoras e pesquisadoras da UFAM no campus da capital.

O(A) Sr(a) está sendo convidado por que Sua participação como voluntário cumpre uma importante frente de trabalho da investigação em questão, a saber: a pesquisa de prevê a realização de questionários semiabertos a partir dos relatos pelas docentes e pesquisadoras, serão abordadas questões em torno da sua condição feminina e suas vivências na graduação e pós-graduação, desafios e dificuldades ao longo da carreira, competividade na pesquisa, experiências de maternidade e conciliação com as exigências da vida profissional.

O(A) Sr(a). tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste serviço.

Caso aceite participar sua participação consiste em contribuir na pesquisa acercar do debate histórico da presença feminina no ensino superior e na carreira de pesquisadora, abordando na etapa de revisão bibliográfica interconexões com pesquisas realizadas em outras universidades, mas em nossa abordagem será priorizado o contexto amazônico das mulheres que exercem ciência nessa região, mais especificamente no campus da UFAM da capital. Os sujeitos de nossa pesquisa mulheres docentes/ pesquisadoras buscaremos coletar quais impasses e escolhas pessoais foram determinantes nas escolhas de suas carreiras e como vem percebendo e construindo suas carreiras no âmbito científico. O processo de amostragem e seleção das participantes constitui-se da seguinte maneira; optaremos por com mulheres pesquisadoras do Amazonas de diferentes gerações e de todas as áreas do conhecimento, com um objetivo de coletar 20 relatos de docentes e pesquisadoras atuantes na UFAM

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o(a) Sr.(a) são nesse sentido, esclarecemos que antevemos os seguintes riscos para esta pesquisa: emergência de dúvidas quanto às intencionalidades da pesquisa; falta de confiança dos entrevistados quanto ao uso que será feito de suas declarações; suspeição acerca da limitação dos dados resultantes dos questionários para fins exclusivamente acadêmicos; e, por fim, constrangimento das participantes em dar respostas que indiquem posicionamentos de alguma ordem frente às instituições, órgãos e grupos estaduais, nacionais ou internacionais ligados à ciência e tecnologia.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: por meio das experiências coletadas, se as pesquisadoras, enquanto mulheres, vivenciaram situações negativas, tais como preconceitos, discriminações, conflitos e dificuldades. Além disso, buscamos explorar pontos positivos, conquistas e as relações entre trabalho e vida familiar, assim como outros aspectos que destaquem benefícios para suas carreiras. Portanto, buscamos a compreensão e interpretação dos dados obtidos em campo e

trazer contribuições acerca da condição feminina de mulheres docentes e pesquisadoras na Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. (Res. 466/2012-CNS, IV.I.c)

Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Para lidar com quaisquer riscos que se materializem nesta pesquisa de campo, baseado na Resolução 466/12-CNS, a pesquisadora coordenadora se responsabilizará em encaminhar e acompanhar o(a) participante a consulta com médicos especialistas e psicólogos pelo tempo que for necessário; ressarcir quaisquer despesas feitas por conta da pesquisa e dela decorrente, sendo assegurado também o direito a indenizações e cobertura para reparação ao dano causado pela pesquisa. Item IV.3.g, da Res. CNS nº. 466 de 2012).

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica O(A) Sr(a). pode entrar com contato com o pesquisador responsável Lorena Muniz Soares a qualquer tempo para informação adicional no endereço Rua padre Francisco n: 30, Coroado 3.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O

CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa

Manaus ____/_____/_____

_____

Assinatura do Participante

_____

Assinatura do Pesquisador Responsável

Condição Feminina e experiência de mulheres docentes e pesquisadoras na universidade federal do Amazonas- UFAM

Prezada,
Este questionário faz parte da minha pesquisa de mestrado, que tem como objetivo analisar as percepções das mulheres sobre suas participações na universidade, abordaremos questões sobre a trajetória profissional, suas vivências na graduação e pós-graduação, desafios e dificuldades ao longo da carreira, conpetividade na pesquisa, experiências de maternidade e conciliação com as exigências da vida profissional. A sua resposta é de grande importância para a minha pesquisa e para os estudos sobre a participação das mulheres na docência e diferentes áreas do conhecimento no contexto da UFAM.
1. Garantimos a confidencialidade e o sigilo das informações fornecidas por meio deste instrumento e asseguramos que elas apenas serão utilizadas, de modo anônimo, para efeitos de pesquisa científica.
2. Não há respostas certas ou erradas.

Atenciosamente,
Lorena Muniz Soares
Estudante do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA
Orientadora: Prof. Draº Yoshiko Sassaki

* Indicates required question

1. 1- Nome (Não será divulgado) *

2. 2- Idade

Mark only one oval.

- ◯ 20 a 30 anos
- ◯ 30 a 40 anos
- ◯ 40 a 50 anos
- ◯ 50 a 60 anos
- ◯ Other: _____

3. 3- Estado Civil

Mark only one oval.

- ◯ Solteira
- ◯ Casada
- ◯ Divorciada
- ◯ União Estável
- ◯ Viúva
- ◯ Other: _____

4. 4- Possui filhos?

Mark only one oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

5. 5- Cor raça

Mark only one oval.

- ◯ Branca
- ◯ Parda
- ◯ Negra
- ◯ Amarela
- ◯ Indigena

6. 6- Qual sua formação? Graduação

_____

7. 7- O que lhe levou a escolher seu curso de Graduação?

8. 8- Como surgiu seu interesse em pesquisa? Descreva como ocorreu esse processo

9. 9-Você possui quais desses níveis acadêmicos?

Check all that apply.

- [ ] Somente mestrado
- [ ] Mestrado e Doutorado
- [ ] Mestrado, Doutorado e Pós doutorado
- [ ] Other: _____

10. 10- Em seu ambiente de trabalho a presença de mulheres em posição de lideranças é comum ou é minoria?

Mark only one oval.

- ◯ Normal
- ◯ Incomum
- ◯ Other: _____

11. 11- Que influências te levaram a seguir carreira acadêmica? (Família, Amigos, Professores)

12. 12- Quais as maiores dificuldades que você pode destacar até o momento vivenciadas na sua carreira?

13. 13-Você considera que sua área atrai a participação de mulheres? Como você vê essa participação na atualidade?

14. 14-Dos prestigiados cargos de liderança em sua área, você já assumiu algum ao longo de sua carreira

Mark only one oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

15. 15- Se você possui filhos, em algum momento ao longo de sua carreira a maternidade te comprometeu na produção de artigos

Mark only one oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

16. 16- Quando participou de editais públicos de pesquisa alguma vez se sentiu preterida por ser mulher?
*Preterida: desprezada, rejeitada.

Mark only one oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

17. 17- Você acredita que a baixa citação de mulheres em trabalhos é por conta do preconceito de gênero ou pelo fato de existirem poucas mulheres no campo?

Mark only one oval.

- ◯ Preconceito de Gênero
- ◯ Poucas Mulheres no Campo
- ◯ Pelos dois

18. 18- No desenrolar de sua carreira você sentiu dificuldade em conciliar a vida familiar com a produção de artigos?

Mark only one oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

19. 19- Em algum momento ao longo de sua carreira você precisou escolher entre a sua carreira e o seu relacionamento?

Mark only one oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

20. 20- Ao longo de sua carreira você teve mais artigos como autora principal ou como co-autora?

Mark only one oval.

- ◯ Autora Principal
- ◯ Co-autora

This content is neither created nor endorsed by Google.

Google Forms